



Prefeitura de
Fortaleza

IPLANFOR 8 ANOS

2013 - 2020

IPLANFOR 8 ANOS

2013 - 2020

FICHA TÉCNICA



Edições IPLANFOR
Série Fortaleza 2040

Coordenação Geral
Eudoro Walter de Santana
Superintendente do Iplanfor

Equipe Editorial
Coordenação e textos:
Francisco Carlos Bezerra e Silva
Luiza de Marilac Martins e Silva Perdigão

Elaboração:
Diretoria de Planejamento (Dipla)
Diretoria de Articulação de Políticas Públicas (Diar)
Diretoria Administrativa-Financeira (Diafi)
Diretoria do Sistema de Informações (Disin)
Diretoria do Observatório da Governança Municipal (Diobs)

Sistematização de Dados:
Francisca Maria da Silva Fava
Maria das Graças Guerra Lessa
Morgana Pinto Medeiro

Elaboração de Ilustrações:
José Antônio Ribeiro Filho
Bruno Casely Cavalcante Medeiros

Projeto Gráfico e Diagramação:
Eduardo Aparício

Revisão:
Rebecca Fontes - Mtb 830/04/36-CE

Todos os direitos reservados.
É permitida a reprodução de dados e de informações contidas nesta publicação, desde que citada a fonte.



**Prefeitura de
Fortaleza**

Instituto de Planejamento de Fortaleza -
IPLANFOR

Gabinete do Prefeito
Roberto Claudio Rodrigues Bezerra

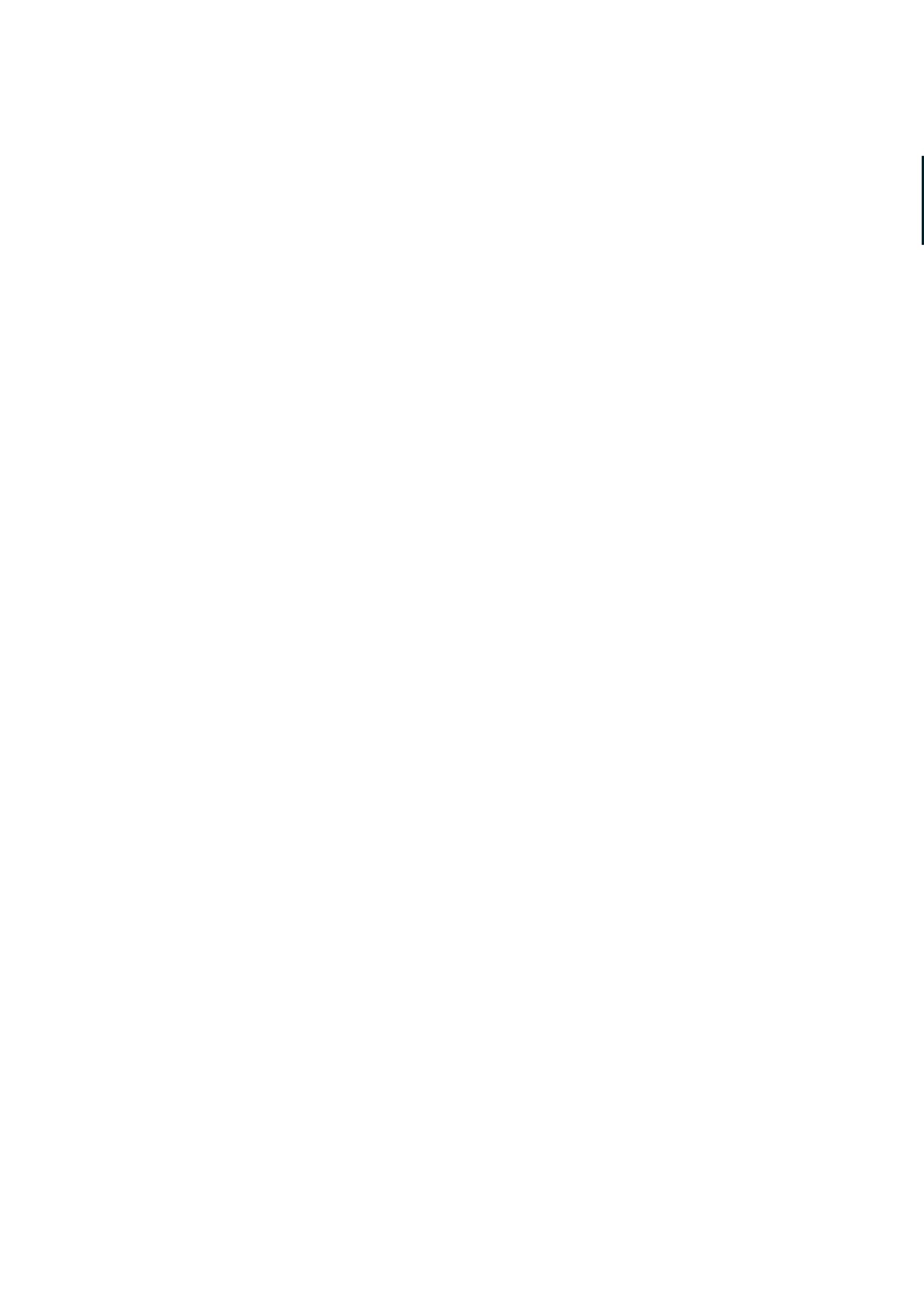
Superintendente
Eudoro Walter de Santana

Superintendente adjunto
Mário Fracalossi Júnior

Diretores
Ana Cláudia Teixeira
Cláudia Sousa Leitão
Conceição Cidrack
Juliana Mara Sena
Lia de Souza Parente

SUMÁRIO

7	APRESENTAÇÃO
9	O IPLANFOR
13	ATRIBUIÇÕES LEGAIS DO IPLANFOR
16	ESTRUTURAÇÃO INSTITUCIONAL
19	MACRO FUNÇÕES
22	SÍNTESE DAS AÇÕES REALIZADAS
33	AÇÕES E RESULTADOS
35	PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO DA CIDADE
69	MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
99	GESTÃO DO CONHECIMENTO
127	ARTICULAÇÃO DE PROJETOS INOVADORES
149	CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES
159	EQUIPE DO IPLANFOR



APRESENTAÇÃO

O LEGADO QUE O IPLANFOR DEIXA PARA FORTALEZA

Durante oito anos, entre 2013 e 2020, o Iplanfor, Instituto de Planejamento de Fortaleza, sob a gestão do Prefeito Roberto Claudio e do Superintendente Eudoro Walter de Santana, desenvolveu um conjunto de ações voltadas para melhorar o conhecimento sobre a Cidade de Fortaleza, possibilitando realizar um planejamento estratégico de longo prazo e instrumentalizar o monitoramento das políticas públicas desenvolvidas nesta Cidade.

O Iplanfor enfrentou, nessa trajetória, o grande desafio de dar credibilidade ao processo de planejamento participativo orientado para curto, médio e longo prazo diante de uma cidade com problemas históricos graves, dentre os quais, o maior deles: a extrema desigualdade existente entre os seus 2,6 milhões de habitantes.

Tendo por orientação predominante a redução dessa desigualdade, o órgão conduziu a elaboração do Plano Fortaleza 2040 por meio de uma ampla mobilização que envolveu milhares de fortalezenses de diferentes setores e segmentos, e pôde, durante os primeiros quatro anos do Plano iniciar sua implementação.

Para isso, o Iplanfor desenvolveu e implementou um sistema de governança estruturado em instâncias de articulação, participação e monitoramento, que permitiu dar início à execução de quase a metade das ações propostas no seu primeiro quadriênio, e auxiliar no acompanhamento das modificações pretendidas pelo conjunto do Plano, suas grandes metas.

Organizado em torno de quatro grandes funções, a saber: Planejamento Participativo; Monitoramento de Políticas Públicas; Gestão de Conhecimento e Articulação de Projetos Inovadores, coube ainda ao Iplanfor desenvolver metodologias, ferramentas tecnológicas, instrumentos, estudos, articulação de redes, que, conjuntamente, criaram uma sinergia voltada para o fortalecimento da boa governança da Cidade.

Este relato, apresenta uma síntese cronológica das ações desenvolvidas, os principais resultados e as contribuições que o Iplanfor lega à Cidade de Fortaleza. Trata-se de um resumo do esforço cotidiano de uma equipe que foi orientada pelos princípios da gestão democrática e participativa e o compromisso com a justiça social. Está com ele a crença de que é possível alterar as situações de desigualdade social por meio de políticas públicas voltadas para isso.

Este resumo está organizado em torno das quatro macro funções que compuseram a orientação técnica e política do Instituto de Planejamento de Fortaleza ao longo dos seus primeiros oito anos de existência.

O IPLANFOR

O Instituto de Planejamento de Fortaleza

Com a extinção do Instituto de Planejamento do município de Fortaleza (Iplam), em 1997, o município de Fortaleza deixou de contar com um órgão especializado na gestão do planejamento urbano. A fragmentação dessa competência entre órgãos de meio ambiente, infraestrutura e gestão orçamentária, teria resultado em um ambiente regulatório relativamente confuso, revelando a dificuldade de implementar o Sistema Municipal Integrado de Planejamento Urbano, instituído pelo Plano Diretor Participativo de Fortaleza (Lei Complementar nº 62/2009, Art. 286).

Diante disso, foi criado, pela Lei Complementar nº 106, de 18 de abril de 2012, o Instituto de Planejamento Urbano de Fortaleza, posteriormente denominado Instituto de Planejamento de Fortaleza, pela Lei Complementar nº 137, de 08 de janeiro de 2013.

O órgão, de natureza autárquica, inicialmente de cunho eminentemente urbanístico, foi, primeiro, vinculado à Secretaria de Planejamento e Orçamento de Fortaleza (Sepla) e, depois, ao Gabinete do Prefeito.

A mudança de denominação e escopo do Instituto de Planejamento de Fortaleza, ocorrida em janeiro de 2013, desenhou o cenário determinante para implantação de uma nova concepção do órgão de planejamento municipal, dotando-o de novas finalidades e competências.

Assim, baseado no princípio da complexidade da gestão de cidades, na necessidade de integrar as políticas públicas e no desejo de dotar o município de um planejamento estratégico de longo prazo, com vistas a um planejamento municipal mais

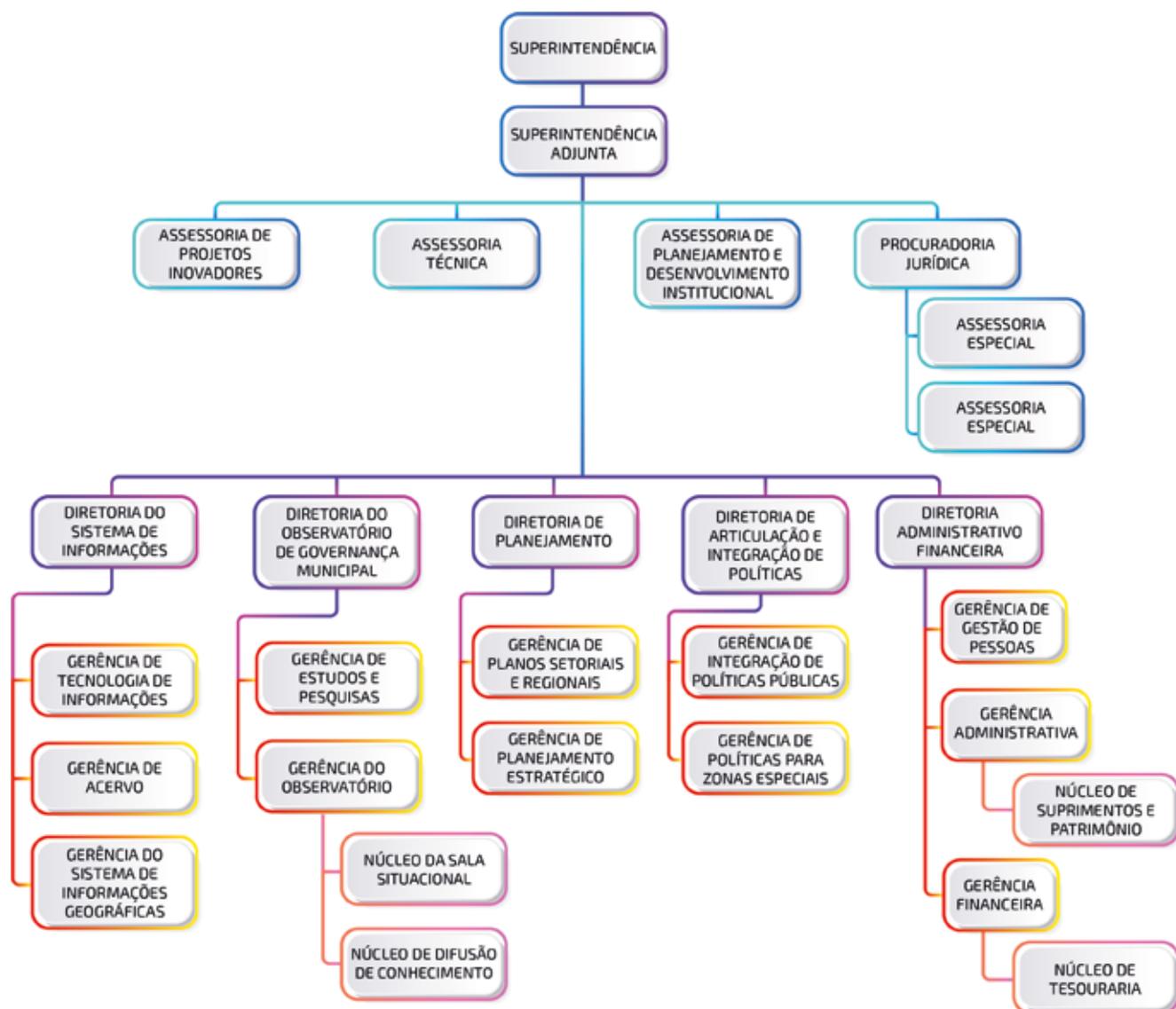
abrangente e participativo, descolado dos tradicionais modelos de planejamento, o então recém-empossado prefeito Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra (2013-2016; 2017-2020) estabeleceu os novos parâmetros do planejamento da cidade de Fortaleza.

Nessa nova perspectiva, o Iplanfor passou a fazer parte do Comitê Municipal de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal (Cogerffor), criado pelo Decreto nº 13.087/2013, com o propósito de assessorar o Prefeito Municipal de Fortaleza, definir diretrizes e estabelecer medidas a serem seguidas pelos órgãos que integram a administração municipal.

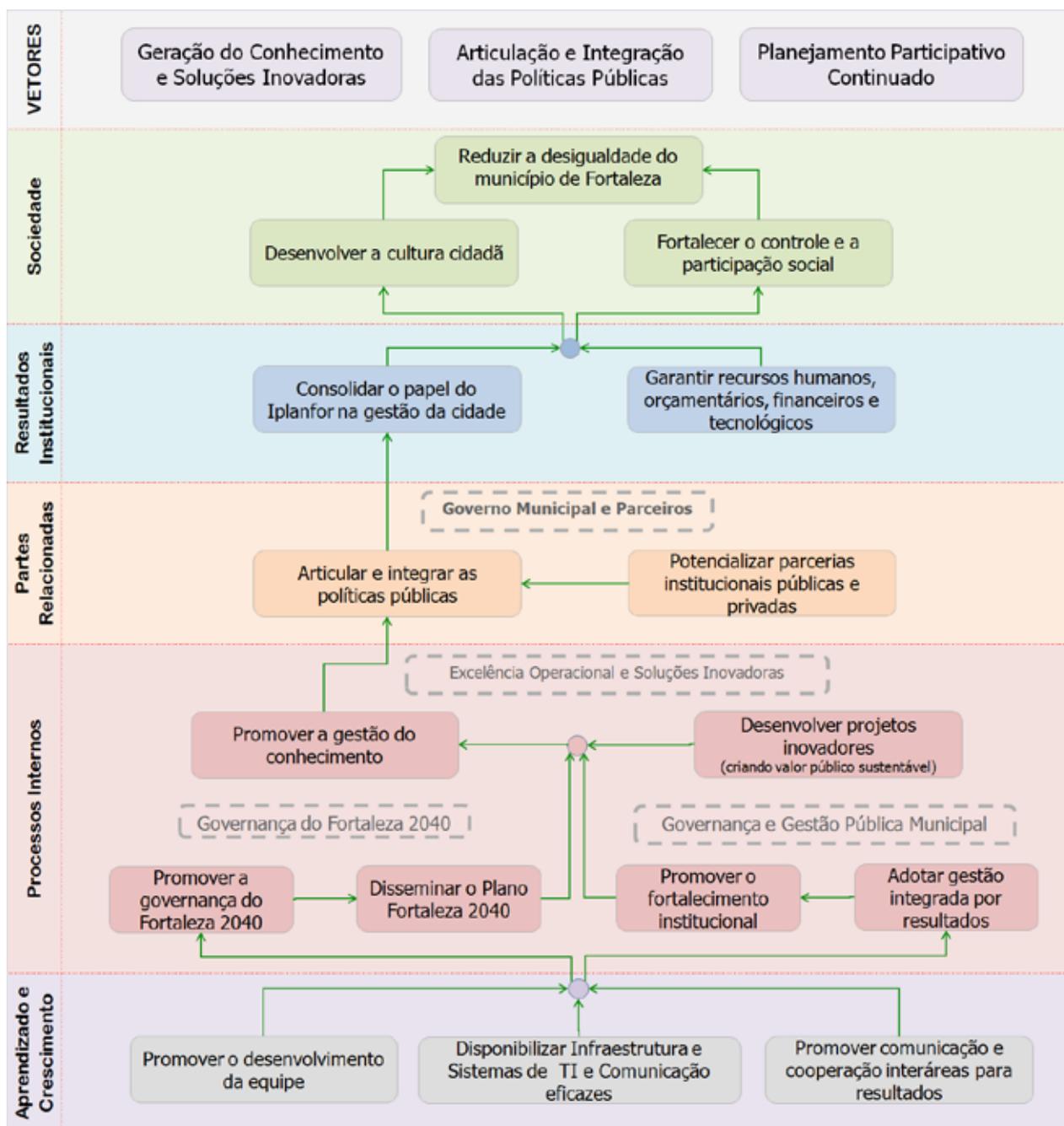
Para atender, temporariamente, ao desafio de implementar um novo Iplanfor, em 29 de abril de 2013, através do Decreto nº 13.140¹, foi aprovada a primeira estrutura organizacional do Iplanfor.

O artigo 3º da Lei complementar nº 184, de 19 de dezembro de 2014, estabeleceu a segunda e atual estrutura de organização do Iplanfor, como se encontra a seguir.

1 - "Art. 3º. A estrutura interna do Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor) é a seguinte: I. Direção Superior: 1. Superintendência; 2. Superintendência Adjunta; II. Órgãos de Assessoramento: 1. Assessoria de Projetos Inovadores; 2. Assessoria Técnica; 3. Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional; 4. Procuradoria Jurídica; III. Órgãos de Execução Programática: 1. Diretoria do Sistema de Informações; 1.1. Gerência de Tecnologia da Informação; 1.2. Gerência de Acervo; 1.3. Gerência do Sistema de Informações Geográficas; 2. Diretoria do Observatório de Governança Municipal; 2.1. Gerência do Observatório; 2.1.1. Núcleo da Sala Situacional; 2.1.2. Núcleo de Difusão de Conhecimento; 2.2. Gerência de Estudos e Pesquisas; 3. Diretoria de Planejamento; 3.1. Gerência de Planejamento Estratégico; 3.2. Gerência de Planos Setoriais e Regionais; 4. Diretoria de Articulação e Integração de Políticas; 4.1. Gerência de Integração de Políticas Públicas; 4.2. Gerência de Políticas para Zonas Especiais; IV. Órgãos de Execução Instrumental: 1. Diretoria Administrativo-financeira; 1.1. Gerência Administrativa; 1.1.1. Núcleo de Suprimentos e Patrimônio; 1.2. Gerência Financeira; 1.2.1. Núcleo de Tesouraria; 1.3. Gerência de Gestão de Pessoas."



Lei Complementar nº 184, 19/12/2014 (DOM de 9/12/2014, pág. 33)



Em 25 de maio de 2016, foi publicado no Diário Oficial do Município, nº 15.775, o Decreto nº 13.809, de 13 de maio de 2016, que aprovou o Regulamento do Iplanfor. Referido documento, entre outros assuntos, ratificou as competências legais, estabeleceu valores, definiu as competências do órgão de direção e das unidades orgânicas, e o modelo de gestão do Iplanfor, ou seja, sua governança corporativa.

ATRIBUIÇÕES LEGAIS DO IPLANFOR

No seu ato legal de constituição, coube ao Iplanfor a finalidade de realizar e difundir estudos e pesquisas sobre Fortaleza e Região Metropolitana, monitorar e avaliar políticas públicas, realizar a articulação do planejamento estratégico e participativo e fomentar iniciativas inovadoras, competindo-lhe:

I — REALIZAR O PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO DA CIDADE

- Coordenar a elaboração, revisão e atualização de planos estratégicos e planos diretores participativos de desenvolvimento de Fortaleza;
- Promover a integração entre os instrumentos de planejamento municipal e suas atualizações;
- Coordenar planos e regulamentação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), e articular a elaboração dos planos e regulamentação das demais Zonas Especiais;
- Coordenar o processo de elaboração, atualização, monitoramento e avaliação de resultados da agenda estratégica de governo, em estreita articulação com os demais órgãos correlatos, a partir das diretrizes estratégicas de governo definidas pelo Chefe do Executivo Municipal;



II – MONITORAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS

- Monitorar, avaliar e aprimorar o processo da Governança do Município de Fortaleza;
- Avaliar, de forma integrada, os resultados estratégicos de governo e das políticas públicas municipais;





III – PROMOVER A GESTÃO DO CONHECIMENTO

- Implantar e gerir o Observatório da Governança de Fortaleza;
- Realizar estudos e pesquisas para aprofundar o conhecimento sobre a cidade de Fortaleza e sua integração com a região metropolitana, nas suas diversas dimensões;
- Produzir e difundir conhecimento para a melhoria da governança municipal;
- Implantar e gerir o Sistema de Informações Geográficas de Fortaleza;
- Coletar, pesquisar, analisar, sistematizar e divulgar informações sociais, econômicas, estatísticas, geográficas, cartográficas, infraestruturais, de mobilidade urbana, dentre outras informações relacionadas a Fortaleza;
- Implantar e gerir acervo de informações em meio físico e digital, relacionadas à cidade de Fortaleza, às iniciativas do executivo municipal ou às experiências inovadoras de outras localidades;



IV – FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS INOVADORES

- Estudar, propor e fomentar iniciativas ou projetos inovadores relacionados:
 - a) com temas transversais, de impacto e relevância social, econômico ou ambiental;
 - b) com a promoção da ampliação da participação social no planejamento local e regional;
 - c) com a aplicação da capacidade de investimentos públicos do Executivo Municipal e/ou que fortaleçam a economia do Município.

ESTRUTURAÇÃO INSTITUCIONAL

A tarefa inicial foi dar corpo ao Iplanfor e dotá-lo da infraestrutura adequada às suas atividades, de capacidades jurídica, administrativa, intelectual e técnica.

Coube à Diretoria Administrativa-Financeira (Diafi), com o apoio direto da Procuradoria Jurídica (Projur), a responsabilidade de implementar o Iplanfor de fato e de direito. A ação se deu, desde a emissão do cadastro nacional de pessoas jurídicas à criação de quadro efetivo para o órgão, desde a elaboração e gestão de contratos e convênios à realização de licitações.

À Diretoria do Sistema de Informações (Disin) coube, inicialmente, a estruturação do funcionamento em rede e a implementação de sistemas de informática, capazes de armazenar e compartilhar, publicamente, os dados a serem recebidos sobre a cidade pela gestão pública. Em 2015, foi feita uma melhoria na rede de cabos e implementação da rede de computadores do Anexo na Rua 25 de Março.

No ano de 2013, na ausência de corpo técnico, o Iplanfor contratou a Fundação Dom Cabral para realizar oficinas para o desenvolvimento do Mapa Estratégico de Governo (2013-2016), proposta para nova estrutura organizacional do executivo municipal, alinhada ao novo mapa estratégico, bem como as oficinas para implantação do Modelo de Gestão por Resultados.

No ano de 2014, o Iplanfor firmou contrato com a Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura para a elaboração do Plano Fortaleza 2040. Naquele momento, foi identificada carência de profissionais para dar suporte técnico às atribuições de cada diretoria, resultando na proposição de seleção pública temporária para suprir a carência.

Em 20 de junho de 2014, através do Decreto nº 13.381, o Instituto de Planejamento de Fortaleza foi autorizado a realizar seleção pública para a contratação de profissionais, para atender suas necessidades, entre elas a implementação do modelo de Política de Planejamento Participativo e de Gestão por Resultados do Município.

Assim, o Iplanfor foi autorizado a realizar a contratação por tempo determinado, de até 66 profissionais, e as contratações foram formalizadas por contrato administrativo, celebrado entre o Iplanfor e o contratado, com a interveniência da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (Sepog). Foram definidas 39 funções, tendo sido 40 vagas de nível superior e 26 de nível médio.

Simultaneamente ao estudo realizado para a identificação das necessidades de servidores temporários, a Gerência de Gestão de Pessoas (Gepes/Diafi) e as diretorias do Iplanfor, em parceria com a Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão (Sepog), realizaram um estudo sobre o perfil do quadro de servidores efetivos, para dar subsídios à elaboração da proposta de criação do cargo de analista de planejamento e gestão com nível superior e especialidades distintas. O objetivo foi estruturar o quadro de pessoal efetivo do Iplanfor e da PMF com profissionais qualificados e com experiência profissional, para atuarem nas diversas áreas mencionadas.

Relativamente ao quadro de servidores efetivos do Iplanfor, foi definido pela Gestão Municipal que seriam criadas 60 vagas para o cargo de analista de planejamento e gestão, sendo 20 para o Iplanfor, com as seguintes especialidades: administração; agronomia; arquitetura; ciências atuariais; ciências contábeis; ciências da computação e correlatos; comunicação social; direito; economia; engenharia e estatística.

No ano de 2015, especificamente nos meses de abril e maio, a Gerência de Gestão de Pessoas (Gepes/Diafi) acompanhou a publicação do resultado final da seleção pública, bem como a publicação do Edital de Convocação nº 015, de 11/05/2015, recepção dos candidatos aprovados, conferência de documentação, elaboração dos contratos temporários individuais, com a supervisão da

Procuradoria Jurídica do Iplanfor. Após a finalização do processo de seleção e contratação, a área de Gestão de Pessoas organizou a documentação individual de cada contratado.

A Diafi participou da elaboração do programa de ambientação para os novos servidores temporários do Iplanfor, que teve como objetivo promover o acolhimento e propiciar um melhor entendimento do funcionamento da Prefeitura Municipal de Fortaleza e da área de atuação do Iplanfor, facilitando o processo de integração e adaptação ao exercício profissional, bem como, treinar os novos servidores, com a finalidade de prepará-los para desenvolver suas atividades com segurança, qualidade e responsabilidade.

Em 2017, o Iplanfor inaugurou o Observatório de Fortaleza, na Praça do Ferreira, abrindo um espaço de divulgação do Plano Fortaleza 2040 e de outras informações sobre a Cidade, assim como ponto de encontro para conversas organizadas sobre Fortaleza.

Neste mesmo ano, foi celebrado um convênio com a Secretaria de Cidades do Governo do Estado do Ceará para apoiar no desenvolvimento do sistema de governança, proposto pelo Plano Fortaleza 2040.

Em janeiro de 2018, através do Decreto nº 14.154, de 24/01/2018, foi regulamentada a avaliação de desempenho dos servidores ocupantes do cargo de analista de planejamento e gestão, tendo sido definido como seria o processo de avaliação e as competências dos setores envolvidos.

A partir de 2018, a Diafi, em conjunto com a Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional do Iplanfor (Asplan), organizaram, executaram e deram suporte às etapas de planejamento, monitoramento, avaliação, reconhecimento e melhoria do processo de avaliação de desempenho.

No ano de 2020, devido à pandemia do coronavírus, sendo o Brasil assolado, especificamente, em março de 2020 com o primeiro caso identificado, e com a publicação da Portaria nº 0008/2020 – Iplanfor, de 08/04/2020, e do Decreto nº 14.652, de 19/04/2020, que disciplinavam sobre as atividades remotas, o Iplanfor, seguindo o que recomenda o Decreto nº 14.652 de 19/04/2020, adotou o Sistema de Trabalho Remoto e Remoto/Presencial.

MACRO FUNÇÕES

Para cumprir sua missão institucional, foi atribuído ao Instituto de Planejamento de Fortaleza um conjunto de competências que, organizadas em torno de macro funções, podem ser resumidas em: Planejamento Participativo da Cidade; Monitoramento e Avaliação das Políticas Públicas; Gestão do Conhecimento e Articulação de Projetos Inovadores.

As competências específicas para cada uma das macro funções, assim como as principais atividades e seus resultados, estão descritas nos capítulos que seguem.



Articulação do planejamento estratégico e participativo

Articular o planejamento estratégico e participativo na cidade de Fortaleza, num cenário de planejamentos não integrados e num quadro de desorganização e desestruturação dos órgãos de participação social e da baixa interlocução da gestão municipal com os cidadãos, foi tarefa cumprida pelo Iplanfor nos últimos 8 anos.



Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas

Na ação de monitorar a execução e avaliar os resultados dos planos, dos programas, dos serviços prestados à comunidade e dos projetos realizados pelo executivo municipal, bem como das políticas públicas estabelecidas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida urbana e da prestação de serviço público, visando a efetividade das ações do Município de Fortaleza.



Gestão do conhecimento

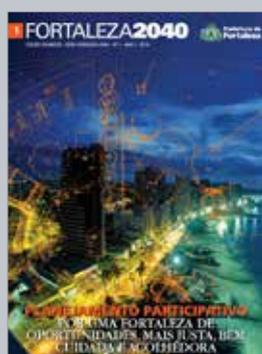
Diante do quadro de dispersão do conhecimento, da pouca disponibilidade de canais de acesso ao conhecimento produzido pela gestão municipal e da baixa produção de dados primários sobre a cidade de Fortaleza, coube ao Iplanfor promover e difundir estudos e pesquisas sobre Fortaleza e Região Metropolitana, compor diagnósticos, sistematizar e divulgar informações sociais, econômicas, estatísticas, geográficas, cartográficas e infraestruturais para apoiar o planejamento integrado do município, onde se incluiu a integração com os municípios da Região Metropolitana de Fortaleza.

O Iplanfor realizou ainda estudos e pesquisas e desenvolveu um conjunto de instrumentos e ferramentas voltadas para difundir as informações sobre a cidade



Articulação de iniciativas inovadoras

Diante da necessidade de inovar na área da gestão de cidades, coube ao Iplanfor fomentar iniciativas inovadoras que exijam a cooperação de múltiplos setores para seu desenvolvimento e que promovam a melhoria da governança municipal e a ampliação da efetividade das políticas públicas.





- Elaboração das Fases 2 e 3 do Plano Fortaleza 2040.
- Entrega Pública do Plano Fortaleza 2040 (20 de Dezembro).

- Elaboração de Brochuras sobre Políticas Públicas.

2016

- Publicação dos Documentos voltados para a elaboração do Plano Fortaleza 2040: Visão de Futuro e Síntese do Plano Fortaleza 2040.
- Elaboração do Projetos para exposição e totens do Observatório de Fortaleza.
- Elaboração da plataforma digital Fortaleza em Mapas.
- Pesquisa de satisfação com a Rede Municipal de Educação.

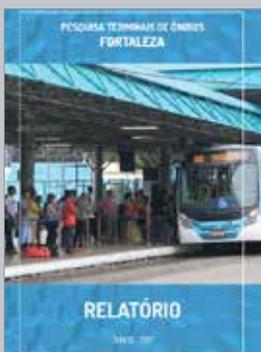


- Implementação do Sistema de Governança do Plano Fortaleza 2040.
- Alinhamento das reuniões do Secretariado ao Plano de Governo.
- Estruturação de 15 Câmaras Setoriais.
- Implantação do SIGA 2040.
- Elaboração Relatório Fortaleza 2040 em Ação ANO 1.
- Implantação do Observatório de Fortaleza.

- Reapresentação do Plano Fortaleza 2040 aos novos gestores.
- Adequação do Plano Plurianual 2018-2021 ao Plano Fortaleza 2040.

2017

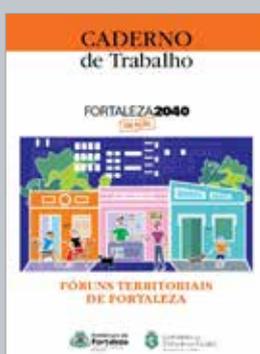
- Início do Projeto de Integração de Dados em parceria com a Citinova.
- Início do Funcionamento do Observatório na Praça do Ferreira.
- Pesquisa Terminais de ônibus - Primeira fase.
- A Pesquisa Terminais de Ônibus: Fortaleza - Segunda fase.
- Organização e Difusão do Acervo Documental do Município.



- Proposta de metodologia de estruturação de políticas públicas.
- Desenvolvimento de Dashboards para o SIGA2040.
- Criação da Rede de Observatórios.
- Criação dos Fóruns Territoriais.

2018

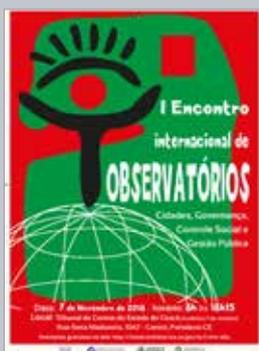
- Elaboração de Plano de Trabalho para Plano de Diretor (Seuma e Iplanfor).
- Elaboração de 7 Planos Urbanísticos Específicos.
- Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu / GTIS.
- Reintegração de Posse de Terrenos Municipais Vazios ou Subutilizados - Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu.
- Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI da Região Metropolitana de Fortaleza.
- Proposta para Localização de Conselhos Tutelares.
- Requalificação da Praia do Futuro - Proposta de ordenamento das barracas de praia em apoio ao MPF.
- Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu - Diagnóstico Ambiental (Lagoa de Porangabussu).
- Estudo Preliminar e Termo de Referência para contratação de Projeto Executivo de Requalificação da Lagoa - Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu.



- Módulo do Site das ZEIS.
- Portal do Observatório.
- Fortaleza em Bairros.
- Mídias do Observatório.
- Sistema de Pesquisa de Intenção de Habitação no Centro.
- Gestão do Sistema de Informações
- Realização do 1º. Encontro Internacional de Observatórios
- Início das Tardes no Observatório.

2018

- Entrega do produto da Comissão de Proposição e Acompanhamento da Regulamentação e Implantação das ZEIS.
- Realização de visitas e reuniões preparatórias para o processo eleitoral nas 10 ZEIS.
- Realização de assembleias para formação das Comissões Eleitorais dos processos eleitorais das ZEIS.
- Reuniões gerais e específicas com as Comissões Eleitorais.
- Realização e acompanhamento das eleições para os Conselhos Gestores das ZEIS Prioritárias.



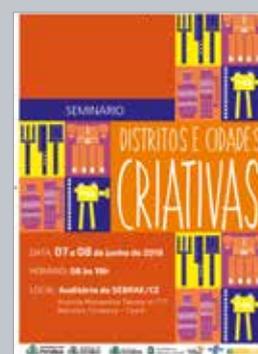
- Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu.
- TR primeira etapa de implementação. Lagoa de Papicu (SPPDS).
- Análise de Código da Cidade.
- Elaboração de Documento de Referência com extração para o Plano Diretor.

- Criação do Site dos Fóruns Territoriais e Acompanhamento das Agendas Territoriais.
- Relatório de monitoramento de ações realizadas das Agendas.
- Elaboração Relatório Fortaleza 2040 em Ação - ANO 3

2018

2019

- Projeto Fortaleza em Bairros.
- Elaboração de Proposição para um Sistema de Planejamento Municipal.
- Instituição da nova territorialização de Fortaleza.
- Plano Específico Praia do Futuro e Cais do Porto (apoio a MI).
- Plano de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN.
- Elaboração de Agendas Territoriais.
- Elaboração dos Planos Integrados de Regularização Fundiária - PIRF de 10 ZEIS.
- Minuta de Lei do Modelo de Governança.
- Distrito de Economia Criativa.
- Processo de Revisão Plano Diretor Participativo de 2009: Comissão para a revisão do Plano Diretor Participativo de 2009.



- Implantação do Site das ZEIS.
- Início dos Cursos Livres no Observatório.
- Realização do 2º. Encontro Internacional de Observatórios.
- Monitoramento e aperfeiçoamento dos sistemas.
- Pesquisa Hub Zona Azul.
- Pesquisa Requalificação da Av. Monsenhor Tabosa.
- Pesquisa Cinema nos Terminais.
- Curso Disseminação Fortaleza 2040.

2019

- Construção do Dossiê e Chancela da Unesco para a participação de Fortaleza na Rede de Cidades Criativas.
- Articulação do Delibera Brasil - Conselho Cidadão.
- Aprovação da Carta Consulta para Financiamento do Projeto de desenvolvimento urbano e social de Fortaleza: Fortaleza 2040 - 1ª Etapa.
- Tratativas e visitas às instituições universitárias para a construção de parcerias para implementação das ZEIS.
- Atividades preparatórias visando à confecção de convênios e parcerias com as universidades para elaboração dos PIRFs.
- Celebração de convênios e parcerias com as universidades para elaboração dos Planos Integrados de Regularização Fundiária (PIRFs) das ZEIS.
- Realização do I Curso de Capacitação para membros eleitos dos Conselhos Gestores das ZEIS em Fortaleza.
- Finalização e Entrega de Relatório Final e produtos da Comissão das ZEIS.



• Processo de Revisão Plano Diretor Participativo de 2009.

- TRs para Plano Diretor e Orçamentos
- Decreto Criação NG
- Regulamentação NG
- Plano de Trabalho
- Edital de Eleição

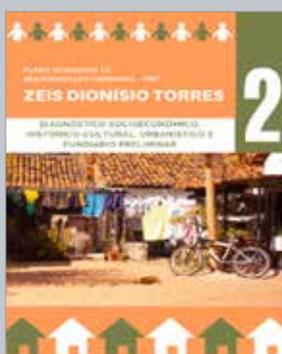
- Ações realizadas no âmbito do Núcleo Gestor.
- Redesenho do Plano de Saúde.
- Projeto Hospital Porangabussu.
- Elaboração de mais 8 Agendas Territoriais.

• Disponibilização do Site das ZEIS - Zonas Especiais de Fortaleza.

- Elaboração Relatório Fortaleza 2040 em Ação - ANO 4.
- Relatório de monitoramento de ações realizadas das Agendas Territoriais.
- Disponibilização Plataforma dos Indicadores.

2020

- Assessoramento na Implantação do Siapslan.
- Implantação do Tour Virtual 360 do Observatório de Fortaleza.
- Implantação do Site Agricultura Urbana.
- Implantação do Site Rede Observa CE.
- Diagnóstico Sócio Econômico ZEIS - Dionísio Torres.
- Lives e Webinars do Observatório.
- Elaboração de Documento Síntese do Plano Fortaleza 2040.



AÇÕES E RESULTADOS





PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO DA CIDADE

São competências do Iplanfor na área de Planejamento Participativo:

- Coordenar a elaboração, revisão e atualização de planos estratégicos e planos diretores participativos de desenvolvimento de Fortaleza;
- Promover a integração entre os instrumentos de planejamento municipal e suas atualizações
- Coordenar planos e regulamentação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), e articular a elaboração dos planos e regulamentação das demais Zonas Especiais;
- Coordenar o processo de elaboração, atualização, monitoramento e avaliação de resultados da agenda estratégica de governo, em estreita articulação com os demais órgãos correlatos, a partir das diretrizes estratégicas de governo definidas pelo Chefe do Executivo Municipal;



ALGUNS RESULTADOS

- Elaboração do Plano Fortaleza 2040;
- Início da Revisão do Plano Diretor;
- Adequação do Plano Plurianual 2018-2021 ao Plano Fortaleza 2040;
- Elaboração dos Planos de Saúde e de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Elaboração de 38 Agendas Territoriais;
- Início da Implementação do Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu;
- Elaboração de 7 Planos Urbanísticos Específicos;
- Elaboração de diversos Projetos Especiais.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

2014



Preparação e Lançamento Público do Plano Fortaleza 2040.

O Plano Fortaleza 2040 é o resultado do esforço de milhares de pessoas que, durante três anos, se empenharam em ofertar à cidade de Fortaleza um instrumento de planejamento capaz de auxiliar na melhoria de vida, orientando o desenvolvimento e o crescimento da cidade a partir de proposições de ações nos diversos componentes da vida cidadã. O processo de elaboração do Plano Fortaleza 2040 foi coordenado pelo Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor), com o apoio técnico e administrativo da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC), e o apoio logístico de dezenas de instituições públicas e privadas da cidade de Fortaleza, dentre aos quais merece destaque a Câmara de Diretores Lojistas-CDL Fortaleza, que abrigou grande número de fóruns e seminários.



A elaboração do Plano teve início com a formação de uma equipe interdisciplinar, de composição universalizada, que funcionou como força-tarefa desde a primeira fase. A equipe de elaboração trabalhou em todas as fases, organizando-as, e promovendo sucessivos diálogos com a sociedade, de forma a assegurar a visão que os diferentes segmentos possuíam sobre os problemas, desejos e estratégias para o alcance dos objetivos que seriam propostos.

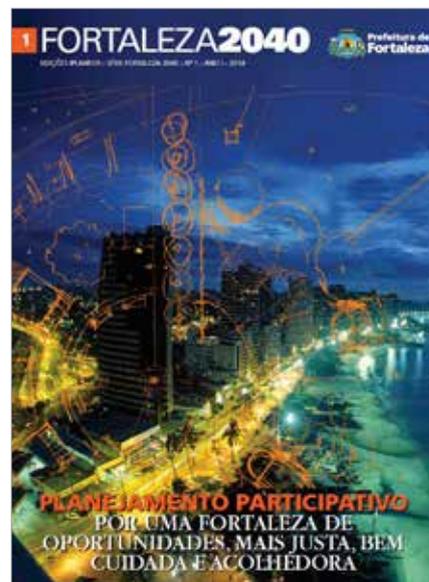


Organizada em três equipes: (i) urbanismo e mobilidade; (ii) social e econômica; (iii) de mobilização e participação social, a força-tarefa evoluiu em conjunto, desde a fase de convergência dos estudos técnicos e contribuições oriundas dos diálogos com a sociedade, até a formulação da proposta final, o que se deu em três fases sequenciais, após as definições metodológicas e a formação das equipes necessárias.

O passo inicial do Plano Fortaleza 2040, foi a elaboração do Plano de Trabalho, definindo a metodologia e indicando os instrumentos para proceder a coleta de informações e sua organização. Os documentos produzidos nesta fase são:

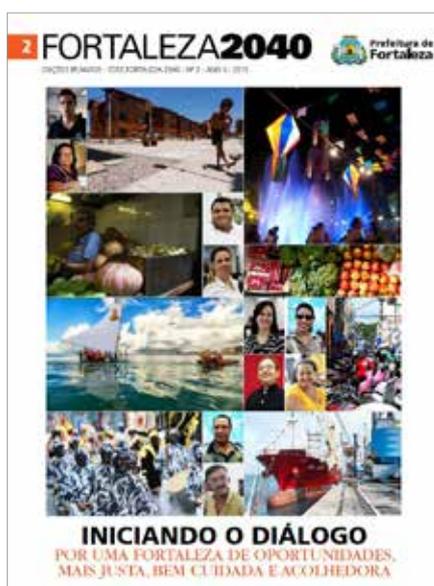
- Plano Mestre Urbanístico e de Mobilidade– Bases Metodológicas / Plano de Trabalho e Organização Projetual.
- Plano de Trabalho / Bases Metodológicas – Relatório com Propostas Metodológicas.

A realização da fase de construção do diagnóstico sobre a “Fortaleza que Temos” foi iniciada com o lançamento público do Plano Fortaleza 2040, em solenidade na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, ocasião em que foi entregue à sociedade uma publicação intitulada “Planejamento Participativo – Por uma Fortaleza de Oportunidades, Mais Justa, Bem Cuidada e Acolhedora”, na qual se explicitavam os objetivos e a metodologia proposta para elaboração do Plano, e agregaram-se reflexões de notórios estudiosos da cidade, voltadas para subsidiar a reflexão maior sobre a importância de um planejamento nesse porte e nessa escala para a vida da cidade de Fortaleza.



2015

Diagnóstico sobre Fortaleza - A Fortaleza que temos - Fase 1



Nessa fase, a equipe de elaboração dividiu-se em três frentes de trabalho:

- Estudos Urbanísticos e de Mobilidade;
- Estudos Socioeconômicos;
- Diálogos com a sociedade sobre a Fortaleza que Temos.

Os estudos urbanísticos, nessa fase, organizaram documentos existentes e realizaram pesquisas voltadas para obtenção das bases cartográficas, dados existentes sobre estruturação física, diagnósticos ambientais, diagnósticos econômicos, diagnósticos sociais, dados estatísticos, estudos demográficos, estudos de malha viária, de forma a produzir um conjunto de relatórios.

Uma segunda etapa de trabalho dessa equipe foi a produção de uma análise e interpretação da origem, história e evolução da forma urbana, na qual se buscou compreender o conjunto de situações e intervenções físicas havidas na base natural original da cidade de Fortaleza e sua Região Metropolitana, de maneira a tornar legível o processo de construção coletiva desta forma urbana, hoje resultante. Também constituiu um componente importante dessa fase a identificação das forças que dirigiram – e aquelas que hoje dirigem – a qualidade atual do crescimento urbano de Fortaleza, em seu contexto metropolitano.

A análise urbanística, com avaliação e interpretação da forma da cidade, expressou também a definição do seu tecido urbano, o mosaico de subculturas existente no tecido, incluindo os conhecimentos de sua origem e evolução. Nessa etapa de trabalho, foram construídos os mapas com a representação esquemática do sistema de fluxos e suas relações com os lugares,

destacando a rede formada por todos os sistemas de infraestruturas instaladas.

O estudo, nesta etapa, também apresentou, em mapas específicos, os limites ao redesenvolvimento urbano, destacando as estruturas bloqueantes, os impeditivos gerados por estruturas de valor patrimonial histórico, os requisitos de atendimentos obrigatórios quanto às bases naturais, a demanda de demarcação de fronteiras de urbanização e os limites aos quais deverá obedecer o futuro sistema de usos do solo e suas decorrências espaciais.

Durante a Fase I, a equipe envolvida na elaboração do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social também se empenhou na coleta, organização e análise de informações para o projeto, objetivando obter diagnósticos econômicos e sociais, dados estatísticos, funcionamento das principais cadeias produtivas de Fortaleza, além de estudo de planos, projetos ou propostas já formulados para o desenvolvimento econômico da Capital, assim como os planos encaminhados por setores da sociedade.

Para o diagnóstico da realidade socioeconômica e ambiental de Fortaleza, que constituiu esta primeira etapa, foram realizados 32 estudos, divididos entre estudos temáticos e setoriais, com apoio da equipe técnica contratada pela FCPC (consultores e pesquisadores acadêmicos), tais como: demográfico, econômico, interpretação da forma urbana e crescimento da cidade, pobreza, condições sociais, habitabilidade, meio ambiente (incluindo saneamento), violência, a ciência, tecnologia e inovação, indústria de alimentos, novas indústrias, finanças públicas, educação, saúde, igualdade racial, mobilidade, turismo, agricultura urbana, economia criativa, confecção, construção civil, energia, segurança hídrica, mulher, idoso, criança e adolescente, economia do mar, juventude, LGBTQIA+, esporte e lazer, organização social e ambiente institucional, dentre outros. Além desses, foram elaborados cenários e identificadas tendências decorrentes do ambiente interno e externo (local, regional, nacional e mundial), realizado um estudo adicional para analisar os investimentos públicos e privados na Região Metropolitana de Fortaleza, investimentos realizados e previstos, que preparam o

futuro do município, bem como elaborados estudos dos benefícios de investimentos em 10 das principais políticas públicas, inclusive estimativa de redução de gastos após a ampliação do investimento.

A metodologia de participação da sociedade na elaboração do Plano Fortaleza 2040 teve, como ponto de partida, a organização de três grandes núcleos de participação a partir das naturezas de cada segmento:

- Territoriais – espaços de consulta e diálogo com os moradores da cidade, institucionalizados ou não;
- Setoriais – espaços de consulta e diálogo com as instituições privadas de diferentes segmentos (empresas, instituições de ensino e pesquisa, movimentos sociais, organizações não governamentais, conselhos profissionais, sindicatos, federações, entre outras);
- Governamentais – órgãos públicos das esferas municipal, estadual e federal.

Durante essa primeira fase o esforço maior se deu na divulgação do projeto e na sensibilização dos diversos segmentos e setores para o efetivo engajamento na construção do Plano. Para tanto, foram utilizadas três estratégias, de acordo com cada um dos núcleos.

Núcleos Territoriais: Inicialmente, foi realizada uma sensibilização junto aos secretários executivos das Regionais, de modo a envolver a estrutura desses órgãos na mobilização da sociedade. Em cada uma das Secretarias Regionais foi composta uma equipe de mobilização que, durante quatro meses, visitou cada um dos bairros, identificando as organizações e lideranças existentes, convidando-as para a apresentação do projeto em uma reunião ampla, em um espaço de fácil acesso, em cada uma das regionais. Nessas reuniões, o prefeito e a equipe do Iplanfor apresentaram os objetivos do projeto e propuseram a formação de grupos de discussão por bairros ou comunidades, de modo que, orientados por dois instrumentos – uma revista intitulada “Iniciando o Diálogo” e um Caderno de Trabalho com questões específicas para o diagnóstico do território –, constituíram 83 grupos, nos 119 bairros da cidade, cujos relatórios contribuíram

para um diagnóstico de profunda qualidade sobre cinco grandes temas de interesse do Plano:

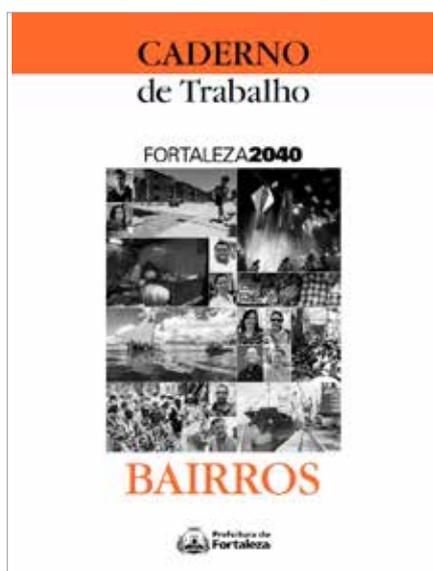
- O que caracteriza o bairro?
- Como se encontra a sua infraestrutura para moradia e mobilidade? (acesso à água potável, energia elétrica, coleta de lixo, coleta de esgotos, pavimentação, transporte, habitação);
 - Como se dá o acesso aos serviços básicos? (escolas, equipamentos de saúde, esporte, assistência social, equipamentos culturais);
 - Como se dá a integração social no bairro? (vida cultural, espaços de lazer e encontros – praças, parques, equipamentos culturais –, conflitos, segurança pública);
 - Como é a economia no bairro? (oportunidades de trabalho, emprego, renda e empreendedorismo).

A sistematização das contribuições territoriais da Fase I foi publicada na revista “O Olhar dos Moradores”, na qual se pode conhecer a visão de milhares de fortalezenses sobre o espaço da cidade.

Núcleos Setoriais: Este segmento foi mobilizado para participar de um encontro no auditório da Assembleia Legislativa do Ceará, onde foi feita uma explanação sobre o Plano e seus objetivos, a metodologia proposta e o convite para o engajamento a partir da resposta institucional a um conjunto de questionamentos organizados no “Caderno de Trabalho para os Núcleos Setoriais”, voltados para conhecer a opinião dos diferentes setores sobre questões que oportunizam ou dificultam suas atuações no cotidiano da cidade. Entre as questões propostas nessa fase estavam:

- Cidadania - Como a organização em sua atividade finalística, contribui com a cidade ou a melhoria de vida de seus moradores?;
- Grau de dependência de instâncias governamentais - De que órgãos, entidades públicas ou de finalidade pública, programas ou sistema público a organização respondente depende para se desenvolver ou operar, e de que tipo de ação ou recurso necessita?;
- Rede de vínculos associativos - Com que entidade e ins-





tuições a organização respondente mantém vínculo, é afiliada, coligada, se consorcia, é conveniada ou parceira? Ou mesmo, que rede, grupo, consórcio ou associação a organização respondente integra?;

- Impactos do contexto da cidade nas organizações - Que oportunidades, vantagens ou pontos fortes, ameaças, problemas ou pontos fracos a cidade de Fortaleza vem apresentando para o cumprimento da missão e desenvolvimento da organização respondente?;
- Potenciais da cidade - Que potenciais da cidade deveriam ser mais bem explorados ou desenvolvidos (definindo potencial como as forças existentes ou latentes)?;
- Mobilidade urbana em Fortaleza - Como a organização qualifica a mobilidade urbana em Fortaleza?.

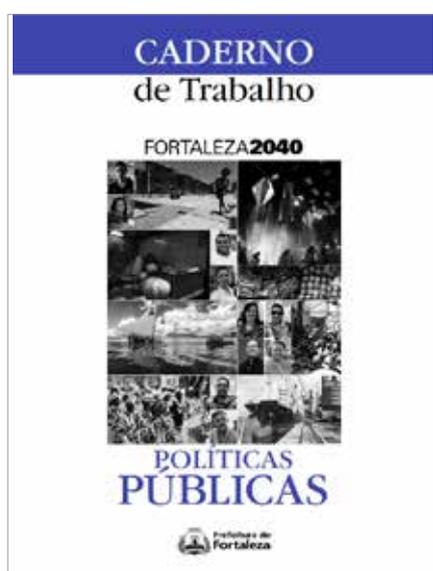
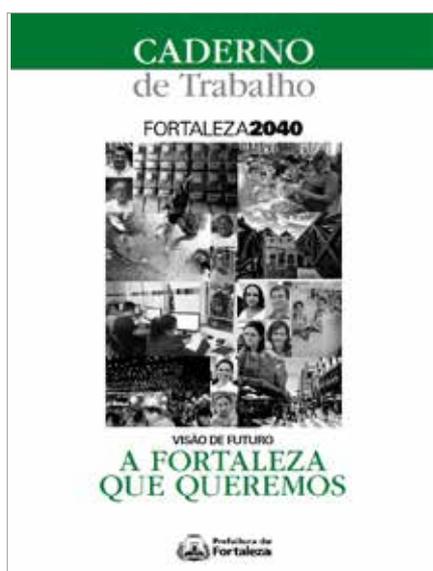
Vinte e duas instituições, de larga atuação na cidade, contribuíram com suas análises nessa primeira fase.

Núcleos Governamentais: Seguindo a mesma dinâmica de apresentação, utilizada com os demais núcleos, foram agrupados os órgãos públicos das três esferas de governo, de acordo com a natureza da política, cuja responsabilidade na execução cabia a sua natureza institucional.

O produto final da Fase I foi a publicação de três documentos:

- “Fortaleza Hoje”, em que se resumem as principais informações que compõem um diagnóstico sintético sobre a cidade de Fortaleza;
- A revista “O Olhar dos Moradores”, que sistematiza as contribuições dadas pelos 83 grupos territoriais, incluindo os mapas colaborativos;
- A revista “Padrões de Urbanização”, na qual se organizaram, didaticamente, diversos padrões urbanísticos a serem adotados pelo Plano, com a finalidade de obter uma linguagem de entendimento comum entre os usuais critérios urbanísticos, que seriam explicitados pela equipe técnica, e os participantes dos diversos grupos de interesse.

Além dos diversos eventos presenciais de diálogo, utilizados nessa fase, foi criado o sítio eletrônico <http://fortaleza2040.for>



taleza.ce.gov.br, no qual foram disponibilizadas diversas ferramentas que possibilitaram a participação direta do cidadão, por meio eletrônico, a exemplo de contribuições no mapa colaborativo e espaço para críticas e sugestões ao Plano e seus produtos disponibilizados.

Foram produtos e ferramentas utilizadas para os diálogos com a sociedade na Fase I:

- Revista "Iniciando o Diálogo";
- Caderno de Trabalho para os Grupos de Bairro;
- Caderno de Trabalho para os Núcleos Setoriais;
- Caderno de Trabalho para os Núcleos Governamentais;
- Revista "Fortaleza Hoje";
- Revista "Padrões de Urbanização";
- Site Fortaleza 2040.



2016

Elaboração das Fases 2 e 3 do Plano Fortaleza 2040

A segunda fase foi marcada pela busca de uma visão de futuro consensual para a cidade de Fortaleza e repetiu a dinâmica utilizada junto aos diversos grupos territoriais realizando reuniões regionais amplas. Nesta fase, também foram realizados fóruns temáticos e setoriais com a participação de representantes dos diversos núcleos.

Esta fase foi iniciada com uma segunda rodada de conversa junto aos grupos territoriais, realizando sete grandes reuniões nas Regionais de Fortaleza para apresentar as principais conclusões do diagnóstico, distribuir os documentos produzidos e estimular a continuidade nas discussões territoriais sobre a qual cidade se deseja chegar em 2040.

O resumo diagnóstico foi apresentado por meio de um filme que resumia o conteúdo da revista “Fortaleza Hoje” para, em seguida, serem distribuídas as orientações e um novo caderno de trabalho aos coordenadores dos grupos territoriais presentes. Este caderno, padronizado para todos os grupos, continha questionamentos que levavam a refletir sobre que cidade se deseja chegar em 2040 e quais os desafios que precisam ser enfrentados para alcançar isso.

As contribuições, oriundas dos diversos grupos territoriais, foram sistematizadas e utilizadas para, em análise conjunta com as visões de futuro, obtidas nos diferentes fóruns setoriais, formular uma visão de futuro comum para a cidade de Fortaleza – base para a elaboração do Plano Fortaleza 2040 –, que seria apresentada e validada no início da terceira fase do Plano, em um grande encontro no Centro de Eventos do Ceará, em Fortaleza.

Ao mesmo tempo em que avançava o trabalho nos bairros, foram realizados os 32 fóruns temáticos e setoriais, tratando de temas e setores relevantes da realidade de Fortaleza, com a participação de 959 técnicos, representantes de segmentos sociais e gerentes de instituições públicas e privadas. Os fóruns partiram de uma apresentação do diagnóstico do tema ou setor e, depois de uma discussão, em que os participantes foram orientados a formular a visão de futuro e os desafios para a sua realização. O resultado desta formulação participativa da visão de futuro está apresentado no relatório dos Fóruns Temáticos e Setoriais.

Os Fóruns Temáticos e Setoriais ocorreram entre os dias 19 e 23 de outubro de 2016 na Câmara dos Dirigentes Lojistas de Fortaleza (CDL); e entre os dias 5 e 16 de novembro na Sala de Reunião do prédio anexo do Iplanfor, abordando os 32 temas.

A elaboração de uma proposição para a Visão de Futuro combinou as expectativas gerais da sociedade e dos técnicos – consulta nos territórios e Fóruns – com os cenários de Fortaleza que delimitam as possibilidades de alcance dos desejos nos próximos 25 anos. O processo de trabalho segue três linhas complementares que se encontram na consolidação da visão territorial e técnica (Fóruns), cruzando com os cenários.

Ainda na Fase II do Plano, foi realizado o Seminário de Definições Estratégicas, no qual os técnicos envolvidos no projeto realizaram uma reflexão sobre as informações geradas nas fases anteriores e discutiram: onde estamos, aonde queremos chegar e o que podemos encontrar no caminho.

Nesse seminário, os participantes formularam ideias sobre os objetos estratégicos que permitem levar Fortaleza na direção da Visão de Futuro, utilizando ou alterando a realidade atual (potencialidades e estrangulamentos), sempre observando o que poderiam encontrar no caminho. As formulações foram consolidadas e organizadas pela coordenação do Projeto, de modo a identificar os Eixos Estratégicos de Desenvolvimento.

Com base nos resultados gerados no seminário de reflexão estratégica, foram propostos os Eixos Estratégicos de Desenvolvimento, apresentados a seguir, que seriam reorganizados até

compor os sete eixos que prevaleceram na estruturação final do Plano Fortaleza 2040.

A proposta de uma Visão de Futuro e dos Eixos e Objetivos Estratégicos para o Plano Fortaleza 2040 foi sistematizada em uma publicação “Visão de Futuro: Eixos Estratégicos e Objetivos – Versão para Discussão”, que constituiu a base para a discussão no encontro que seria o ponto de partida para a terceira e última fase de elaboração do Plano.

Na Fase II foram produzidos os seguintes documentos:

- Relatório de acompanhamento das reuniões de trabalho (Primeiro Ciclo) e Visão de Futuro Consolidada para Fortaleza;
- Plano Mestre Urbanístico - Modelagem das Alternativas Propostas para o Plano de Mobilidade Urbana; Modelagem das Alternativas Propostas para o Plano de Mobilidade Urbana.
- Caderno de Trabalho: A Fortaleza que Queremos;
- Relatório das Proposições dos Grupos Territoriais;
- Relatório dos Fóruns Temáticos e Setoriais;
- Revista: “Visão de Futuro: Eixos Estratégicos e Objetivos – Versão para Discussão”.

A terceira e última fase de elaboração do Plano foi iniciada com a realização de um encontro que reuniu, aproximadamente, 1.200 participantes de todos os núcleos, segmentos e setores, no qual foi apresentada a Visão de Futuro proposta e também a divisão dos eixos estratégicos e seus objetivos. Nesse encontro, foram formados 33 grupos de trabalho e indicados os seus respectivos coordenadores, com a tarefa de elaborar um plano para a respectiva temática afeita ao grupo.

Entrega Pública do Plano Fortaleza 2040 - 20 de Dezembro de 2016.

2017

Reapresentação do Plano Fortaleza 2040 aos novos gestores

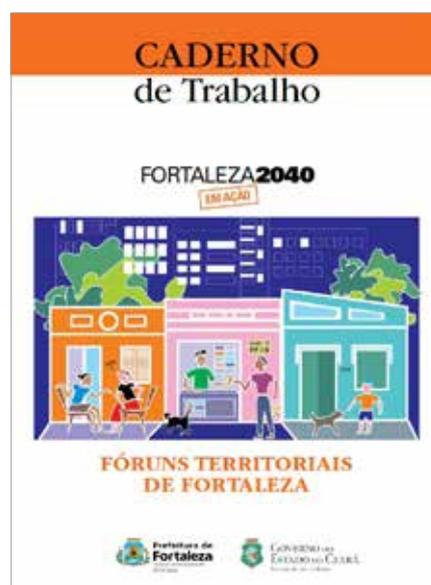
Diante da composição da nova gestão municipal, 70% dos gestores foram substituídos. Coube ao Iplanfor visitar 18 órgãos municipais, apresentando o Plano Fortaleza 2040 e articulando a participação do órgão no seu sistema de governança. Nessas visitas, após a apresentação do Plano nos seus objetivos, estruturação e sistema de governança propostos, pactuava-se a participação dos órgãos na sua implementação e acompanhamento.

2018

Elaboração de Plano de Trabalho para Plano Diretor (Seuma e Iplanfor)

Considerando a lei complementar nº 0176/2014, em que estabelece a competência do Iplanfor para a coordenação da elaboração, revisão e atualização de planos diretores participativos, o processo foi iniciado juntamente com a equipe da Seuma para o desenvolvimento de uma proposta interinstitucional (Iplanfor e Seuma) de Plano de Trabalho para Plano Diretor.

Foi realizado o seminário Direito à Cidade: Planos e Instrumentos de Desenvolvimento Urbano - Panorama Atual e Novos Conceitos. Após isso, foi realizado um conjunto de reuniões, com técnicos dos órgãos envolvidos, a fim de elaborar plano de trabalho, textos técnicos para publicações e organização de evento de capacitação,



que subsidiariam a elaboração do Plano Diretor.

Foi elaborada uma Minuta de Proposta de Plano de Trabalho para alinhamento, minutas de textos técnicos para publicação de revista, e proposta de seminário técnico para apoio à elaboração do Plano Diretor.

Elaboração de 7 Planos Urbanísticos Específicos

Após a priorização de sete dos vinte e um planos específicos, propostos pelo Plano Mestre e de Urbanismo, foram elaborados estudos e proposições, por meio de um convênio com a Secretaria das Cidades do Estado do Ceará, para as seguintes áreas propostas:

- Corredor de Urbanização do Metrofor Linha Sul-Centro
- Esplanada Cultural Praia de Iracema/Centro
- Corredor de Urbanização da Avenida Aguanambi
- Sistema de Bondes Elétricos
- Corredor Orbital
- Praia do Futuro e Cais do Porto
- Corredor do Riacho Maranguapinho

O detalhamento de cada um desses planos foi feito por meio de quatro etapas:

Etapa 1 - Elaboração de plano de trabalho e organização projetual e metodológica;

Etapa 2 – Análise de Informações consolidadas;

Etapa 3 – Interpretação Urbanística e de Mobilidade: análise urbana estratégica; status de uso dos terrenos; altura das edificações; bens patrimoniais tombados; rede cicloviária existente; linhas de transporte público; rede de equipamentos públicos de educação; rede de equipamentos públicos de saúde;

Etapa 4 – Proposições Urbanísticas e de Mobilidade: uso do solo proposto; proposta de áreas verdes; alturas propostas para edificações; padrões edificatórios propostos; habitações de interesse social; densidades propostas; rede cicloviária; transporte público; equipamentos públicos de educação infantil; redes de esgotos; outros.

Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu

O Distrito de Inovação em Saúde Viva@Porangabussu, no bairro Rodolfo Teófilo e adjacências, é projeto integrante do Plano Fortaleza 2040 (Plano Mestre Urbanístico, Plano de Desenvolvimento Econômico e novo Plano de Saúde) e do eixo de Inovação em Saúde do Ceará 2050. O Viva@Porangabussu foi lançado ao público pelo Governo do Estado e Prefeitura de Fortaleza em janeiro de 2018, e integra o hub de inovação em saúde - Hub Viva Ceará, juntamente com os Distritos de Eusébio e Quixeramobim, estes últimos em estágio inicial. O Viva@Porangabussu já tem plano urbanístico específico elaborado, estudos ambientais elaborados. O projeto executivo para recuperação ambiental da lagoa de Porangabussu, contratado pelo Governo do Estado seguindo orientações do estudo preliminar elaborado no Iplanfor aprovado pela comunidade, está sendo finalizado. O Viva@Porangabussu pretende impulsionar o cluster da saúde, com foco nas Ciências da Vida e Tecnologias Médicas, atraindo para o território um conjunto de atividades, instituições e infraestruturas de apoio.

O Iplanfor vem atuando, pela Prefeitura de Fortaleza, na parceria com o Governo do Estado no apoio ao desenvolvimento de outras ações, tais como:

- Plano Urbanístico Específico para o Distrito;
- Requalificação urbana da Lagoa do Porangabussu e saneamento da área de entorno;
- Escola de Cidadania;
- Requalificação de assentamento precário e construção de edifício de HIS (Habitação de Interesse Social);
- Implantação do Portal do Distrito;
- Modelo de Governança do Distrito;
- Plano de Desenvolvimento Socioeducativo.

Reintegração de Posse de Terrenos Municipais Vazios ou Subutilizados na poligonal do Distrito

Esta ação foi precedida pela identificação de imóveis do patrimônio municipal, cujas características físicas fossem compatíveis com a implantação de equipamentos de saúde, educação e edifícios destinados à habitação de interesse social. Havia uma grande parte de imóveis que estava em situação de irregularidade, seja com permissão de uso irregular, matrículas em nome de terceiros, com obras irregulares em curso, dentre outras irregularidades. Havia incongruências com relação às numerações de imóveis, principalmente os municipais, entre os registros da Sepog e da Urbfor.

Diante disso foram realizados os levantamentos dos imóveis patrimoniais municipais, estaduais e federais existentes, que estão dentro do perímetro do Distrito de Inovação em Saúde de Porangabussu. Também foram feitas visitas às cinco instâncias do Fórum, junto com a PGM, para esclarecimentos adicionais, realizadas reuniões com a Urbfor, Metrofor, Sepog e PGM para viabilizar a utilização dos terrenos selecionados por meio do processo de reintegração de posse de imóveis que estavam cedidos a proprietários de concessionárias de automóveis, desocupados ou com irregularidade de posse.

Foram produzidos Mapas Georreferenciados com imóveis patrimoniais e de assentamentos existentes dentro dos limites do Distrito; Mapa com a projeção dos equipamentos a serem implantados nos imóveis selecionados; Quantitativo de apartamentos para os 2 edifícios de HIS; Levantamento físico de imóvel municipal reintegrado; Estudo Preliminar do Distrito de Inovação em Saúde Viva@Porangabussu; Parecer justificando a necessidade de reintegração para uso com finalidade pública, para anexar aos processos.

Diagnóstico Ambiental da Lagoa de Porangabussu e entorno

Diante da necessidade de tornar a lagoa do Porangabussu um ambiente balneável, salubre e parte integrante do projeto Distrito de Saúde do Porangabussu (@vivaporangabussu), pro-

mover um diálogo das instituições que poderão contribuir com o projeto e apresentar um diagnóstico atualizado sobre os pulsos de poluição que atingem a lagoa, foi realizado um Estudo Ambiental para subsidiar um projeto de requalificação da lagoa.

Foram feitas articulações com órgãos interessados no projeto e um levantamento das fontes clandestinas de lançamento de esgoto na lagoa (grupo de trabalho Cagece, Seuma, Regional III e Iplanfor), incluindo o quantitativo das interligações clandestinas desativadas. O Relatório Ambiental do levantamento de campo também propôs visitas técnicas de avaliação das condições ambientais da lagoa, limpeza e dragagem, e demais atividades de preparação para recepção do projeto de revitalização.

Estudo Preliminar e Termo de Referência para contratação de Projeto Executivo de Requalificação da Lagoa

Com o objetivo de contratar um Projeto Executivo e obras alinhados com o Plano Urbanístico Específico, Urbanismo Verde e necessidades identificadas no Diagnóstico Ambiental e às demandas comunitárias coletadas nos fóruns e reuniões realizadas, foi elaborado um estudo preliminar com zoneamento proposto e perspectivas, bem como um Termo de Referência para elaboração do Projeto Executivo para o Grupo de Trabalho de Inovação em Saúde - GTIS (Decretado pelo Governo do Estado), no qual o Iplanfor representa a Prefeitura de Fortaleza.

A Prefeitura não priorizou a contratação do projeto executivo acordado com a população, pelo que a Secretaria da Saúde do Ceará assumiu o compromisso. No entanto, a Seinf executou uma obra de recuperação de pisos e quadras destoando do projeto de recuperação ambiental e urbanístico mais abrangente apresentado e validado pela população.

Também foi elaborado um Memorial Descritivo para reintegração de vias públicas e realizadas apresentações para o chefe de gabinete do Governo do Estado e para a comunidade do bairro Porangabussu.

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI da Região Metropolitana de Fortaleza

O Estatuto da Metr pole (Lei N  13.089/ 2015) estabeleceu um prazo para a obrigatoriedade da elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI). A Secretaria das Cidades do Governo do Estado do Ceará iniciou a estruturação do processo mobilizando relevantes atores no contexto da Região Metropolitana de Fortaleza.

Técnicos do Iplanfor participaram de capacitação sobre PDUI e, após isso, realizaram algumas atividades: Preenchimento de formulário sobre dados do município de Fortaleza; Organização e cessão de arquivos referentes à Legislação Municipal; Cessão de estudos, planos e dados municipais; Apresentação do Plano Fortaleza 2040 para a equipe de consultores e técnicos da Secretaria das Cidades.

No entanto, o processo foi interrompido pela Secretaria das Cidades devido a alteração na equipe do Governo do Estado que estava conduzindo o processo, bem como pela sustação da obrigatoriedade de entrega no prazo antes determinado em Lei (alteração de Legislação Federal).

Proposta para Localização de Conselhos Tutelares

O Estudo de Localização de Conselhos Tutelares foi desenvolvido a partir da demanda do Ministério Público, com o objetivo de identificar a localização prioritária dos conselhos tutelares. Nele, foram considerados a legislação pertinente, dados socioeconômicos territoriais, o planejamento estratégico municipal e o nível de acessibilidade dos transportes públicos.

Proposta de Ordenamento das Barracas da Praia do Futuro

O Ministério Público Federal criou o Fórum Permanente para a Requalificação da Praia do Futuro, com o intuito de somar esforços para subsidiar o processo de tomada de decisão que tenha por finalidade implantar, com consistência técnica e jurídica, o modelo de gestão ambiental e urbanística capaz de conferir aos ecossistemas que integram a região da Praia do Futuro uma proteção eficaz e definitiva, integrando estas áreas ao patrimônio ambiental, cultural, social, e econômico da cidade de Fortaleza e do Estado do Ceará. Assim, a Prefeitura Municipal de Fortaleza teve assento neste Fórum, e o IPLANFOR foi convidado a apoiar tecnicamente a Prefeitura nesse processo, realizando apresentações sobre propostas para ordenamento da Praia do Futuro, contidas no Plano Fortaleza 2040.

Dentre os desafios apresentados para esse trabalho, estavam a necessidade de alinhamento sobre a classificação do status de funcionamento das barracas, pois durante o processo surgiram interpretações diversas; e também, o desafio de viabilizar, através de uma contribuição técnica, um acordo entre os diversos atores envolvidos nesse processo de ordenamento. Faz-se necessário desenvolver uma solução que atenda às práticas e costumes culturais da população (patrimônio cultural imaterial).

Foi realizado um Levantamento Georreferenciado das barracas de praia da Praia do Futuro, com definição dos usos e do status de funcionamento, classificando-as em ativas ou inativas. Em seguida houve apresentação de propostas alternativas previstas no âmbito do Plano Urbanístico Específico da Praia do Futuro e a elaboração de um Termo de Referência para estabelecer os requisitos gerais de contratação de serviços e projetos de arquitetura, engenharia e afins, necessários à execução de obras do ordenamento temporário da Praia do Futuro, no âmbito da Administração Municipal.

2019

Análise de Código da Cidade

Em 02 de agosto de 2019, foi publicada a Lei Complementar nº 270, que trata do Código da Cidade. Anterior à publicação da lei, o Iplanfor elaborou um relatório técnico de avaliação do Projeto de Lei Complementar do Código da Cidade de Fortaleza com o objetivo de contribuir com justificativas e sugestões de modificações, supressões e adições no corpo do texto da proposta de Projeto de Lei.

Foram elaborados 02 produtos:

- 1) Documento do Projeto de Lei Complementar do Código da Cidade do Município de Fortaleza com sugestões de modificações, supressões e adições no corpo do texto, conforme legenda; e
- 2) Relatório Técnico contendo as justificativas das alterações (supressão, modificação ou adição), bem como embasamento jurídico e técnico, conforme as diretrizes do Plano Estratégico Fortaleza 2040.

Os relatórios entregues podem ser aplicados, futuramente, com a finalidade de subsidiar alterações na Lei Complementar nº 270.

Elaboração de Documento de Referência para Plano Diretor com a Extração para Plano Diretor

Em 2019 se deu o início do processo de revisão do Plano Diretor para aquele ano. Buscando contribuir com este processo, foi elaborado um documento de referência com a extração das principais orientações do Plano Fortaleza 2040. Por se tratar de um plano orientador, visando o desenvolvimento da cidade, foram

extraídos os princípios, objetivos, diretrizes, estratégias e bases do Plano Fortaleza 2040.

A extração do Fortaleza 2040 para o Plano Diretor aconteceu inicialmente durante evento em que participaram todos os participantes das 15 Câmaras Setoriais. Com a contribuição das 15 Câmaras Setoriais, todas as informações foram compiladas no Iplanfor para a elaboração do documento de referência.

Com todo o material da extração, a equipe do Iplanfor elaborou o documento para entregar ao Núcleo Gestor do Plano Diretor. O documento é composto por uma parte textual e diversos mapas, como: corredores de urbanização, proposta de reestruturação do zoneamento ambiental, proposta de adequação das ZEIS, zonas especiais e outros. O documento propõe que o novo Plano Diretor contenha orientação para 32 políticas, e não apenas para 21 políticas, como o plano vigente.

Recomenda-se que com a continuidade das atividades de revisão do Plano Diretor, este documento de extração do Plano Fortaleza 2040 possa ser utilizado como base e referência para o desenvolvimento das atividades e elaboração do Plano Diretor.

Projeto Fortaleza em Bairros

A existência de uma diversidade de bases cartográficas municipais com conflito de limites dos bairros, causando transtornos para moradores e prestadores de serviços e impactando na eficiência da gestão pública, levaram o Iplanfor a promover alinhamento e ajuste na base cartográfica de bairros do Município de Fortaleza, a fim de aprimorar a governança municipal e viabilizar a organização de informações confiáveis e uniformes sobre estas unidades territoriais.

A diversidade de bases cartográficas gerava dados conflitantes, inclusive entre diferentes órgãos da gestão pública municipal, não permitindo muitas vezes a criação de novas empresas por divergências nos comprovantes de endereço. A última lei geral de consolidação de limites de bairros é de 1960. Desde então, novos bairros foram criados por leis específicas, por vezes, geran-

do conflitos de informações geográficas. A própria prefeitura não dispunha de uma única cartografia da cidade com novos limites do município, bem como dos bairros, distritos e subdistritos, atualizada e instituída por decreto ou lei cidade, que permitisse que o novo Censo 2020 já fosse elaborado de forma correta.

Foi, então, composto um grupo de trabalho interinstitucional colaborativo, a fim de identificar a base cartográfica unificada que produziu um diagnóstico de Limites de Bairro; a minuta de Decreto de Alinhamento de Limites de Bairro; a Proposta de Manual de Procedimentos para alteração de limites de bairros, descrição de limites dos bairros de Fortaleza.

Após isso, foi, então, publicado um decreto de alinhamento da base cartográfica municipal, baseado em diagnóstico e em trabalho colaborativo, realizado por grupo de trabalho interinstitucional.

Também foi desenvolvido um site para permitir a divulgação de informações gerais e específicas para cada um dos bairros da cidade.

Elaboração de Proposição para um Sistema de Planejamento Municipal

O Plano Estratégico Fortaleza 2040 (FOR 2040) decorre de um planejamento macro, ou seja, um planejamento geral para a cidade de Fortaleza, abrangendo as principais políticas públicas, integrando 32 planos organizados em 7 eixos estratégicos de desenvolvimento.

Apesar do conhecimento público que as grandes transformações ocorridas em grandes metrópoles são fruto de um plano estratégico de longo prazo, este instrumento ainda não é citado nos marcos legais brasileiros, que até hoje tem como plano mais abrangente, o plano diretor participativo, limitado a dez anos de horizonte de tempo.

Por este motivo, percebeu-se a necessidade e conveniência de instituir de fato e de Direito um Sistema de Planejamento para o Município de Fortaleza, especificando hierarquias, escopo obriga-

tório, metodologia participativa, vigência e periodicidade de revisão, dentre outros quesitos.

Nesta perspectiva foi realizado amplo estudo acerca dos marcos legais brasileiros relacionados e, em seguida, elaborada proposta de modelo para o sistema de planejamento municipal que deverá passar por processo de análise e aprovação em diversas instâncias, no ambiente interno do executivo municipal, junto à população, e junto à Câmara de Vereadores.

Para permitir a institucionalização do Sistema de Planejamento, foram elaboradas ainda as seguintes minutas:

- Uma minuta de projeto de lei que prevê uma alteração na Lei Orgânica do Município de Fortaleza para incluir dispositivo prevendo o Sistema de Planejamento Municipal;
- Minuta de projeto de lei a qual trata especificamente sobre os princípios e regras jurídicas do Sistema de Planejamento.

Buscou-se uma minuta de projeto de lei que fosse o mais auto-aplicável possível, para não correr o risco de se tornar uma espécie normativa meramente simbólica, uma vez que dependente da edição de um decreto.

Percebida a complexidade do processamento de emenda a lei orgânica no momento de pandemia e período eleitoral, foi elaborado novo marco legal para institucionalizar não só o Plano Fortaleza 2040, mas também o sistema de gestão por resultados como um todo, onde se inclui também o plano de governo e suas instâncias de gestão de forma integrada à visão estratégica da sociedade.

Instituição da nova territorialização de Fortaleza

O segundo componente, proposto pelo sistema de governança, foi os Fóruns Territoriais, instâncias de articulação entre o poder público e a sociedade para o estabelecimento de diálogo permanente, que permitisse o acompanhamento da execução dos planos e demais políticas nos diferentes territórios da cidade. Essa instância deveria buscar o fortalecimento de uma dimensão importante da governança municipal: a governança territorial, considerando que

a cidade é composta por diferentes territórios nos quais as políticas devem ser articuladas com a sociedade local.

O primeiro passo para isso foi construir uma metodologia para a definição de alguns componentes dessa governança, a saber: os critérios para a definição dos territórios de gestão; a identificação das funções administrativas no território e o modelo de articulação e diálogo com a sociedade. Essa metodologia foi discutida com as equipes gestoras das sete Secretarias Regionais existentes e da Coordenadoria Especial de Participação Social.

O segundo passo foi aprofundar essa discussão com a sociedade. Isso foi iniciado com a realização de um Seminário sobre Governança Municipal, que ouviu gestores, movimentos sociais e técnicos com experiência em participação social e resultou na proposição de alguns componentes para ampliar a discussão pela cidade: critérios para definição de limites territoriais; funções de gestão pública nos territórios e modelos de participação social nessa gestão.

Foi organizado um caderno de trabalho com essas questões e realizados sete grandes encontros regionais, onde a proposta foi apresentada e os participantes desses encontros convidados a organizar discussões em seus territórios para analisar as questões propostas. O resultado desses debates foram 68 propostas oriundas de diversos grupos, que serviu de base para oficinas regionais voltadas para a sistematização de propostas comuns.

A partir das contribuições recebidas, foram realizadas sete oficinas regionais com a participação dos representantes dos 68 grupos proponentes. Nessas oficinas, foram estruturadas as proposições de recortes territoriais que seriam agrupados em doze unidades de gestão regional, em uma oficina geral, reunindo representantes de todas as sete oficinas, o que se deu em novembro de 2018.

Nessa oficina geral, além da proposição de organização da gestão territorial de Fortaleza, foram iniciadas as discussões sobre a implantação dos fóruns territoriais, instâncias de participação propostas pelo sistema de governança do Plano Fortaleza 2040. Entre novembro de 2018 e abril de 2019, diversos grupos mobilizados pelas Secretarias Regionais, e com metodologia de trabalho apoiada pelo Iplanfor, realizaram discussões sobre como deveriam funcionar essas instâncias.

RESUMO DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO

Período	Passo	Produtos e Resultados
Fevereiro - Março	1 – Definição de Metodologia Conjunta com Secretarias Regionais	3 reuniões realizadas; 1 proposta metodológica elaborada.
Abril	2 – Realização de Seminário sobre Governança Territorial	1 seminário realizado; Critérios para territorialização definidos; 123 participantes.
Maio - Junho	3 – Realização de 7 Fóruns Regionais para Mobilização da População	7 fóruns realizados; 827 participantes.
Junho - Julho	4 – Discussão em 69 Grupos de Bairros	Elaboração de 69 propostas; 981 participantes.
Agosto - Setembro	5 – Realização de 7 Oficinas Regionais	Definição de 39 territórios; 270 participantes.
Outubro	6 – Sistematização de uma Proposta Técnica	Proposta elaborada.
Novembro	7 – Oficina Municipal de Validação e Formação dos Fóruns	Proposta apreciada e validada; Formação de 30 Fóruns; 112 participantes.
Dezembro/2018 – Abril/2019	8 – Elaboração das Pré-Agendas	29 Pré-agendas; 96 reuniões; 1560 participantes.
Maio/2019 – Julho/2019	9 – Definição dos Compromissos e Elaboração das Agendas	Agendas elaboradas.
Agosto/2019	10 – Entrega de 29 Agendas	Agendas entregues.
Fevereiro/2020	11 – Elaboração de 7 novas Agendas	Agendas entregues.

As discussões consolidaram a proposta de que os Fóruns Territoriais deverão ser instâncias existentes na estrutura da gestão regional, abertas à participação da população, com o objetivo maior de estabelecer um diálogo permanente em torno do desenvolvimento sustentável de cada território. Serão coordenados de forma colegiada entre a gestão municipal e representantes da comunidade eleitos para isso, com atribuições específicas de buscar a solução para os problemas existentes no território, por meio do planejamento participativo e engajamento da população nas políticas públicas.

No final de 2019, o Prefeito Municipal encaminhou à Câmara Municipal projeto de Lei instituindo a proposta elaborada, definindo uma nova regionalização, composta por 12 Regiões Administrativas formadas por agrupamentos dos 39 territórios e esta-

belecendo um sistema de gestão territorial, onde foi assegurada a existência dos Fóruns Territoriais e Fóruns Regionais, bem como legalizando as Agendas Territoriais como ferramenta de planejamento territorial.



A implantação do novo sistema de governança territorial, entretanto, foi suspensa em virtude da situação extraordinária que se instalou na cidade, em decorrência da pandemia de Covid-19, que obrigou o poder público a suspender esta e diversas outras ações em andamento.

Plano Específico Praia do Futuro e Cais do Porto (apoio ao Plano Multisetorial de Implementação - MI)

Representantes dos três grupos empresariais detentores dos moinhos de trigo localizados no bairro do Cais do Porto (das fa-

mílias Jereissati, Dias Branco e Macêdo), realizaram manifestação de interesse sobre o Plano Urbanístico Específico da Praia do Futuro e Cais do Porto estruturado pelo Iplanfor através de convênio com a Secretaria das Cidades. Para tanto contrataram a equipe de arquitetos autores do referido plano, equipe de urbanistas sociais de Medellín e consultoria em Economia Urbana para elaborar e apresentar à Seuma um Master Plan do Plano Multi-setorial de Implementação. A equipe técnica do Iplanfor atendeu à equipe contratada para lhes prestar orientações e informações sobre o território e suas comunidades.

Plano de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

O Plano de Segurança Alimentar e Nutricional do Plano Fortaleza 2040 foi desenvolvido pela mesma equipe do Plano de Saúde ao longo do processo de elaboração do Plano Fortaleza 2040 como um todo. No entanto, antes do final do processo, o grupo de participantes decidiu por dois planos distintos, restando então, ao final de 2016, um Plano de SAN pouco abrangente e incompleto, sem valores de custeio e investimentos definidos. Por este motivo iniciou-se novo ciclo de oficina participativa de maneira a ampliar o grupo de elaboração, e complementar e atualizar o Plano de Segurança Alimentar e Nutricional.

Elaboração de Agendas Territoriais

O primeiro exercício, no diálogo proposto junto aos Fóruns Territoriais, foi a elaboração de agendas de desenvolvimento territorial. Para isso, o Iplanfor elaborou cadernos diagnósticos para cada um dos 39 territórios, contendo as informações necessárias para a realização de análises que permitissem identificar desafios e propor ações para o desenvolvimento territorial. Cada diagnóstico preliminar, além dos dados demográficos, de mobilidade, saneamento, distribuição de equipamentos públicos, localização de



assentamentos precários, dentre outros mapas, também reunia as propostas gerais do Plano Fortaleza 2040 e resgatava demandas de cada território, levantadas em momentos anteriores por meio do Ciclo Participativo do Orçamento, além das reuniões do próprio Fortaleza 2040.

Dessa forma, cada grupo, formado nos territórios por ocasião do processo anterior descrito, orientado pelos sete eixos do Plano Fortaleza 2040, analisou a situação de forças e fraquezas do território, identificou desafios e propôs ações prioritárias para a gestão municipal. Essa proposta, chamada de “pré-agenda”, foi encaminhada às Câmaras Setoriais para análise de viabilidades na sua execução, resultando em 912 compromissos para as primeiras 29 agendas propostas.

O documento, contendo a síntese das proposições e os compromissos assumidos, foi entregue em solenidade pública dirigida pelo Prefeito Municipal, o Superintendente do Iplanfor, o Reitor da Universidade Federal do Ceará e o Governador do Estado do Ceará.

Nesta mesma solenidade foi apresentada a ferramenta disponibilizada para a difusão de informações sobre os territórios e acompanhamento de suas agendas e fóruns: o site “Fóruns Territoriais”, desenvolvido pelo Iplanfor, que publiciza todas as informações sobre os 39 territórios da cidade.

Outras oito agendas foram elaboradas no segundo semestre de 2019 e concluídas no primeiro trimestre de 2020, período em que também se produziu o primeiro relatório de acompanhamento dos compromissos assumidos, o qual verificou uma evolução em 77 % das ações comprometidas e, dessas, 30% já concluídas e entregues.

O processo aqui descrito também deu origem a um projeto específico, articulado pelo Iplanfor com outras instituições afins, o “Fortaleza em Bairros”, voltado para corrigir as inconsistências na base cartográfica e legal dos 121 bairros da cidade, bem como subsidiar a Câmara Municipal diante das demandas de criação e/ou alteração nos bairros da cidade.

Elaboração dos Planos Integrados de Regularização Fundiária - PIRF de 10 ZEIS

Tendo sido assinada parceria com a Universidade de Fortaleza (Unifor) da Fundação Edson Queiroz, em outubro de 2018, foram iniciados os trabalhos, em novembro do mesmo ano, para a elaboração dos Planos Integrados de Regularização Fundiária (PIRF) das 10 Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) prioritárias. Coube à Unifor a elaboração dos PIRF das ZEIS Praia do Futuro, Caça e Pesca e Serviluz. À Universidade Federal do Ceará (UFC) coube coordenar a elaboração dos PIRF ZEIS Bom Jardim, Pici e Poço da Draga. As ZEIS Moura Brasil, Pirambu e Lagamar tiveram seus PIRFs elaborados sob coordenação da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Dentre as etapas desenvolvidas e os produtos entregues dos PIRFs, destacaram-se os cenários do plano urbanístico, o material gráfico produzido e as oficinas participativas, acompanhadas no território pela equipe da Diart/Iplanfor. Foram desenvolvidos os planos correspondentes às etapas de elaboração dos PIRFs.

No caso do Contrato assinado entre a Fundação CETREDE (Fundação de apoio da UFC) e o Iplanfor, publicado em Diário Oficial do Município, em 18 de junho de 2019, a Diart/Iplanfor esteve em intermediação com os conselhos das ZEIS-objeto deste contrato, durante o primeiro semestre de 2018, para a iniciação das atividades preparatórias para o diagnóstico e para os planos componentes dos PIRFs e acompanhamento de todo o processo, durante a busca das instituições envolvidas pelo melhor instrumento jurídico, capaz de abranger a relação interinstitucional.

Percebeu-se com essa dinâmica territorial prévia que as ZEIS Bom Jardim, Pici e Poço da Draga, cada uma, apresentava dinâmicas sociais bem distintas. Estão sendo concluídos os PIRFs das mesmas, já muito próximo do respectivo término, tendo sido realizadas reuniões presenciais e, após o período de isolamento social imposto pela pandemia, na modalidade virtual, com apresentação de produtos e respectivas aprovações.

Em relação aos PIRFs produzidos pela Fundação UECE (FUNECE) - o instrumento jurídico encontrado para esse caso foi o Ter-



mo de Descentralização de Crédito Orçamentário nº 001/2019 - CIDADES - , os mesmos também se encontram em processo de finalização, com reuniões virtuais de apresentação e aprovação. A equipe se destaca pela interdisciplinaridade, pelas atividades ligadas à equipe do curso de Geografia, a saber a cartografia social, e à equipe do curso de Administração. Vale destacar também a atuação junto à maior das ZEIS de Fortaleza, a ZEIS Pirambu.

No caso da ZEIS Dionísio Torres, tendo em vista se tratar da menor ZEIS do grupo de prioritárias, inicialmente havia se pensado em contratar o IFCE para a elaboração de seu PIRF, porém os custos orçados foram elevados e desproporcionais em relação a áreas bem maiores que a quadra da Vila Vicentina.

Decidiu-se por apreender a experiência de elaborar um PIRF a partir das experiências já acumuladas pelas equipes de entidades contratadas para, com uma equipe intersetorial composta em suma por membros do Iplanfor, sob a coordenação da Diart, para atuar na construção do PIRF da ZEIS Dionísio Torres (Vila Vicentina). Isso ocorreu em outubro de 2019, incluindo profissionais de variadas expertises, como direito, arquitetura e urbanismo, economia, sociologia e administração, dentre outras áreas envolvidas com políticas e planejamento públicos, além de colaboradores externos que acompanham a Vila Vicentina há alguns anos, como o Escritório de Direitos Humanos Frei Tito de Alencar e pesquisadores da UECE e da UFC. O diagnóstico foi apresentado e aprovado, tendo sido iniciada a fase principal de planejamento.

Os PIRFs entregues pelas universidades passaram por aprovação dos Conselhos Gestores das ZEIS e se estruturam em diagnósticos e planos propriamente ditos.

Cada equipe elaboradora teve a liberdade de, em conformidade com o desenho e o conteúdo estabelecidos legalmente pelo Plano Diretor, bem como com as definições dos espaços de construção conjunta entre Poder Público e sociedade civil, institucionalizados desde 2015, colocar mais apropriadamente sua proposta metodológica de planejamento participativo.

Dessa forma, tem-se como grande destaque metodológico o uso da cartografia social como forma tanto de diagnosticar o território como colher suas demandas, de maneira a promover uma

reflexão entre moradores sobre os espaços e relações de que são construtores.

Outro ponto fundamental foram as oficinas, realizadas participativamente como grande expressão da troca de saberes populares e técnicos/acadêmicos. Demonstrou-se que essas metodologias são potencializadas com a utilização de mobilizadores sociais de dentro dos territórios e com a instalação de escritórios de campo, a fim de divulgar, sensibilizar e sobretudo encampar o instrumento ZEIS.

2020

Processo de Revisão Plano Diretor Participativo (PDPFor 2009)

Em setembro de 2019, foi publicada, no Diário Oficial do Município de Fortaleza, a lei nº 10.922, que instituiu o Núcleo Gestor de Revisão do Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFor 2009). O decreto nº 14.503, de 25 de setembro de 2019, regulamentou a lei no que trata da Instituição e da Competência do Núcleo Gestor, da sua Composição, da eleição dos membros da sociedade civil e da vice-presidência, e da posse.

As reuniões do Núcleo Gestor tiveram início no dia 13 de novembro de 2019, com a cerimônia de posse dos membros. Iniciou-se, assim, a contribuição do Iplanfor com a elaboração do Plano de Trabalho para servir de documento base a ser aprovado no Núcleo Gestor e a contribuição para aprovação do Regimento Interno do Núcleo Gestor. Em 09 de Dezembro de 2019, no plenário do Núcleo Gestor, foi feita uma apresentação do Fortaleza 2040, demonstrando que o mesmo foi elaborado considerando o que estava previsto no PDPFor 2009 e que muitas matérias previstas no plano estratégico podem ser utilizadas como base para a revisão do plano diretor.

Enquanto o plano de trabalho era discutido no Núcleo Gestor, a secretaria executiva deste núcleo, solicitou que o Iplanfor elaborasse os termos de referência para viabilizar as contratações de consultorias de estudos técnicos, que estavam previstos no texto do Plano de Trabalho.

A aprovação final do Plano de Trabalho ocorreu em uma reunião do Núcleo Gestor, no auditório do Paço Municipal, no dia 13 de janeiro de 2020, através de votação entre os membros que estavam presentes. Na mesma oportunidade, foi realizado um acréscimo com relação à contratação de consultoria para estudos técnicos, na temática Patrimônio Histórico.

Com o advento da pandemia da Covid-19, o Núcleo Gestor iniciou a realização de reuniões por videoconferência no dia 23 de março de 2020. Algumas decisões foram votadas para adequar os trabalhos do núcleo à nova realidade:

- Os encontros presenciais de revisão do Plano Diretor Participativo de Fortaleza foram suspensos;
- Como boa parte dos recursos existentes da Prefeitura Municipal de Fortaleza foram destinados, em caráter emergencial, à política de saúde, o processo licitatório para contratação de consultoria para estudos técnicos foi suspenso;

No mês de julho de 2020, atendendo a uma recomendação do Ministério Público, o processo foi paralisado, visto não permitir a participação presencial diante do avanço da Pandemia da Covid 19 na cidade.

Redesenho do Plano de Saúde



O Plano de Saúde do Fortaleza 2040, elaborado em 2016 por um conjunto de profissionais da saúde de Fortaleza, considerou em seu escopo os serviços públicos de saúde, ficando de fora os demais determinantes sociais da saúde. Mesmo cientes que alguns destes determinantes impactam, até mais na saúde da população, que o próprio sistema de saúde pública (serviços de saúde). Por este motivo, considerando que o plano originalmente elaborado não continha abordagem sistêmica e disruptiva, foi

programado, com o apoio da Secretaria da Saúde do Município e da Escola de Governo do Estado do Ceará, um novo ciclo de oficinas para produção de nova edição do Plano de Saúde, desta vez incorporando todos os determinantes sociais da saúde. O processo de revisão do Plano de Saúde, aberto à sociedade em geral, assegurou ampla participação de atores, não só do campo da Saúde, mas também de lideranças comunitárias, gestores e técnicos das demais políticas que impactam a saúde da população, cientistas e pesquisadores. As cinco oficinas, utilizando a metodologia do design thinking, ocorreram entre os dias 07 e 21 de novembro de 2019.



MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

COMPETÊNCIAS

São competências do Iplanfor, na área de Monitoramento das Políticas Públicas:

- Monitorar, avaliar e aprimorar o processo da Governança do Município de Fortaleza.
- Avaliar de forma integrada os resultados estratégicos de governo e das políticas públicas municipais;

RESULTADOS ALCANÇADOS

Avanços na criação de instrumentos voltados para o monitoramento, a exemplo das Câmaras Setoriais, Observatório de Fortaleza e do Sistema de Acompanhamento do Plano, entretanto poucos resultados nas avaliações dos seus resultados.

Elaboração de ferramentas que permitem o acompanhamento e difusão de informações sobre Políticas e Ações.

- Site dos Conselhos Municipais
- Sistema de Acompanhamento do Plano Fortaleza 2040 – SIGA2040
- Site dos Fóruns Territoriais
- Site da Agricultura Urbana
- Site das ZEIS
- Site Observa CE

Elaboração de Relatórios Anuais de Monitoramento e Avaliação.

ATIVIDADES REALIZADAS

No desempenho de suas competências, coube ao Iplanfor realizar as seguintes ações ao longo do período 2013-2020:

2013

Implantação das Salas Situacionais

O Observatório da Governança Municipal de Fortaleza foi originalmente pensado em 2013, como um instrumento para prover informações e conhecimentos no processo de tomada de decisão do Prefeito deste Município.

A Missão do Observatório foi definida como: gerar conhecimentos e informações qualitativas, que promovam a transformação contínua da Prefeitura de Fortaleza para a boa governança.

A Diretoria do Observatório da Governança Municipal orientava suas ações a partir de dois eixos. O eixo “Como estamos Governando?” se referia ao propósito de prover informações e conhecimento sobre o resultado de políticas e ações desenvolvidas pela Prefeitura. Esse eixo dispõe de quatro produtos:

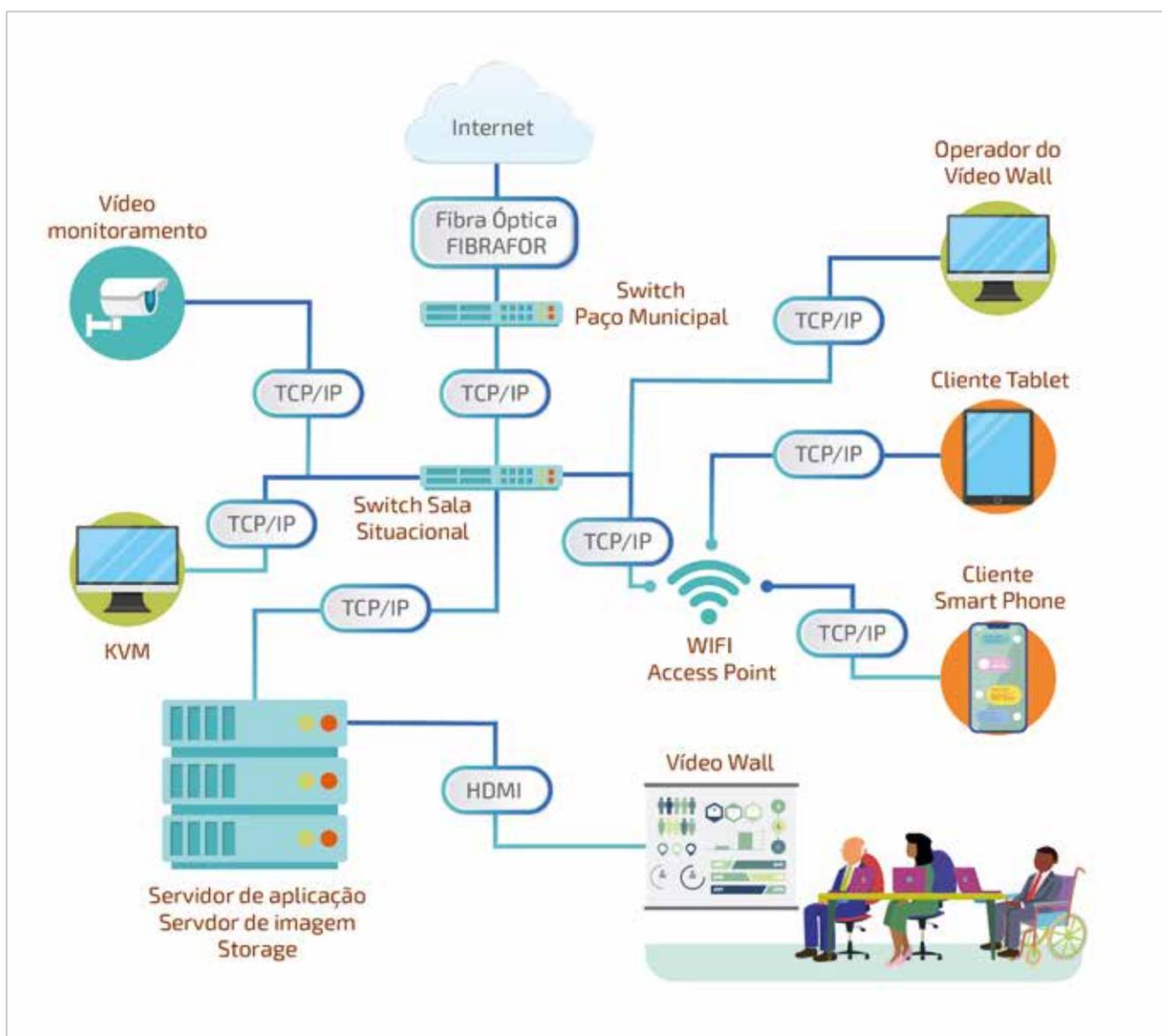
- a) O Gerenciamento da Qualidade da Informação;
- b) A Sala Situacional da Governança;
- c) A Rede de Salas Setoriais;
- d) A Avaliação Qualitativa dos Indicadores Estratégicos da Governança da Prefeitura.

O eixo “Minha Cidade, Meus Serviços” pretendia conhecer os perfis e os níveis de satisfação de usuários de serviços da Prefeitura, suas demandas, anseios, expectativas e valores, por meio de estudos e pesquisas. Dessa forma, o Observatório queria contribuir para a efetivação da cidadania, com o usufruto de oportunidades, serviços e estruturas na cidade.

Como parte do Observatório, foi constituído o primeiro protótipo da Sala Situacional com a finalidade de subsidiar o Prefei-

to com informações atualizadas de cinco Secretarias Setoriais: Saúde, Educação, Finanças, Planejamento e Infraestrutura, uma vez que estas dispõem de bancos de dados e infraestrutura de TI mais completos.

Para o desenho da Sala Situacional foram feitas pesquisas em alguns Municípios brasileiros, entre eles São Paulo (SP) e Por-



to Alegre (RS), e outros do exterior: Medellín (Colômbia), Lima (Peru), bem como visita presencial na Sala Situacional do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS-CE) e o GovLab, da New York University (USA).

A infraestrutura da Sala Situacional foi constituída em 2014-2015 e avançou na consolidação do protótipo de um sistema de

informação. O grande desafio da Sala Situacional ficou evidente diante de grandes diferenças tecnológicas entre as Secretarias Setoriais em prover dados e informações, em decorrência de: ausência de equipamentos de tecnologia de informação e falta de técnicos qualificados em TI e Estatística, e de conhecimento e capacidade operativa fragmentada dos sistemas de informação da Prefeitura.

A equipe implementou e expandiu o aplicativo básico de *Business Intelligence* da Sala Situacional, com a integração de novos bancos de dados da Secretaria de Finanças (Sefin), do Controle de Tráfego Centralizado de Fortaleza (CTAFOR), da Secretaria Municipal do Turismo e Meio Ambiente (Seuma), da Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Setra), da Secretaria Municipal da Educação (SME), da Secretaria Municipal da Infraestrutura (Seinf), da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude (CEPPJ), da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico (SDE) e dos Indicadores da Agenda Estratégica, armazenados no SIOPFOR. A expansão do aplicativo foi concluído em dezembro de 2015.

Para assistir àqueles com menor capacidade operativa, o Observatório da Governança desenvolveu um sistema de captação de informações através da estratégia de conformação de Salas Setoriais diretamente operacionalizadas pelos usuários de qualquer órgão municipal.

No transcurso de 2015-2016 foi possível constatar que diversos órgãos municipais criaram seus próprios bancos de dados ou pequenas salas situacionais. Provavelmente as atividades de Smart City, da Fundação de Ciências, Tecnologia e Inovação de Fortaleza (Citinova) – assim como as atividades na área de informação da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (Sepog), incentivaram a sua conformação. A Sala Situacional mudou sua estratégia e buscou transformar-se em um “cliente” dos bancos de dados destas entidades municipais. Lamentavelmente, os problemas de continuidade do acesso aos dados por parte da equipe do Observatório, assim como a incerteza da garantia de qualidade, consistência e veracidade dos mesmos, continuava.

Em 2015, o Observatório identificou uma solução para os problemas de consistência dos dados. A solução tem o nome de software Pentaho Open Source Business Intelligence, que permite criar um sistema de captura de dados automatizado (extração, transformação e carga de dados) das fontes originais, em cada órgão, assim como revisão de sua consistência e veracidade.

No ano 2016, a Sala Situacional não apresentou avanços significativos na área de *Business Intelligence* devido às dificuldades na contratação do software Pentaho. A equipe foi direcionada na realização de pesquisas com grupos focais buscando conhecer o impacto positivo de novos serviços da Prefeitura.

A expectativa de contratar uma Consultoria em ETL, *DashBoards* e *DataMinng*, através de licitação no início de 2017, não foi realizada. Consequentemente, a Sala Situacional não foi definitivamente implementada. Os equipamentos adquiridos foram transferidos para uma nova sede do Observatório na Praça do Ferreira – Fortaleza.

Elaboração da proposta de organização, complementação e regulamentação dos Conselhos Municipais que embasou a reforma administrativa de 2016

O Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor) observou os conselhos de participação social no município a fim de apresentar um diagnóstico sobre o modo como funcionavam. O estudo teve origem na perspectiva do governo municipal de estruturar um Sistema Municipal de Participação Social, formado pelos conselhos de políticas públicas e outros órgãos colegiados de participação social; conferências de políticas públicas; ouvidoria pública do poder executivo; mesas de diálogo; fóruns interconselhos; audiências públicas; consultas públicas; além das interfaces e ambientes virtuais, voltados ao diálogo e à participação social nas políticas públicas.

O trabalho debruçou-se sobre uma parte daquele sistema,

que representa os instrumentos mais tradicionais de participação social e componentes do referido sistema. Durante o estudo, deparou-se com a dificuldade de realizar o levantamento dos dados, seja pela ausência de informação sistematizada, seja pelo restrito acesso aos dados armazenados nos órgãos municipais aos quais os conselhos são vinculados.

O diagnóstico, além de servir para subsidiar a constituição do Sistema de Participação Social no âmbito municipal, pode ainda proporcionar a estruturação de uma sistemática de controle e acompanhamento do funcionamento dos conselhos municipais, bem como de uma nova configuração da rede de conselhos no município de Fortaleza. Foi realizada, nos meses de julho a setembro de 2013, a pesquisa bibliográfica e documental junto às Secretarias Municipais, à Coordenadoria Especial de Participação Popular, às Secretarias Executivas dos Conselhos, à Procuradoria Geral do Município e à Câmara Municipal de Fortaleza, estes últimos no tocante às legislações pertinentes ao tema.

Foram levantadas informações gerais sobre os conselhos municipais, como data de criação, marco legal, finalidade, vinculação, função, atribuições, representatividade, existência de regulamento interno, planos de trabalho, situação e local de funcionamento. Foram observadas também a participação da sociedade civil, as entidades que mais participam dos conselhos e como o governo interage com os conselhos.

Infelizmente, as proposições de criação de um Conselho do Sistema de Participação Social e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (este último para substituir a CPPD, que seria transitória), não foram absorvidas.

2016

Elaboração de Brochuras sobre Políticas Públicas

Com vistas a cumprir a atribuição de promover a integração das políticas públicas, o Iplanfor realizou, em 2014, o Diagnóstico das Políticas Públicas em Fortaleza, que apresentou o status da institucionalização legal de 33 políticas públicas de âmbito municipal.

O referido trabalho observou, ainda, a implementação do sistema operacional de cada uma daquelas políticas - composto pelos instrumentos de pactuação, participação e deliberação (conselhos, fóruns, conferências etc) e pelos instrumentos de gestão estratégica das políticas (planos, sistemas de informação, sistemas de financiamento, programas de formação).

O diagnóstico foi realizado a partir de entrevistas com os gestores das políticas públicas e da pesquisa de legislações municipais referentes aos 30 anos anteriores.

Para facilitar o processo de integração das políticas públicas, o Iplanfor sistematizou as 33 políticas públicas municipais consideradas no Plano Fortaleza 2040, em 9 setores, a saber:

- Setor Economia: Agricultura, Desenvolvimento Econômico, Pesca, Trabalho, Emprego e Renda, Turismo;
- Setor Conhecimento, Cultura e Educação: Ciência, Tecnologia e Inovação, Cultura e Patrimônio, Educação;
- Setor Governança;
- Setor Habitabilidade: Habitação, Regularização Fundiária, Saneamento Ambiental e Limpeza Urbana, Terras Públicas;
- Setor Integração Social: Assistência Social, Consumidor, Desenvolvimento Social, Direito das Mulheres, Direito das Pessoas com Deficiência, Direitos LGBTQIA+, Direito do Idoso, Igualdade Racial, Proteção e Defesa da Criança e do Adolescente;
- Setor Juventude;
- Setor Saúde e Direito à Vida: Defesa Civil, Drogas, Espor-

te e Lazer, Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, Segurança Pública;

- Setor Sustentabilidade: Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Resíduos Sólidos;
- Setor Urbanismo: Desenvolvimento Urbano e Integração Metropolitana, Mobilidade e Acessibilidade.

Cada um dos 9 setores de sistematização das políticas compôs uma brochura, ou seja, um caderno contendo as legislações que lhes dizem respeito, relativamente à institucionalização da política e a existência legal dos instrumentos de pactuação, deliberação e participação e da gestão estratégica da política.

Sendo os instrumentos de pactuação, deliberação e participação representados pelos conselhos, conferências e comissões intergestoras, os instrumentos da gestão estratégica são os planos, sistemas de financiamentos e informações e os programas de formação referentes a cada política pública.

Além de compor um banco de dados inédito sobre o funcionamento institucional e a governança das políticas, o resultado do referido trabalho revestiu-se de especial relevância para o Plano Fortaleza 2040.

Verificou-se a necessidade de estabelecer rotina para acompanhamento sistemático do Diário Oficial do Município, com fins de atualização do trabalho realizado, bem como a necessidade da tomada de providências quanto à institucionalização das políticas públicas identificadas como incompletas no tocante à formação dos seus sistemas operacionais.

Considera-se importante o acesso e conhecimento dos gestores públicos responsáveis pela gestão das políticas públicas, ao material compilado nas brochuras.

As brochuras das políticas públicas podem ser acessadas no Acervo Digital.

2017

Implementação do Site dos Conselhos

Site criado com objetivo de promover um meio de interação mais efetivo com as informações dos diversos Conselhos – políticas públicas, locais, regionais -, disponibilizando para a sociedade a transparência das estruturas e ações de cada um. Nele é possível ter acesso às informações sobre constituição, composição, atribuições, funcionamento, legislação, entre outros dados.

O site oferece, através de um módulo administrador liberado para integrantes da Diretoria de Articulação de Políticas Públicas do Iplanfor, a facilidade de inclusão/exclusão de informações de forma dinâmica, assim como a disponibilização da função Agenda, que pode ser usada para cada Conselho, permitindo, inclusive, anexar arquivos. Atualmente, está sob gestão da Coordenadoria de Participação Social.

Implementação do Sistema de Governança do Plano Fortaleza 2040

Ao entregar o Plano Fortaleza 2040 à cidade, coube ao Iplanfor a missão de fomentar a sua implementação e acompanhar a execução das ações propostas, o que implicou na instalação do sistema de governança proposto para isso.

O modelo teórico estava embasado em quatro dimensões, intercaladas e complementares: os aspectos legais; institucionais; territoriais e participativos. Para tanto, se propunha a criação de instâncias institucionais de governo e da sociedade que permitissem a participação e o desenvolvimento de ações integradas e integradoras.



No momento em que coube ao Iplanfor a missão de ser o órgão gestor do Plano Fortaleza 2040, alguns desafios se interpunham diante da tarefa, dentre os quais:

■ **Inexistência das instâncias propostas** – o modelo concebido propunha instâncias inexistentes na então estrutura da gestão municipal, o que impunha as suas criações e implantações. Isso significava começar do inexistente e construir cada uma das instâncias propostas.

■ **Frágil cultura de integração na gestão municipal** – a prática predominante na gestão pública tem sido a compartimentação de políticas e baixa integração institucional. Em contraposição a isso, o Plano Fortaleza 2040 estruturava-se orientado na necessidade de integração entre os órgãos executores de suas ações, compartilhamento de responsabilidades, monitoria e avaliação conjunta e potencialização das forças de cada um no alcance de metas comuns.

■ **Pouca capacidade instalada no Iplanfor** – o órgão não dispunha de recursos humanos com suficiência. Sua capacidade instalada estava restrita aos servidores ocupantes dos cargos

em comissão e de uma equipe contratada por meio de seleção temporária com o prazo contratual sendo finalizado no ano de início da implementação do Sistema de Governança.

■ **Fragmentação das instâncias e canais de participação da sociedade** – o município de Fortaleza não possuía um sistema de participação estruturado que permitisse a participação da sociedade de maneira permanente e continuada. Além disso, vários canais e ferramentas para a participação se encontravam disponibilizados de maneira desconexa e compartimentada, dificultando o engajamento permanente da sociedade na implementação das políticas propostas.

■ **Mudanças nos gestores municipais** – Aproximadamente 70% dos gestores dos órgãos municipais foram substituídos na administração, antes mesmo de iniciarem a institucionalização dos planos propostos. Isso apontava para um recomeço na sensibilização e engajamento dos responsáveis pela execução das ações.

Diante dos desafios colocados, a implementação do Plano, no seu primeiro quadriênio, adotou algumas estratégias voltadas para o enfrentamento destes desafios, notadamente:

■ **Orientação para a Estruturação do PPA 2018-2021** – O Plano Plurianual do Município, para o período 2018-2021, foi estruturado de acordo com os sete eixos estratégicos do Plano Fortaleza 2040, assegurando recursos necessários para diversas ações e programas propostos.

■ **Firmação de Parcerias** – Para suprir a carência de recursos humanos e financeiros, foram articulados convênios com o Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria de Cidades, de forma a permitir a contratação de serviços especializados, tais como: detalhamento de projetos, atividades de mobilização e engajamento social e produção de material informativo, necessário ao alcance dos objetivos propostos.

■ **Engajamento dos Gestores Municipais** – No primeiro ano do Plano Fortaleza 2040, foram feitas apresentações sobre o mesmo a 18 órgãos municipais, voltadas à sua divulgação e à sensibilização dos gestores para a inclusão das ações propostas no Plano Plurianual e formação das Câmaras Setoriais. Na oca-

sião, eram apresentados aos gestores e suas equipes técnicas – em alguns casos a todo o corpo técnico do órgão – o Plano, seus objetivos propostos, sua estruturação em grandes eixos orientadores de ação, grande metas, ações que envolviam o órgão em questão e a proposta de governança com ênfase na formação das Câmaras Setoriais. Tais apresentações se deram no primeiro semestre de 2017.

■ **Implantação das Instâncias Propostas** – Gradualmente, foram implantadas as instâncias propostas para o sistema de Governança do Plano Fortaleza 2040. Inicialmente, as Câmaras Setoriais, seguidas pelo Observatório de Fortaleza e os 39 Fóruns Territoriais. O trabalho de acompanhamento das Câmaras foi feito pelo Iplanfor, assim como o gerenciamento do Observatório. Os Fóruns foram incluídos na Lei que estruturou a nova gestão territorial de Fortaleza e deverão ser acompanhados pelas Secretarias Executivas Regionais.

■ **Desenvolvimento de Ferramentas de Suporte** – Para dar suporte ao funcionamento das instâncias, foram desenvolvidas ferramentas que permitissem a disponibilização de informações, o registro da evolução das ações e dos seus resultados. Para tanto foram desenvolvidos dois sites: o do Siga2040 e o dos Fóruns Territoriais.

■ **Engajamento dos Gestores Territoriais** – Após uma definição construída por meio de oficinas e seminários do que seria uma boa governança territorial para Fortaleza, buscou-se o engajamento dos gestores territoriais – secretários regionais – de modo a discutir com a população um recorte territorial para a gestão e o modelo gestor destes territórios.

■ **Desenvolvimento de Proposta para a Governança Territorial de Fortaleza** – A proposta foi discutida durante todo o ano de 2018, culminando com a sua elaboração no final daquele ano e adoção do recorte definido para a eleição de agentes de cidadania (programa conduzido pela Coordenadoria de Participação Social) e inclusão do seu modelo na lei que instituiu a nova gestão territorial de Fortaleza, em dezembro de 2019.

■ **Monitoramento e Avaliação** – A execução das ações do Plano, o funcionamento das Câmaras Setoriais e as agendas propostas para os territórios, foram monitoradas pelo Iplanfor, sendo sistematizadas em dois relatórios de evolução do Plano Fortaleza 2040: o primeiro no final de 2017 e o segundo no início de 2020.

■ **Ajustes nas Lacunas Encontradas** – Foi procedida uma revisão dos planos, com ajustes propostos pelas câmaras na redação de algumas ações, redefinição de metas e indicadores mais adequados e a reelaboração de dois planos: Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional, considerados incompletos pelo Iplanfor.

■ **Comunicação e Engajamento Permanentes** – Foram desenvolvidas diversas estratégias para a difusão do Plano, engajamento de setores e comunicação permanente, a saber: visitas aos órgãos; disponibilização de informações por meio de site; encaminhamento de informativos por meio de mailings; distribuição de releases aos órgãos de comunicação; cursos sobre o Plano; produção de material informativo impresso e participação em eventos.

■ **Celebração de Convênio com o Governo do Estado do Ceará** – Foram realizados dois convênios de cooperação técnico-financeira com a Secretaria das Cidades do Estado do Ceará. O primeiro para o detalhamento de sete planos específicos propostos no Plano Mestre Urbanístico, considerados prioritários pelo gestor municipal, e o segundo objetivando apoiar a implantação do sistema de governança necessário à implementação do conjunto de planos setoriais que compõem o Fortaleza 2040.

O segundo convênio apoiou a implementação do sistema de governança por meio de suporte para:

- Instalação das Câmaras Setoriais.
- Definição e institucionalização de novo modelo de gestão territorial do município de Fortaleza.
- Desenvolvimento e Atualização de Meios Digitais para Pesquisa de Opinião, Difusão dos Planos e Realizações do Fortaleza 2040.



- Desenvolvimento de Projeto, Plano de Trabalho do Observatório da Cidade e minuta do Convênio.

As Câmaras Setoriais foram implantadas durante um encontro com todos os órgãos apontados, no Plano Fortaleza 2040, como executores de ações, e sua primeira atividade foi definir as ações prioritárias para o primeiro ano de desenvolvimento do Plano, identificando suas vinculações aos instrumentos de execução orçamentária e o estágio iniciado de implementação de cada ação. Essa atividade subsidiou a elaboração do primeiro relatório de acompanhamento: Plano Fortaleza 2040 em Ação – Ano 1.

No segundo ano de funcionamento, as Câmaras Setoriais foram solicitadas a identificar um rol de indicadores para o acompanhamento de resultados de cada um dos planos; fazer uma extração, de cada plano, daquilo que deveria ser essencial na orientação da elaboração do Plano Diretor da Cidade, e também iniciar a fase experimental de implantação do Sistema de Acompanhamento do Plano Fortaleza 2040 – Siga2040, inserindo no sistema desenvolvido e disponibilizado pelo Iplanfor, o acompanhamento feito na execução de cada um dos planos.

No terceiro ano, as Câmaras contribuíram na elaboração das Agendas Territoriais, recepcionando as demandas de ações encaminhadas pelos Fóruns dos Territórios e articulando com os órgãos executores as respostas com os compromissos a serem assumidos por estes, junto às demandas feitas. Neste ano, foi elaborado um segundo relatório de acompanhamento da execução do Plano e um monitoramento da situação das 27 grandes metas definidas no Plano Fortaleza 2040.

No quarto ano, as Câmaras iniciaram a discussão de formulação da Lei Orçamentária Anual – LOA, sugerindo à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (Sepog) as proposições de programas e ações a serem priorizados no ano de 2021.

Ao longo dos primeiros quatro anos de funcionamento, as Câmaras Setoriais fizeram avançar um modelo de gestão cooperativa e integradora, condição essencial à boa governança pública. Cada uma delas desenvolveu o seu modus operandi, criando comissões e comitês, quando necessários, para a distribuição de atividades, estruturando o seu funcionamento de acordo com as peculiaridades



setoriais e desenvolvendo ferramentas próprias, em alguns casos. Também se verificou diferentes estágios de estruturação entre as primeiras quinze câmaras constituídas.

Diversos fatores contribuíram para a assimetria nesse funcionamento, destacando-se o perfil do gestor coordenador e a rotatividade de representação em alguns órgãos, de maneira que se pode afirmar que ainda há muito o que avançar na consolidação dessas instâncias, porém também é seguro afirmar que as mesmas têm se manifestado adequadas ao objetivo proposto.

Implantação do SIGA 2040

O Sistema de Acompanhamento do Plano Fortaleza 2040, SIGA2040, foi desenvolvido para apoiar o trabalho das Câmaras Setoriais no registro de andamentos das ações de cada um dos planos sob suas coordenações. O sistema possibilita acompanhar o andamento do Plano Fortaleza 2040, por meio das 15 Câmaras Setoriais, de forma padronizada e automatizada, além de disponibilizar as informações de andamento para população, gerando maior transparência no acompanhamento do projeto por todos. O sistema é disponibilizado pela WEB onde o usuário poderá acessar por qualquer browser, inclusive celular, já que é totalmente responsivo.

Durante os dois primeiros anos de sua criação, o SIGA2040 foi restrito ao uso interno pelas Câmaras e, em fase de testes e capacitações, para 467 usuários cadastrados. Até 2020, foram registradas 10.594 sessões de acesso e o registro de 2.137 andamentos de ações do Plano e de 210 reuniões de Câmaras Setoriais.

No sistema SIGA2040 são registrados continuamente os andamentos das ações dos 32 planos, pelas câmaras setoriais. Para um acompanhamento mais ilustrativo e com possibilidade de interações, foram elaborados dashboards, painéis que mostram, em um formato visual, o andamento das ações por eixo e status, permitindo filtro por plano/eixo. Esse formato ganha muitos pontos quando se trata de entender como estão indo os resultados, possibilitando que qualquer pessoa consiga ter essa informação sistematizada. Esse dashboard está disponível na sessão pública do sistema e tem atualização diária.

CÂMARAS SETORIAIS	PLANOS ACOMPANHADOS	COORDENAÇÃO
Habitação Social e Regularização Fundiária	Plano de Habitação de Interesse Social (Plhis) Plano de Regularização Fundiária	Habitafor
Inclusão Produtiva	Plano de Inclusão Produtiva	SDE
Segurança Cidadã	Plano de Cultura de Paz e Segurança Cidadã	Sesec
Desenvolvimento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente	Plano Mestre Urbanístico Plano de Mobilidade Plano de Meio Ambiente	Seuma
Assistência Social e Segurança Alimentar	Plano de Assistência Social Plano de Segurança Alimentar	SDHDS
Saúde	Plano de Saúde	SMS
Esporte e Lazer	Plano de Esporte e Lazer	Secel
Direitos Humanos	Plano da Criança e do Adolescente Plano da Juventude Plano da Pessoa Idosa Plano dos Direitos da Mulher Plano dos Direitos LGBT Plano da Igualdade Racial Plano da Pessoa com Deficiência	SDHDS
Educação	Plano da Educação	SME
Cultura e Patrimônio	Plano da Cultura e Patrimônio	Secultfor
Saneamento, Energia e Segurança Hídrica	Plano de Saneamento (Linha de ação MA.7) Plano de Energia Plano de Segurança Hídrica	SCSP
Desenvolvimento Econômico	Plano de Agricultura Urbana Plano de Economia Criativa Plano de Economia do Mar Plano de Confeccões Plano de Construção Civil Plano de Novas Indústrias e Serviços Criativos	SDE
Turismo e Lazer	Plano de Turismo de Lazer	Setfor
Ciências e Tecnologia	Plano de CTI Plano de TIC	Citinova
Governança Municipal	Plano de Desenvolvimento da Gestão Pública Plano de Participação e Controle Social	Sepog

Implantação do Observatório de Fortaleza

No final do ano de 2016, o Observatório de Fortaleza foi instalado na Praça do Ferreira. O seu papel foi orientado para a difusão, monitoramento e avaliação do Plano Fortaleza 2040.

Ao longo de três anos, o Observatório de Fortaleza, através de seus projetos e parcerias, deu início a um processo gradual e qualitativo de aproximação com diversos parceiros estratégicos, objetivando construir uma governança que almeja ser compartilhada com os diversos atores da sociedade civil.

Foram diversas parcerias nos projetos e ações ao longo dos últimos anos: observatórios existentes na cidade de Fortaleza e também do estado do Ceará, assim como observatórios de outros estados e países, universidades públicas e privadas, institutos de pesquisa, associações da sociedade civil organizada, empreendedores, gestores públicos e privados, coletivos, lideranças políticas, dentre outros. Todos presentes em ações presenciais, bem como ações online, a partir de março de 2020, em função da pandemia Covid 19.

Nesse período, foram realizados 25 projetos que contaram com o apoio e parceria de 214 instituições públicas e privadas.

Além das já descritas “Sala Situacional”, “Estudos e Pesquisas”, “Cadernos do Observatório”, destacam-se:

Eventos Realizados:

- Workshop: Consolidação Institucional do Observatório da Governança Municipal (2015);
- Workshop: Fortaleza Cidade Criativa do Design (2018);
- Seminário Distritos e Cidades Criativas, em parceria com o SEBRAE/CE (2018);
- I Encontro Internacional de Observatórios: Cidades, Governança, Controle Social e Gestão Pública (2018);
- 2ª Jornada Ibero-americana de Artesanato, Design e Moda (2018);
- II Encontro Internacional de Observatórios: Sustentabilidade, Governança e Inovação (2019);
- Seminário “A Cidade na UECE” (2019);
- Seminário: 100 anos de Celso Furtado: que desenvolvimento queremos para o Brasil? (2020).

Exposição "Olhos da Cidade"

Situada na sede do Observatório de Fortaleza, na Praça do Ferreira, inaugurada em 8 de dezembro de 2017, recebeu até o presente momento em torno de 21.096 visitantes, sobretudo, alunos da rede municipal de ensino, numa parceria estabelecida com a Secretaria Municipal de Educação (SME).

Observatórios Municipais Criados

Com o apoio e capacitação do Observatório de Fortaleza, ao longo de 2019 a 2020, e já abrigados atualmente no âmbito da gestão municipal, a saber:

- Observatório de Turismo (Setfor – Setembro de 2019);
- Observatório da Mulher de Fortaleza (SDHDS – Março de 2020); e
- Observatório das Cidades Inteligentes de Fortaleza (Citi-nova – Junho de 2020).

Esses observatórios setoriais poderão colaborar na produção de dados específicos para determinadas áreas relevantes para a gestão municipal, cujos dados não são possíveis de serem encontrados de maneira consolidada nos institutos de pesquisas tradicionais e nas universidades. Estimular a criação de novos observatórios é uma das ações de relevância do Observatório de Fortaleza, que visa solidificar a implantação da Rede de Observatórios do Ceará.

Tardes no Observatório

Foram realizadas 38 edições de encontros presenciais na sede do Observatório de Fortaleza, para discutir as políticas públicas do município à luz do Plano Fortaleza 2040. As edições do Tardes no Observatório contaram ao todo com a presença de 78 palestrantes convidados, dentre pesquisadores e gestores públicos, atingindo aproximadamente um público de 526 ouvintes participantes, presencialmente. Todos esses encontros foram

transmitidos ao vivo pelo Youtube, gravados e, posteriormente, arquivados no canal de Youtube do Observatório de Fortaleza. Até o presente momento, os vídeos do Tardes no Observatório contam com 1.647 visualizações no Youtube e 4.148 minutos de visualização na página do Facebook do Observatório de Fortaleza.

Noites do Observatório

Projeto voltado para pessoas em situação de rua da Praça do Ferreira, numa iniciativa de diálogo com o entorno da sede do Observatório de Fortaleza. Funcionou durante as noites de sexta-feira, sempre uma vez por mês, na forma de um sarau, com microfone aberto para a população que ocupa a Praça e que quisesse se manifestar artisticamente. Aconteceram 5 edições do projeto, de maio a setembro de 2018, e contou com o apoio de pesquisadores da população em situação de rua de algumas universidades e de 4 instituições públicas: Secretaria da Cultura do Governo do Estado (Secult), Centro Pop (SDHDS), Pousada Social (SDHDS), Escola de Saúde Pública do Estado do Ceará (ESP-CE), além de artistas voluntários que se dispuseram a levar poesia, música e diálogo para os moradores em situação de rua da Praça do Ferreira. Da sociedade civil, os principais mobilizadores dessa ação e parceiros foram André Foca, educador social, e Gylmar Chaves, poeta e escritor.



Lives do Observatório

Ação online transmitida através do Instagram do Observatório de Fortaleza. Foram realizadas 16 lives, tendo atingido aproximadamente 2.000 mil pessoas online e contou com a participação de 16 observatórios convidados, um por edição. As Lives tiveram, aproximadamente, 1.609 visualizações no IGTV do Instagram, 550 pessoas acompanharam as lives ao vivo, numa média de 35 pessoas por Live, 100 visualizações por Live e 318 visualizações no canal do Youtube do Observatório de Forta-

leza. Com o uso da hashtag #ObservatóriosEmRede Ao Vivo!, esse projeto teve por objetivo fortalecer a implantação da Rede de Observatórios do Ceará (Rede Observa-CE), mesmo em um contexto de pandemia, promovendo para a sociedade debates, diálogos e trocas pertinentes e relevantes sobre políticas públicas, com foco no trabalho desenvolvido pelos observatórios convidados, especialmente os desafios enfrentados neste contexto de pandemia pela Covid-19. Essa ação também teve como propósito o fortalecimento da implantação da Rede de Observatórios do Ceará.

Webinars do Observatório

Foram realizados 5 webinars (seminários online) com temas relevantes sobre a gestão da cidade de Fortaleza, que aconteceram de junho a agosto de 2020. A saber:

- 09/Junho/2020 – A Participação Cidadã na Gestão e Gerenciamento dos Resíduos Sólidos.
- 30/ Junho/2020 - Fortaleza, Cidade Inteligente: Potências e Desafios.
- 14/ Julho/2020 - Segurança Hídrica de Fortaleza: Avanços e Desafios.
- 28/ Junho/2020 - Plano Mestre Urbanístico Fortaleza 2040 e a Cidade Pós-Pandemia.
- 11/ Agosto/2020 - Saúde Pública: Conceitos e Planos Estratégicos Sistêmicos e Inovadores.

Essa ação teve como parceiro interno a Diretoria de Planejamento do Iplanfor (Dipla) e contou ainda com a parceria de 9 instituições.

Cursos Livres e Ações de Formação:

- Oficina de Cultura Maker (maio/2019), voltada para alunos da Secretaria Municipal de Educação (SME), em parceria com a Citinova;

- Oficina de HQ e Quadrinhos (março/2020), numa parceria com a Secultfor;
- Capacitação em captação de recursos públicos (dezembro/2020) voltada para os membros da Rede de Observatórios do Ceará, em parceria com a Sefin;
- Capacitação voltada para professores da rede municipal de ensino (março a agosto de 2020), tendo o equipamento Observatório de Fortaleza como local de difusão das políticas públicas municipais, numa parceria com a SME, iniciada e interrompida por conta da pandemia por Covid 19.

Projetos com Parcerias Internacionais:

- Conselho Cidadão de Fortaleza “Vencer o Desafio do Lixo – Uma Fortaleza Viva e Com Mais Saúde Para Todos”, projeto realizado em parceria com a newDemocracy (Ong da Austrália) e Coletivo Delibera Brasil (SP), tendo contado ainda com mais 15 parceiros, entre secretarias municipais e instituições da sociedade civil organizada;
- Projetos Culturais e Agenda 2030 – projeto ainda em andamento realizado em parceria com o Observatório de Comunicação e Políticas Culturais da Universidade do Minho (Portugal) e tendo como parceiros locais o Centro Cultural Belchior (PMF) e a Secretaria da Cultura do Governo do Estado do Ceará (Secult);
- Projeto I-MOV – Incubadora de Movimentos Sociais, realizado em parceria com a UECE, UFCA e o Media-Lab Prado Madri (Espanha).

Alinhamento das reuniões do Secretariado ao Plano de Governo

Por decisão do Prefeito Roberto Claudio, as reuniões do Secretariado foram ampliadas com a participação de diversos técnicos de todos os órgãos para, entre outras ações, monitorar as ações do Plano de Governo e decidir prioridades setoriais de forma in-

tegrada. Ao Iplanfor coube apoiar na estruturação dessas discussões e na moderação das reuniões. Um dos bons resultados dessa prática foi a apropriação das informações sobre o andamento da gestão por um conjunto maior de servidores e, conseqüentemente, maior colaboração interna na execução de ações integradas.

Elaboração do Relatório Fortaleza 2040 em Ação ANO 1

O primeiro relatório de acompanhamento do Plano Fortaleza 2040 priorizou a descrição das ações realizadas para implantação do Sistema de Governança e das primeiras atividades das Câmaras Setoriais, a saber, a priorização das ações para o primeiro módulo de implantação do Plano e a busca de relação destas ações com os financiamentos previstos.

2018

Proposta de metodologia de estruturação de políticas públicas

Proposta elaborada para as secretarias temáticas, responsáveis por ações do Plano Fortaleza 2040, a fim de estimular a relação entre órgãos do Poder Público e atores da sociedade civil e a execução e monitoramento conjunto de políticas públicas entre as Câmaras Setoriais do Fortaleza 2040 e os Conselhos Municipais de Políticas Públicas.

Criação da Rede de Observatórios

A Rede de Observatórios do Ceará (Rede Observa-CE) objetiva fortalecer o intercâmbio de estudos, pesquisas e ações realizadas pelos observatórios membros, com ênfase nos temas relativos à gestão das cidades, sobretudo aqueles projetos que visam a superação das desigualdades sociais e a consequente melhoria na qualidade de vida dos cidadãos. Seu compromisso é difundir, produzir e democratizar o acesso ao conhecimento sobre as cidades, por meio de parcerias e articulações entre os observatórios cearenses e instituições parceiras, públicas ou privadas. A Rede Observa-CE se propõe a alcançar tais objetivos por meio de conexões entre sociedade civil, governos, universidades, pesquisadores e empresas, para atuarem de forma colaborativa em prol da democratização e difusão do conhecimento, que visa o aprimoramento da qualidade das diversas formas de vida e interação humana nas cidades. Portanto, através da interação e projetos de seus membros e parceiros, a Rede pretende difundir o acesso à informação democrática sobre políticas públicas para a cidade, gerando confluência de ideias, promoção de intercâmbio

bio e diálogos com gestores das mais diversas áreas no âmbito da gestão municipal, estadual e federal, além de pesquisadores universitários e sociedade civil em geral, consolidando uma ambiência de trocas de experiências e boas práticas, também um fundamento basilar da concepção da Rede.

Fazem parte da Rede de Observatórios:

- Fundação de Ciência, Tecnologia e Inovação (Citinova);
- Coordenadoria Especial de Políticas para Mulheres de Fortaleza (SDHDS);
- Observatório das Cidades do Cariri (UFCA);
- Observatório de Políticas e Práticas Culturais (UFCA);
- Observatório do Comércio (Sistema Fecomércio);
- Observatório da Intolerância Política e Ideológica do Ceará (Defensoria Pública);
- Observatório de Cátedra (Adufc);
- Observatório de Finanças Públicas do Ceará (Ofice/Fundação Sintaf);
- Observatório da Despesa Pública (ODP/Controladoria Geral do Estado do Ceará) Observatório de Políticas Públicas (OPP/UFC);
- Observatório de Licitações (Tribunal de Contas do Ceará);
- Observatório da Violência e dos Direitos Humanos (URCA);
- Observatório da Indústria (Sistema Fiec);
- Observatório Cearense de Cultura Alimentar (Occa/UECE);
- Observatório da Criança e do Adolescente (Instituto Oca);
- Observatório da OAB/CE;
- Observatório de Recursos Humanos em Saúde (Observarh/CE/UECE);
- Observatório de Segurança Viária (OSV/Unifor);
- Observatório da Violência Contra a Mulher (Observem/UECE);
- Observatório das Nacionalidades (UECE).

Criação dos Fóruns Territoriais

As discussões ocorridas por ocasião da elaboração de proposta de nova territorialização regional de Fortaleza concluíram que

os Fóruns Territoriais deverão ser instâncias existentes na estrutura da gestão regional, abertas à participação da população, com o objetivo maior de estabelecer um diálogo permanente em torno do desenvolvimento sustentável de cada território. Serão coordenados, de forma colegiada, entre a gestão municipal e representantes da comunidade, eleitos para isso, com atribuições específicas de buscar a solução para os problemas existentes no território por meio do planejamento participativo e engajamento da população nas políticas públicas.

O primeiro exercício nesse diálogo foi a elaboração de agendas de desenvolvimento territorial. Para isso, o Iplanfor elaborou cadernos diagnósticos para cada um dos 39 territórios, contendo as informações necessárias para a realização de análises que permitissem identificar desafios e propor ações para o desenvolvimento territorial. Cada diagnóstico preliminar, além dos dados demográficos, de mobilidade, saneamento, distribuição de equipamentos públicos, localização de assentamentos precários, dentre outros mapas, também reunia as propostas gerais do Plano Fortaleza 2040 e resgatava demandas de cada território, levantadas em momentos anteriores por meio do Ciclo Participativo do Orçamento, além das reuniões do próprio Fortaleza 2040.

Dessa forma, cada grupo, que foi formado nos territórios, por ocasião do processo anterior descrito, analisou, orientados pelos sete eixos do Plano Fortaleza 2040, a situação de forças e fraquezas do território, identificaram desafios e propuseram ações prioritárias para a gestão municipal. Essa proposta, chamada de “pré-agenda”, foi encaminhada às Câmaras Setoriais para análise de viabilidades na sua execução, resultando em 912 compromissos para as primeiras 29 agendas propostas.

O documento, contendo a síntese das proposições e os compromissos assumidos, foi entregue em solenidade pública dirigida pelo Prefeito Municipal, o Superintendente do Iplanfor, o Reitor da Universidade Federal do Ceará e o Governador do Estado do Ceará.

Nesta mesma solenidade foi apresentada a ferramenta disponibilizada para a difusão de informações sobre os territórios

e acompanhamento de suas agendas e fóruns: o site “Fóruns Territoriais”, desenvolvido pelo Iplanfor, que publiciza todas as informações sobre os 39 territórios da cidade.

Outras oito agendas foram elaboradas no segundo semestre de 2019 e concluídas no primeiro trimestre de 2020, período em que também se produziu o primeiro relatório de acompanhamento dos compromissos assumidos, o qual verificou uma evolução em 77 % das ações comprometidas e, dessas, 30% já concluídas e entregues.

2019

Criação do Site dos Fóruns Territoriais e Acompanhamento das Agendas Territoriais

A partir da elaboração das primeiras 29 agendas territoriais, coube ao Iplanfor, por meio das Câmaras Setoriais e por articulações específicas, acompanhar a execução dos compromissos assumidos. Os registros para isso foram disponibilizados no Site Fóruns Territoriais, desenvolvido para servir de monitoramento das Agendas Territoriais e disponibilização de informações sobre os 39 Territórios de Fortaleza, seus dados gerais, fóruns e notícias de interesse territorial.

Este site permite visualizar informações sobre o perfil de território, ações propostas pelo Plano Fortaleza 2040 para cada um, acompanhar a situação de implementação das agendas e ver notícias de interesse referente a cada um dos territórios.

Elaboração do Relatório Fortaleza 2040 em Ação ANO 3

O segundo relatório de acompanhamento do Plano Fortaleza 2040 trouxe os dados relacionados aos avanços na implementação dos 32 planos e o primeiro monitoramento das 27 grandes metas gerais do Fortaleza 2040. Neste relatório, cuja base de informações foi retirada do SIGA 2040, foi possível identificar que, das 1.404 ações monitoradas (sem ainda contar com o novo Plano de Saúde e nem com o aporte das ações do Eixo 1) 40,8% já tinham sido iniciadas e 9,5% estavam finalizadas. A avaliação, de acordo com a situação de andamento das ações, apontava para um estágio de 22% de execução do plano nos seus três primeiros anos.

2020

Disponibilização do Site das ZEIS - Zonas Especiais de Fortaleza

Consiste em um Sistema de Informação de Gestão que tem como objetivo possibilitar a articulação permanente entre o poder público e a comunidade residente nas Zonas Especiais de Fortaleza. A aplicação conta com uma página pública onde a sociedade civil poderá acompanhar o andamento das ações nas zonas especiais, enquanto que o painel administrativo será atualizado pela equipe do Iplanfor, órgão gestor das Zonas Especiais.

Elaboração do Relatório Fortaleza 2040 em Ação ANO 4

Seguindo a mesma metodologia do Relatório Ano 3, o Relatório Fortaleza 2040 em Ação Ano 4 apresenta o acompanhamento do Plano referente ao ano de 2020. As informações são extraídas do Sistema de Acompanhamento, SIGA 2040. Com a inserção dos Planos Saúde e Mestre Urbanístico, as ações que estão sendo monitoradas somam 1.570. Desse total, 33,5% foram iniciadas e 10,3% estão finalizadas. No final desse quarto ano, a avaliação é que o total de execução do Plano corresponde a 43,8%.

Relatório de monitoramento de ações realizadas das Agendas Territoriais

O primeiro relatório de acompanhamento das Agendas Territoriais foi restrito às primeiras 29 Agendas e se deu durante os meses de isolamento, provocado pela pandemia Covid-19, o que impactou em parte dos seus resultados. Segundo este relatório, concluído em março de 2010, até esta data, dos 912 compromissos assumidos pelo poder público junto aos 29 territórios, 275 ações já se encontravam concluídas e 428 ações em andamento, totalizando um percentual de 77% das ações totais comprometidas. As demais ações não tiveram respostas até o período. O relatório foi disponibilizado aos coordenadores regionais e locais e também no site dos Fóruns Territoriais.

Disponibilização Plataforma dos Indicadores

Plataforma disponível no site do Observatório de Fortaleza que permite a difusão do conhecimento através dos dados relacionados aos indicadores de monitoramento e avaliação de resultados da agenda estratégica do governo, Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável (ONU), Metas Gerais do Plano For-

taleza 2040 e os indicadores setoriais do Plano Plurianual (PPA) 2018-2021 de Fortaleza, proporcionando o acesso de forma democrática, transparente e atualizada às informações pela população.

A Plataforma de Indicadores Fortaleza 2040 tem como público-alvo gestores municipais, que podem usá-la como subsídio para tomada de decisão dos programas e ações da gestão pública, pois revelam a situação atual dos resultados das políticas; pesquisadores e demais estudiosos que necessitem ter acesso a informações confiáveis sobre Fortaleza nas mais diversas áreas; a sociedade civil organizada e a população em geral, promovendo o controle e a participação social.

O acesso às informações de indicadores pode ser feito através dos 7 eixos do Plano Fortaleza 2040, podendo filtrar por objetivo de desenvolvimento sustentável, unidade orçamentária, bem como pelas áreas do PPA. Os indicadores estão todos relacionados em uma grande rede de conexão que pode ser consultada também no site.



GESTÃO DO CONHECIMENTO

São competências do Iplanfor na área de Gestão do Conhecimento:

- Implantar e gerir o Observatório da Governança de Fortaleza;
- Realizar estudos e pesquisas para aprofundar o conhecimento sobre a cidade de Fortaleza e sua integração com a região metropolitana, nas suas diversas dimensões;
- Produzir e difundir conhecimento para a melhoria da governança municipal;
- Implantar e gerir o Sistema de Informações Geográficas de Fortaleza;
- Coletar, pesquisar, analisar, sistematizar e divulgar informações sociais, econômicas, estatísticas, geográficas, cartográficas, infraestruturais, de mobilidade urbana, dentre outras informações,

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

- A implantação do Observatório de Fortaleza, com exposição permanente sobre a Cidade, promoção de eventos de aproximação com diversos públicos em debates sobre a cidade e a criação de uma rede de parcerias com outros observatórios;
- Realização de vários estudos sobre Fortaleza para a elaboração do Plano Fortaleza 2040; produção de pesquisas voltadas para avaliar equipamentos e serviços disponibilizados pela

gestão municipal e divulgação de revistas com conteúdos referentes à governança municipal;

- Criação e disponibilização de diversas ferramentas para a difusão do conhecimento gerido: sites Fortaleza 2040, Fortaleza em Mapas, Fortaleza em Bairros, Fóruns Territoriais, ZEIS, Agricultura Urbana e Observatório de Fortaleza;
- Organização e gestão de um acervo digital da cidade;
- Pesquisas por demanda e por iniciativa própria da área de Estudos e Pesquisas, com resultados concretos e documentados.

AÇÕES REALIZADAS

No desempenho de suas competências, coube ao Iplanfor realizar as seguintes ações ao longo do período 2013-2020:

2013

Mapeamento dos Sistemas de Informações e Aplicativos existentes no âmbito do Executivo Municipal

Tendo em vista a necessidade de se conhecer os sistemas de informação utilizados, base de dados existentes (ativas e inativas), nível de atualização, segurança, integridade e integração, o Iplanfor elaborou uma ficha cadastral e distribuiu para todos os órgãos e entidades do executivo municipal de maneira a mapear os mais de 150 sistemas existentes, à época, no Executivo Municipal. Coletadas as informações, realizou-se um seminário com painéis sobre os diversos sistemas, após o que foi composto um comitê para elaboração de Plano Integrado de Tec-

nologia da Informação, para gestão de informação e geração de conhecimento e elaboração de solução de integração entre as diversas fontes de informação. O referido comitê ficou sob a coordenação da área de TI da Sepog, para devidos encaminhamentos.

Levantamento de Projetos Especiais e Operações Urbanas (realizados e em andamento)

Como forma de sistematizar o conhecimento sobre a gestão territorial da cidade de Fortaleza, no início de 2013, o Iplanfor inventariou os principais projetos urbanísticos em andamento, bem como as operações urbanas consorciadas existentes no âmbito do município de Fortaleza.

Desta forma, catalogou-se as operações urbanas consorciadas, apresentando as contrapartidas públicas e privadas definidas legalmente, os investimentos realizados e o status de cada uma delas, ao passo que foram levantadas informações gerais sobre os principais projetos urbanísticos em andamento à época do início da primeira gestão do Prefeito Roberto Cláudio.

O referido trabalho, além de contribuir para a formação do banco de dados sobre a cidade, dotou o Gabinete do Executivo municipal de informações para tomada de decisões no tocante à gestão territorial.



Levantamento de sistema de participação social / Conselhos Municipais

O Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor) observou os conselhos de participação social no município a fim de apresentar um diagnóstico sobre o modo como funcionavam, considerando a sua importância na administração pública municipal, como o local da participação política e de controle social dos atos da administração.

O estudo teve origem na perspectiva do governo municí-

pal de estruturar um Sistema Municipal de Participação Social, formado pelos conselhos de políticas públicas e outros órgãos colegiados de participação social; conferências de políticas públicas; ouvidoria pública do poder executivo; mesas de diálogo; fóruns interconselhos; audiências públicas; consultas públicas; além das interfaces e ambientes virtuais voltados ao diálogo e à participação social nas políticas públicas.

O diagnóstico foi realizado nos meses de julho a setembro de 2013. A pesquisa bibliográfica e documental foi realizada junto às Secretarias Municipais, à Coordenadoria Especial de Participação Popular, às Secretarias Executivas dos Conselhos, à Procuradoria Geral do Município e à Câmara Municipal de Fortaleza, estes últimos no tocante às legislações pertinentes ao tema.

Foram levantadas informações gerais sobre os conselhos municipais, como data de criação, marco legal, finalidade, vinculação, função, atribuições, representatividade, existência de regulamento interno, planos de trabalho, situação e local de funcionamento. Foram observadas também a participação da sociedade civil, as entidades que mais participam dos conselhos e como o governo interage com os conselhos.

Durante o estudo, deparou-se com a dificuldade de realizar o levantamento dos dados, seja pela ausência de informação sistematizada, seja pelo restrito acesso aos dados armazenados nos órgãos municipais aos quais os conselhos são vinculados. Porém, o diagnóstico, além de servir para subsidiar a constituição do Sistema de Participação Social no âmbito municipal, pode ainda proporcionar a estruturação de uma sistemática de controle e acompanhamento do funcionamento dos conselhos municipais, bem como de uma nova configuração da rede de conselhos no município de Fortaleza.

Vislumbrou-se a possibilidade de que providências fossem tomadas, pelo poder público, para que os conselhos passassem a existir de fato e de direito, e a cumprir, por via de consequência, com as atribuições que lhes são estabelecidas em lei e, principalmente, a viabilizar a participação da comunidade na formatação das políticas públicas.

Desenvolvimento do Novo Acervo Digital

O Acervo Digital de Fortaleza funciona como uma biblioteca digital, cujo objetivo é reunir documentos digitais sobre Fortaleza. Para cumprir seu desiderato, é necessário realizar a gestão de documentos em um sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED). Essa tecnologia permite gerenciar diversos tipos de documentos, controlando suas versões e atualizações. Não existia na PMF nenhuma iniciativa que reunisse esta diversidade de documentos sobre a cidade, disponibilizando-os para a população. A partir do Plano Fortaleza 2040, foram reunidos milhares de documentos estratégicos sobre a cidade, que constituem a base da coleção denominada Acervo Digital de Fortaleza.

Atualmente, o acervo possui 18.270 documentos catalogados e disponíveis para pesquisa, com mais de 80.900 acessos. O Acervo também cresce em função da doação de documentos. Isso se confirma a partir da quantidade de visualizações, dos documentos baixados, das pesquisas solicitadas pelo canal e-mail, a grande utilidade desta ferramenta para a cidade de Fortaleza.

Estudos de Assentamentos Precários e ZEIS

O Atlas dos Assentamentos Precários de Fortaleza constituiu-se de um mapeamento minucioso sobre os mais de 840 assentamentos precários localizados pelo Plano de Habitação de Interesse Social (PLHIS/2012), indexados ao mapa da cidade e apresentados, individualmente, a partir de suas características gerais e socioeconômicas, situação fundiária, infraestrutura, equipamentos e serviços, dentro e/ou no entorno do assentamento, inadequação urbanística e ambiental e déficit habitacional.

O Relatório das ZEIS relatou a situação socioespacial das Zonas Especiais de Interesse Social, criadas pela Lei Complementar 62/2009 – Plano Diretor Participativo de Fortaleza. Referido relatório foi elaborado de forma participativa a partir do funciona-

mento do Comitê Intersetorial Técnico e Comunitário das ZEIS, implantado em 2013.

O Comitê Técnico Intersetorial e Comunitário das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), instituído pelo Decreto nº 13.241, de 21 de outubro de 2013, foi uma ferramenta de gestão participativa, criada com a finalidade de gerar um relatório contendo informações suficientes para subsidiar o prefeito na tomada de decisão quanto às ações prioritárias, no tocante à regulamentação e à efetiva implantação das ZEIS no município de Fortaleza.

Como forma de responder às questões do Decreto, o relatório das ZEIS estruturou-se em 11 capítulos e 4 anexos.

2014

Desenvolvimento do Site Plano Fortaleza 2040

O Portal 2040 teve como objetivo construir um real relacionamento com a população, disponibilizando diversas ferramentas que possibilitam a participação popular na construção do Plano Fortaleza 2040. Além de notícias, informações sobre o projeto, planos e publicações de revistas do 2040, no portal encontravam-se disponíveis:

- Questionário Colaborativo, onde a população respondia perguntas temáticas em todas as fases do Plano;
- Mapa Colaborativo - Permitia que o cidadão pudesse desenhar e escrever informações sobre o seu bairro, dentre elas: limpeza urbana, saúde, segurança, lazer e outras;
- Fórum Temático – Possibilitando o acesso aos documentos produzidos pelo Plano, avaliar e enviar suas sugestões e críticas;
- Agenda de Eventos - Onde o cidadão pode conferir a programação dos eventos do 2040, acessando as informações sobre locais, datas e horários.

Realização Estudos Diagnósticos para o Fortaleza 2040

Por meio da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura, foram contratados 27 estudos específicos sobre alguns aspectos da cidade de Fortaleza. Listados a seguir, os estudos estão publicados na íntegra do site Fortaleza 2040.

- Demografia e Dinâmica Populacional
- Saúde Pública
- Resíduos Sólidos
- Pobreza e Desigualdade Social
- Mercado de Trabalho
- Estrutura Produtiva
- Ciência, Tecnologia e Inovação
- Finanças Públicas
- Meio Ambiente
- Energia
- Violência e Segurança Pública
- Organização e Controle Social
- Investimento Público e Privado
- Alimentos e Bebidas
- Têxtil e Confecção
- Serviços de Saúde
- Construção Civil
- Economia Criativa
- Tecnologia da Informação e Comunicação
- Turismo e Hospitalidade
- Setores Emergentes e os Novos Serviços Industriais
- Serviços Educacionais
- Economia do Mar
- Agricultura Urbana
- Diagnóstico, Demografia e Saúde
- Saneamento e Recursos Hídricos
- Segurança Hídrica

2015

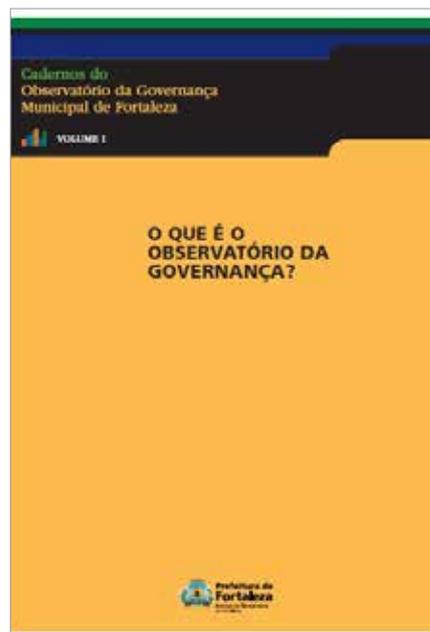
Início da Produção dos Cadernos do Observatório

Os Cadernos do Observatório têm por objetivo a produção e difusão do conhecimento para qualificar a governança municipal. A publicação foi indexada e contém artigos voltados às temáticas das políticas públicas e da governança municipal. Os artigos que compõem os Cadernos são de produção interna do Iplanfor, e também de parceiros externos à Prefeitura, que tenham o interesse sobre as temáticas abordadas em cada volume. A cada ano é abordada uma temática específica.

Os Cadernos são:

- 1 - O que é o Observatório da Governança;
- 2 - Governança Urbana em Pauta;
- 3 - Desafios para a Produção de Conhecimento para a Cidade;
- 4 - Governança Municipal em Análise: Um Estudo das Areninhas;
- 5 - Observatório de Fortaleza: Inaugurando Tempos Criativos para a Cidade;
- 6 - Fortaleza Cidade Criativa do Design;
- 7 - Políticas Públicas para Cidades;
- 8 – A Cidade e a Pandemia: Olhares Sobre Fortaleza.

A publicação Cadernos do Observatório contribui para a difusão do conhecimento. São indexados com ISSN - International Standard Serial Number e está na sua 8ª edição.



Pesquisa sobre Atendimento nos Postos de Saúde

A pesquisa se constituiu em averiguar o nível de satisfação dos usuários que utilizaram os serviços dos Postos de Saúde e foi realizada em parceria com a Ouvidoria da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), coordenada por Dayse Fuques. Foi uma

sequência à pesquisa realizada anteriormente (01 a 20 de julho de 2015), que escutou, por contato telefônico, 324 usuários atendidos em 82 postos de saúde. A coleta da segunda fase foi realizada pela equipe da Ouvidoria, no período de 16 de novembro a 22 de dezembro de 2015, que entrevistou 519 usuários, em 91 postos, sendo seis usuários ouvidos por posto. Os dados coletados foram sistematizados pela equipe do Observatório da Governança Municipal, destacando-se alguns resultados referente aos entrevistados:

- Gênero: 79% Feminino; 21% Masculino
- Idade: 46% (tinham entre 32 e 56 anos); 24% (tinham entre 57 e 80 anos)

Quanto à satisfação com o acolhimento nos postos de saúde: 78% responderam Satisfeitos, enquanto 7%, Insatisfeitos.

O Profissional mais procurado pelos entrevistados é o Médico, com 84,7%, seguido pelo Enfermeiro, com 27,9%.

2016

Publicação dos Documentos voltados para a elaboração do Plano Fortaleza 2040:

■ **O Olhar dos Moradores** - Documento que reuniu as contribuições dadas pelos oitenta e três grupos territoriais que contribuíram com o diagnóstico sobre a cidade. Resume as contribuições da população em torno de cinco eixos: Visão do Território; Infraestrutura de Moradia; Acesso aos Serviços Públicos; Integração Social e Economia.

■ **Fortaleza Hoje** – Resumo do diagnóstico, integrando os estudos realizados e as contribuições da sociedade, por meio das discussões territoriais.

■ **Padrões de Urbanização** – Disponibilização, de forma didática e ilustrada, dos diversos padrões urbanísticos le-

vados em consideração na elaboração do Plano Fortaleza 2040, com a finalidade de obter uma linguagem de entendimento comum entre os critérios urbanísticos em discussão pela equipe de elaboração e a sociedade.

■ **Visão de Futuro** – organização de uma síntese da visão de futuro para Fortaleza construída a partir das expressões dos grupos territoriais e fóruns temáticos. Neste documento também foram sugeridos os objetivos estratégicos do Plano agrupados em torno de eixos.

■ **Síntese do Plano Fortaleza 2040** – Com o objetivo de facilitar a compreensão do conteúdo do Plano Fortaleza 2040, seus oito volumes foram sintetizados em revistas ilustradas. São oito cartilhas que apresentam os componentes principais do Plano e auxiliam na compreensão dos seus eixos, objetivos, metas e planos específicos. Encontram-se disponibilizadas no Site do Plano Fortaleza 2040.

Elaboração dos Projetos para exposição em totens do Observatório de Fortaleza

O Iplanfor contratou um museógrafo para montar o espaço do Observatório de Fortaleza, onde foram projetados dois espaços de visitação (térreo e mezanino), que contariam a história de Fortaleza e as propostas de um Plano, a longo prazo para a cidade. O projeto foi iniciado com alguns profissionais contratados pelo próprio museógrafo, porém, devido ao tempo e à necessidade de programação para elaboração dos conteúdos dos totens, a Disin foi alocada no projeto e ficou responsável por elaborar o conteúdo dos totens previstos. Para isso, iniciou utilizando linguagens Actionscript 3.0 e Unity, e depois fez a migração para Frameworks da Web (HTML5, PHP, Javascript e CSS3 somados aos frameworks AngularJS, Bootstrap e JQuery, que intensificam a qualidade do front-end da aplicação). Ao todo, foram desenvolvidos, nesse projeto, conteúdo para os 9 (nove) totens, seguindo a orientação do projeto do Observatório, associado aos painéis do local.

Nesse mês de dezembro de 2020, um dos totens foi substituído para contemplar os indicadores do Plano Fortaleza 2040. A atualização do conteúdo do espaço é constante, em conjunto com a Diretoria do Observatório que faz os estudos e envia as necessidades de alteração ou criação de novos conteúdos para a Diretoria de Sistemas.

Elaboração da plataforma digital Fortaleza em Mapas

Site criado com objetivo de centralizar mapas com informações geográficas produzida pelos órgãos do município de Fortaleza e secretarias regionais. São mapas que reúnem assuntos urbanísticos, financeiros e sociais.

Para ampliar o acesso à informação, além da visualização dos mapas, estão disponíveis também as informações brutas para download, em múltiplos formatos, e que podem servir de objeto de pesquisa ou estudos para produção de conhecimento.

Pesquisa de satisfação com a Rede Municipal de Educação

O Diagnóstico Escolar de Fortaleza: Avaliação Qualitativa de Satisfação, objetivou buscar subsídios para contribuir com o fomento e análise de políticas públicas específicas para o ensino público municipal, mais especificamente apresentar elementos sobre as escolas de ensino fundamental I e II (5º ao 9º ano), integrantes da Rede Municipal de Ensino, com o foco na análise qualitativa sobre a satisfação dos usuários e participantes da comunidade escolar com relação aos serviços da rede de ensino municipal. O estudo foi realizado no período de março a maio de 2016. Foi adotada a metodologia de Grupos Focais e também Entrevistas Semi Estruturadas. No total, foram produzidas 16 entrevistas individuais com os grupos gestores e 128 pessoas contribuíram nos doze grupos focais, que foram realizados nas

quatro escolas selecionadas (entre professores, alunos e pais de alunos). Dentre os resultados encontrados, destacam-se:

- A Rede Municipal de Ensino apresenta realidades e vivências educacionais distintas, conflituosas ou não, que sofrem influência tanto de aspectos socioeconômicos, externos às Escolas, como intra-escolares;

- A gestão escolar tem papel de fundamental destaque na condução do planejamento interno às escolas, tanto na autonomia de ações administrativas como pedagógicas;

- A promoção de eleições do grupo gestor tornou o processo de escolha dos representantes escolares mais democrático e mais comprometido com as ações, além dos muros das escolas, atingindo a população do entorno;

- As infraestruturas das escolas pesquisadas variam consideravelmente, mas todas demandam reparos e manutenções, o que demonstra que o planejamento de conservação dos equipamentos educacionais deve ser reconsiderado, priorizando as escolas com infraestruturas mais antigas e deficitárias.

- Nos grupos focais, com os alunos, destaca-se: sobre o que mais gostavam na escola: a amizade, as brincadeiras e o companheirismo entre os alunos; - as brigas nem sempre são encaradas como algo negativo entre eles, proporcionando, até certa medida, diversão e fortalecendo as amizades estabelecidas; - elencaram a indisciplina e o comportamento dos colegas o principal fator inconveniente em sala de aula; - declararam que são os alunos os maiores responsáveis pela sujeira e a deterioração da infraestrutura da escola; - a “naturalização” da violência entre os alunos, apresentada nos grupos focais, demonstra o habitus social, que permeia a vida desses jovens, como afirma Abramovay, Castro e Waiselfisz (2015).

Pesquisa Areninhas

O estudo Areninhas: construindo o olhar do Observatório da Governança, objetivou construir um protótipo de análise de governança, triangulando dados oriundos das secretarias, dados

externos à gestão e aqueles coletados em campo (junto à população atendida pelo Projeto).

A escolha pelo estudo da governança do projeto Areninhas, dentre outros critérios, apresentou os seguintes aspectos: - forte componente de participação social: o equipamento é administrado por Conselhos Gestores, compostos por membros da Prefeitura e das comunidades circunvizinhas; - bem delimitado espacialmente: permitiu a definição de uma amostra populacional diversificada e representativa; envolve a construção/reforma de estruturas duráveis: nesse sentido, o impacto da intervenção da Prefeitura poderá ser analisado também no longo prazo. A pesquisa foi idealizada em duas etapas: na primeira etapa, de abordagem quantitativa, foram aplicados 373 questionários nas circunvizinhanças das Areninas Pirambu, Pici, Genibaú e Campo do América. Na segunda etapa, de abordagem qualitativa, ocorreu a realização de quatro Grupos Focais com o Conselho Gestor, sendo um em cada Areninha. A coleta de dados foi realizada no período de 16 a 30 de agosto de 2016.

2017

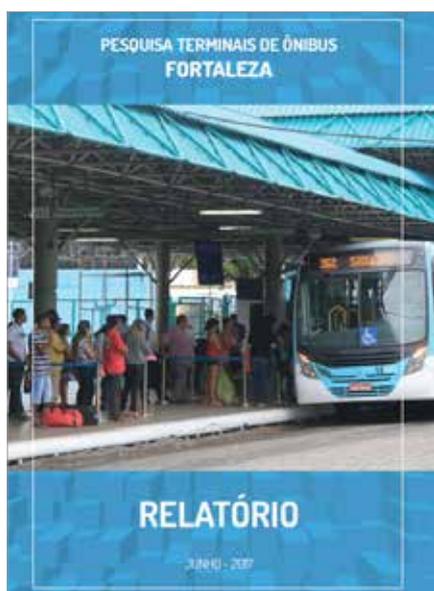
Início do Projeto de Integração de Dados em parceria com a Citinova

O projeto de integração de dados, em parceria com a Citinova, pensado em março de 2016, visava montar infraestrutura, procedimentos e rotinas para integração de dados oriundos de diversos órgãos da administração municipal de Fortaleza, de sensores automáticos e de fontes de dados externas, contemplando rotinas para publicação, validação e distribuição dos dados para que pudessem ser utilizados por aplicações já existentes ou a serem desenvolvidas, tais como a Infraestrutura Municipal de Dados Abertos (IMDAFor), Sala de Situação e o Fortaleza em Mapas. O projeto contemplava o envio dos dados de cada ór-

gão ou entidade de acordo com infraestrutura definida, rotinas de ETL's para extração, higienização e carga dos dados, rotinas para validação e integração dos dados e serviços para distribuição das informações para uso. As rotinas de ETL e o banco de dados integrados seriam armazenados em um barramento de integração de dados (denominado "Cloud da Prefeitura") e, a partir deste, seriam dispostos serviços para distribuição e uso dos dados por aplicações diversas.

A motivação, na época, foi devido ter se apresentado diversas dificuldades, tanto na obtenção de dados, quanto em garantir a unicidade, centralização, validação e integridade dos mesmos. Estes problemas eram críticos, na medida em que os dados divulgados em portais e aplicativos eram utilizados para geração de conhecimento sobre a cidade de Fortaleza, assim como para tomadas de decisões dos gestores, pois como os dados sobre um mesmo evento eram publicados a partir de fontes distintas e com versões diferentes, geravam duplicidade, falta de credibilidade e desatualização nos dados e informações sobre a cidade de Fortaleza. Com a infraestrutura proposta neste projeto, cada órgão teria suas informações divulgadas de forma centralizada e uniforme.

Chegou-se a montar uma pequena infraestrutura para programação e armazenamento de dados, em conjunto com a Citinova e Cogect, e foram elaboradas algumas rotinas, porém, devido ao desligamento de algumas pessoas-chave na Citinova, e falta de recursos, o projeto foi descontinuado. Em 2019, essa ideia foi retomada pela Citinova, que montou uma equipe com profissionais de áreas especializadas, e iniciou novo projeto, intitulado de barramento de dados que é um serviço de gestão, padronização e definição de dados distribuídos, permitindo serviços digitais eficazes e eficientes. É um ambiente integrado de serviços e dados corporativos, que promove a qualidade, confiabilidade e controle da informação.



Pesquisa Terminais de Ônibus - Primeira fase

Essa parte do estudo objetivou levantar questões para a elaboração da próxima fase da pesquisa. Foi utilizada a metodologia de grupos focais para acessar informações sobre a percepção dos sujeitos a respeito dos terminais. Os grupos definidos foram os profissionais atuantes nos terminais: comerciantes, operadores de trânsito das empresas (motoristas e cobradores), fiscais de linha do Sindiônibus e guardas da Guarda Municipal de Fortaleza, no período de março a julho de 2016. Foram realizados, no total, 28 grupos focais, distribuídos nos Terminais: Siqueira, Pápicu, Antônio Bezerra, Messejana, Conjunto Ceará, Parangaba e Lagoa. Os grupos se concentraram em demandas em relação às condições de trabalho. Questões relativas à infraestrutura e à insalubridade do ambiente de trabalho conduziram, em muitos momentos, as discussões entre esses profissionais. Mesmo não sendo estas os principais objetos da investigação nos terminais, foi a partir das falas e interações a esse respeito que se pôde identificar alguns pontos que merecem ser melhor estudados. Enquanto alguns interlocutores, por exemplo, lamentam a presença de “atrativos” nos terminais de ônibus (wifi, praça interna, etc), por proporcionarem a estadia mais demorada de pessoas nos terminais, outros sinalizam a necessidade de mais serviços nesses espaços, para ampliar o atendimento e a convivência da população. Durante as discussões também foi verificada a transversalidade de questões envolvidas no cotidiano dos terminais (que vão desde temas como segurança e vulnerabilidade social, até mesmo a saúde pública). A perspectiva de que esses espaços não estão isolados do contexto da cidade traz para o debate a relevância do entorno dos terminais para compreender dinâmicas e práticas cotidianas nesses mesmos espaços. Outra questão extraída dessa experiência dos grupos focais é relativa à caracterização dos diferentes públicos que frequentam os sete terminais. Grande parte dos interlocutores apontou para uma clara distinção entre os usuários dos terminais: segundo eles, haveria terminais nos quais o fluxo de trabalhadores é mais intenso, por ser “mais perto de suas casas”, e pelos quais eles precisam

passar para ir ao trabalho: o mais mencionado a esse respeito foi o terminal Siqueira. Essas observações vão ao encontro da compreensão de que os moradores de bairros, localizados na região periférica da cidade, se deslocam para os bairros mais “centrais” em virtude do trabalho; ao final do dia, esse fluxo mais intenso se inverte.

A Pesquisa Terminais de Ônibus: Fortaleza - Segunda fase

Com o objetivo de complementar a primeira fase, a segunda etapa da pesquisa utilizou a abordagem quantitativa e decidiu-se por investigar o cidadão usuário do equipamento. Para tanto, estabeleceu-se uma parceria entre a Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza (Etufor), o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Ceará (Sindiônibus) e o Observatório da Governança Municipal para a elaboração do instrumental de pesquisa que atendesse às demandas dos três entes envolvidos. Além do questionário produzido para esta pesquisa, as análises aqui apresentadas têm como insumos dados de pesquisas anteriores, realizadas pelo Sindiônibus, documentos produzidos pelo Plano Fortaleza 2040 do Iplanfor e demais dados secundários de origem pública. A coleta de dados foi realizada com 1.190 usuários, por pesquisadores de campo do Sindiônibus, sob orientação do Observatório da Governança Municipal, no período de 14 a 17/02/2017, nos sete terminais de ônibus de Fortaleza: Siqueira, Papicu, Antônio Bezerra, Messejana, Conjunto Ceará, Parangaba e Lagoa. Os resultados foram agrupados nas seguintes categorias: Perfil do usuário; Terminais; Deslocamentos; Segurança; Terminais hoje; e a Visão de Futuro do Fortaleza 2040.

2018

Gestão do Sistema de Informações

O Fortaleza em Mapas é uma das principais ferramentas desenvolvida pela Disin. A Ferramenta centraliza mapas com informações geográficas, produzidas por órgãos da Prefeitura e suas secretarias regionais.

Dados territoriais, urbanísticos, de legislação, socioeconômico, bem como algumas propostas do Fortaleza 2040, estão reunidos no site. Diversos mapas podem ser consultados e feito download em múltiplos formatos, para estudos, utilização em trabalhos acadêmicos, e que podem servir de objeto de pesquisa ou estudos para produção de conhecimento.

A área administrativa do Fortaleza em Mapas está sendo trabalhada para disponibilização em breve, onde as categorias de mapas poderão ser inseridas pela área que faz a gestão e a posterior inserção do próprio mapa, melhorando o processo, pois possibilitará outras áreas, que embora não tenham conhecimentos técnicos em banco de dados e sistemas, realizar a publicação das informações, dando mais agilidade no acervo dos dados ou na inserção desses dados na plataforma.



Portal do Observatório

Rede de conhecimento voltado à produção, difusão e acesso à informação sobre políticas públicas, gerando confluência de ideias, promoção de diálogos e intercâmbio de experiências com a sociedade. Com a missão de promover o acesso ao conhecimento sobre políticas públicas, o Observatório de Fortaleza busca influenciar as transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e científicas, qualificando a governança municipal e contribuindo para tornar Fortaleza uma cidade mais acessível, justa, acolhedora e criativa.

Site dos Fóruns Territoriais

Foi desenvolvido um site com mapa interativo, vinculado ao portal Fortaleza 2040, para funcionar como um espaço de divulgação entre o poder público e os Fóruns Territoriais. Os Fóruns Territoriais foram propostos pelo Plano Fortaleza 2040 para funcionar com as instâncias de articulação entre o poder público e a sociedade, sendo organizados nos conjuntos de bairros interligados em torno de territórios e o seu papel será, principalmente, discutir as ações coletivas necessárias para o desenvolvimento do território, priorizando ações para inclusão nos instrumentos de planejamento da gestão pública. Nele são divulgados dados e notícias de cada território, assim como o acompanhamento das Agendas Territoriais.

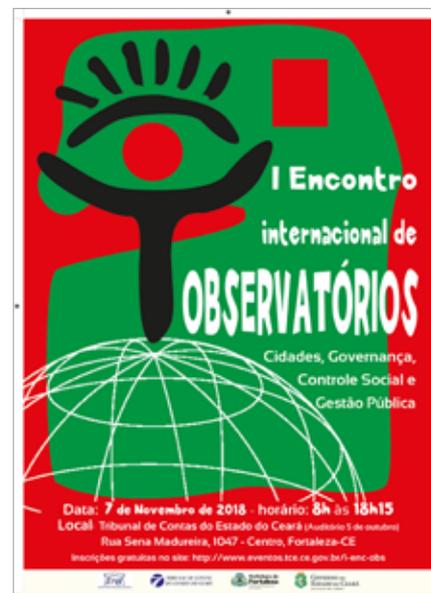


Fortaleza em Bairros

Fortaleza em Bairros é um website com mapa interativo da cidade de Fortaleza. Conta com informações gerais, divididas por temas como educação, saúde e cultura, por exemplo. Todas as informações são específicas para cada bairro, facilitando o diagnóstico das regiões de forma prática e intuitiva.

Realização do 1º. Encontro Internacional de Observatórios

Nos dias 7 e 8 de novembro de 2018 o Iplanfor, em parceria com o Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE/CE) e Instituto Escola Superior de Contas e Gestão Pública Ministro Plácido Castelo (IPC), realizou o I Encontro Internacional de Observatórios, que abordou a temática Cidades, Governança, Controle Social e Gestão Pública. O evento contou com a participação de 15 palestrantes: 01 convidada internacional (Piedad Restrepo, Diretora do Programa Medellín Como Vamos, da Colômbia); 3 convidados nacionais (Jailson de Souza e Silva, fundador do Ob-



servatório de Favelas, Rio de Janeiro - RJ; Leandro Devegili, do Data Science Brigade (DSB) - Operação Serenata do Amor de São Paulo - SP; Ney da Nóbrega Ribas, integrante do Observatório Social do Brasil - OSB); e mais 11 convidados cearenses. No encontro, foi ministrado workshop “O papel dos observatórios na construção de novos saberes” pelo fundador do Observatório de Favelas, Jailson de Souza e Silva, na comunidade do Poço da Draga, na ONG Vela ao Mar. O objetivo dessa atividade foi motivar as pessoas que residem no Poço da Draga, e que já realizavam atividades com o Observatório de Fortaleza, a constituir o Observatório do Poço da Draga. O evento gerou a elaboração e publicação dos Anais do I Encontro.

Início das Tardes no Observatório

Tardes no Observatório são encontros entre gestão pública, universidade e sociedade civil, promovidos pelo Iplanfor que, de forma estratégica, possibilitam encaminhamentos para a qualificação das políticas públicas, a divulgação do Plano Fortaleza 2040, bem como a compreensão acerca do funcionamento interno da PMF, sua dinâmica e desafios a serem superados. O projeto consolida o Observatório como referência de local de encontro e de difusão do conhecimento produzido sobre a gestão da cidade. Foram realizadas 38 edições das Tardes no Observatório. O referido projeto cria um canal de comunicação inovador com a sociedade civil, de forma a fazer conhecer a dinâmica da gestão pública, a relevância do Plano Fortaleza 2040, para o planejamento da cidade, contribuindo para a participação popular na gestão.

2019

Implantação do Site das ZEIS

Consiste num Sistema de Informação de Gestão que tem como objetivo possibilitar a articulação permanente entre o poder público e a comunidade residente nas Zonas Especiais de Interesse Social de Fortaleza. A aplicação conta com uma página pública onde a sociedade civil pode acompanhar o andamento das ações nas ZEIS, enquanto que o painel administrativo é atualizado pela equipe do Iplanfor.



Início dos Cursos Livres no Observatório

O projeto Cursos Livres tem por objetivo democratizar e potencializar a vocação educadora do Observatório de Fortaleza e sua capacidade de difundir conhecimento sobre a cidade, trabalhando seu espaço também para a formação da população. O Observatório de Fortaleza atua como um hub informacional, ou seja, como ponto estratégico de uma rede de conhecimento voltada à produção, difusão e acesso à informação sobre Políticas Públicas e Governança Municipal, gerando confluência de ideias, promoção de diálogos e intercâmbio de experiências com a sociedade, além de influenciar as transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e científicas da capital. O referido projeto prioriza comunidades que apresentam índices de maior vulnerabilidade social.

Realização do 2º Encontro Internacional de Observatórios

Nos dias 3 e 4 de dezembro de 2019, o Iplanfor realizou o II Encontro Internacional de Observatórios, com a temática Sustentabilidade, Governança e Inovação. O evento foi realizado em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e com a Escola Superior do Parlamento Cearense (Unipace) e contou com a participação de 05 palestrantes - 02 convidados internacionais: Antonio Lafuente García (idealizador do Laboratório dos Comuns, com sede no MediaLab-Prado Madri/Espanha); Manuel Gama (coordenador do Observatório de Políticas de Comunicação e Cultura - POLObs / Universidade do Minho, Braga/Portugal); 03 convidados cearenses: Guilherme Muchale (gerente de Economia e Estratégia do Observatório da Indústria – FIEC); Prof. Dr. Hermano Carvalho (coordenador do Laboratório de Gestão, Inteligente de Cidades, da Universidade Estadual do Ceará – UECE); e Maria Hilária de Sá Barreto (diretora executiva do Instituto Escola Superior de Contas e Gestão Pública Ministro Plácido Castelo – IPC do Tribunal de Contas do Estado do Ceará - TCE). No encontro, foi ministrado workshop “Laboratórios Cidadãos: ferramentas de transformação para o desenvolvimento social, cultural e econômico das cidades” pelo Prof. Dr. Antonio Lafuente García. O workshop teve como objetivo repassar a experiência vivenciada no Laboratório Cidadão, assim como a metodologia por eles utilizada, para membros dos observatórios parceiros das demais instituições que trabalham diretamente com a qualidade da participação social nas políticas públicas. O evento gerou a elaboração e publicação dos Anais do II Encontro.

Monitoramento e aperfeiçoamento dos sistemas

A Disin recebe as demandas das outras diretorias para desenvolvimento de sites/aplicativos e, após análise dos requisitos,

estuda como as implementações podem ser realizadas e abre um novo projeto ou um projeto de melhoria evolutiva de sites/ aplicativos que estejam em fase de entrega ou mesmo em operação. Quando se trata de melhoria do sistema, utiliza-se a relação dos sistemas que precisam de aperfeiçoamento e alocam-se os devidos recursos para completar a alteração, dividindo com os novos projetos, de forma a atender todas as demandas.

Pesquisa Hub Zona Azul

A Pesquisa de Interesse Zona Azul – Hub Estacionamento Rotativo - teve, como objetivo, identificar a disposição da população usuária de vagas de estacionamentos que frequentam o Centro em utilizar estacionamentos fora do perímetro central/comercial do bairro. A metodologia utilizada foi de abordagem quantitativa, através da aplicação de questionários estruturados, tendo o corte entre os três grupos de interesse: a) Usuários de Zona Azul do Centro; b) Clientes de Estacionamentos Privados; e c) Usuários de Vagas de Estacionamentos que não estão na Zona Azul. Foram aplicados 2.514 questionários e analisados 2.352 questionários após tratamento dos dados. O período da coleta foi no mês outubro de 2019, durante o turno da manhã (6 às 12 horas – 50,5% dos questionários) e tarde (13 às 18 horas – 49,5% questionários), em dias úteis da semana (85,6% dos questionários), assim como em finais de semana (24,4% dos questionários). A realização da pesquisa teve orientação da Gerência de Estudos e Pesquisas do Observatório da Governança Municipal. A pesquisa apresenta, como resultado final, a possível adesão ao projeto apresentado pela Prefeitura Municipal do Hub Estacionamentos Rotativos. Tendo em vista que uma parcela considerável dos entrevistados não opta por outras formas de transporte que não sejam os veículos privados, e que a maioria dos entrevistados (64,3%) entende que, para a melhoria do trânsito da região, é necessário o aumento de vagas de estacionamentos (sejam elas Zona Azul, em estacionamentos privados, ou na rua), pressupõem que o projeto venha a obter

a aprovação da população que se desloca para a região comercial do Centro. Recomenda-se a aplicação de iniciativas-piloto para verificar a adesão de forma gradual, assim possibilitando também reajustes que porventura venham a ser necessários ao projeto.



Pesquisa Requalificação da Av. Monsenhor Tabosa

O estudo sobre a Requalificação da Avenida Monsenhor Tabosa teve como objetivo incrementar a interlocução entre a gestão pública municipal e os empreendedores da região e da cidade em geral. O Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor), através da Diretoria do Observatório da Governança Municipal (Diobs), em parceria com o Instituto Cultural Iracema (ICI), realizaram, no mês de julho de 2019, os Grupos Focais com três grupos distintos de empreendedores, a saber: a) Grupo 1 – Empreendedores que fecharam seus negócios na Av. Monsenhor Tabosa (3 participantes); b) Grupo 2 – Empreendedores que nunca se instalaram na Av. Monsenhor Tabosa, nos quais os negócios estão instalados em outros bairros da cidade, mas que possuem perfis de negócios para instalação na Avenida (12 participantes); c) Grupo 3 – Empreendedores que estão instalados tanto na Av. Monsenhor Tabosa como no bairro Praia de Iracema (13 participantes). A coleta e a análise dos dados foram realizadas pela equipe da Diretoria do Observatório, sob a orientação da Gerência de Estudos e Pesquisas.

Pesquisa Cinema nos Terminais

O Projeto Cine Fortaleza – O Cinema nos Terminais, idealizado pela Secretaria da Cultura de Fortaleza (Secultfor), pretende promover cultura e entretenimento para os cidadãos de Fortaleza e oportunidades de marketing às marcas empresariais, instalando salas de cinema em contêineres em cada terminal

rodoviário. Dessa forma, a Secultfor demandou ao Iplanfor a realização da pesquisa, sob orientação da Gerência de Estudos e Pesquisas. A pesquisa objetivou traçar os perfis de possíveis usuários do Projeto Cine Fortaleza – O Cinema nos Terminais. Levantar e identificar os fatores que poderiam contribuir para a efetividade do projeto, como, por exemplo: se as pessoas o frequentariam, em quais momentos e horários da semana iriam ao Cinema nos Terminais. As parcerias para a realização da pesquisa foram: Fundação de Ciência, Tecnologia, e Inovação de Fortaleza (Citinova); Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão (Sepog); e Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Ceará (Sindiônibus). Em Novembro de 2019, foram entrevistadas 1.742 pessoas, distribuídas da seguinte forma: 325 questionários no Terminal do Papicu, 290 no Terminal do Antônio Bezerra, 270 no Terminal da Parangaba, 235 no Terminal da Messejana, 140 no Terminal da Lagoa, 210 no Terminal do Siqueira e 185 questionários no Terminal do Conjunto Ceará. Para não comprometer a aleatoriedade da pesquisa, foram aplicados questionários tanto aos passageiros quanto aos trabalhadores do terminal (autônomos e empregados), de todas as faixas de idade, gêneros e classes sociais. Dentre os resultados apresentados, destaca-se a adesão ao Cinema nos Terminais que, em menor percentual, apresentou 86% de aceitação pelos entrevistados no Terminal do Papicu, enquanto que o Terminal do Siqueira apresentou o maior percentual, de 92% de adesão.

2020

Gestão do Sistema de Informações Geográficas de Fortaleza

Em 2020 continuou o desenvolvimento das atividades relativas à ferramenta Fortaleza em Mapas, iniciada em 2018, conforme foi verificado no Item Gestão do Sistema de Informações Geográficas de Fortaleza referente ao ano 2018.

Implantação do Tour Virtual 360

O Tour Virtual é uma solução web que simula uma navegação 3D pelo Observatório de Fortaleza por meio de fotos 360°. Nele, é possível conhecer todo o ambiente e sua exposição “Olhos da Cidade”, que traz uma abordagem da capital cearense com base no Plano Fortaleza 2040. Sua navegação se dá através de elementos interativos por todo o cenário, contextualizando os totens e permitindo ao usuário assistir os vídeos encontrados no roteiro da exposição.



Implantação do Site Agricultura Urbana

O site Agricultura Urbana foi desenvolvido para identificar e disponibilizar informações sobre os produtores, feiras, cursos e notícias sobre o tema, pois com a ausência dos registros sobre as produções agropecuárias urbana, e sem o conhecimento da cadeia produtiva, a sustentabilidade da própria cadeia fica prejudicada, dificultando o diagnóstico e a aplicação dos recursos públicos que deveriam ser destinados à agropecuária urbana.

Implantação do Site Rede Observa CE

Trata-se de um site eletrônico criado para potencializar um ambiente virtual de trocas e divulgação de produção de dados e pesquisas dos observatórios do Estado do Ceará. O acesso à plataforma é feito por meio de formulário de adesão simplificado e, uma vez aderido à rede, cada membro poderá manter suas informações atualizadas.

Diagnóstico Sócio Econômico ZEIS Dionísio Torres

Foi produzido o diagnóstico socioeconômico para compor parte da 2ª etapa do Plano Integrado de Regularização Fundiária (Pirf). Para atender esse objetivo, foram aplicados 33 questionários semiestruturados, compostos de questões que abordaram inúmeros aspectos da comunidade, em residências que compõem a Vila Vicentina. O estudo socioeconômico integra o “Diagnóstico Socioeconômico, Histórico-cultural, Arquitetônico e Fundiário” da Zeis Dionísio Torres. Essa etapa foi realizada pela equipe da Diretoria do Observatório (Diobs) e parceria com a Diretoria de Articulação de Políticas Públicas (Diat).

Lives e Webinars do Observatório

Voltadas para manter o diálogo com a rede de observatórios e com o público em geral, durante o recolhimento imposto pela pandemia da Covid-19, durante os meses de abril a julho de 2020, foram realizadas 15 lives e 4 webinars. Estes últimos debateram as temáticas de Resíduos Sólidos, Cidades Inteligentes, Segurança Hídrica e o Plano Mestre Urbanístico do Fortaleza 2040.

Elaboração de Documento Síntese do Plano Fortaleza 2040

Com o objetivo de facilitar a compreensão do conteúdo do Plano Fortaleza 2040 seus oito volumes foram sintetizados em revistas ilustradas. São oito cartilhas que apresentam os componentes principais do Plano e auxiliam na compreensão dos seus eixos, objetivos, metas e planos específicos. Encontram-se disponibilizadas no Site do Plano Fortaleza 2040.



ARTICULAÇÃO DE PROJETOS INOVADORES

São competências do Iplanfor na área de Planejamento participativo:

Estudar, propor e fomentar iniciativas ou projetos inovadores relacionados:

- a) com temas transversais, de impacto e relevância social, econômico ou ambiental;
- b) com a promoção da ampliação da participação social no planejamento local e regional;
- c) com a aplicação da capacidade de investimentos públicos do Executivo Municipal e/ou que fortaleçam a economia do Município.

Dentro destas perspectivas foram desenvolvidos no Iplanfor vários projetos inovadores, tais como:

- Aperfeiçoamento do Sistema de Cadastro Habitacional no Município;
- Implementação da Agência de Fiscalização de Fortaleza (Agefis);
- Implementação de 10 Zonas Especiais de Interesse Social e desenvolvimento de metodologia;
- Projeto Piloto no Conjunto Palmeiras - Regularização Fundiária, Bodegão e Organização dos Conselhos de Quarteirão;
- Construção do Dossiê e Chancela da Unesco para a participação de Fortaleza na Rede de Cidades Criativas;
- Elaboração e Obtenção da Aprovação da Carta Consulta para Financiamento do Projeto de desenvolvimento urbano e social de Fortaleza: Fortaleza 2040 ;
- Articulação do Delibera Brasil - Conselho Cidadão;
- Elaboração de Projeto de Requalificação da Feira Livre da Sargento Hermínio;

- Estudo de localização de nova unidade Dessalinizadora da Cagece;
- Projeto de Espaço de Acolhimento de Moradores de Rua (praça coberta);
- Retrofit de edifícios vazios ou subutilizados no Centro para implantação de HIS e Habitação Popular;
- Estudo de Recuperação Ambiental da Lagoa do Papicu e Melhoria Habitacional para Comunidade do Pau Finim;
- Estudo de Contribuição de Melhoria para a região da Beira Mar.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

2013

Implementação do módulo de sorteio no Sistema de Cadastro Habitacional para o Programa Minha Casa, Minha Vida

Desenvolvido um sistema que contempla cadastro de famílias em condições de déficit habitacional para que estejam aptas a participar do sorteio de habitações do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) e demais políticas. O sistema também possui o módulo de sorteio de unidades habitacionais que foi implantado e aperfeiçoado, com base nos parâmetros e critérios estabelecidos na lei federal nº 11.977/2009, do MCMV, e na Portaria do Ministério das Cidades nº 412/2015, atendendo assim a todos os requisitos de segurança e legalidade, de forma totalmente transparente, eliminando por completo interferência externa ou viés político na concessão de benefícios do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Para acompanhamento do processo de entrega dos imóveis aos sorteados, foi também desenvolvido um outro módulo que

auxilia no monitoramento de todas as etapas necessárias para a entrega das chaves dos imóveis, facilitando verificar status do processo de cada contemplado, através de consultas e relatórios.

O Cadastro Habitacional informatizado democratizou o acesso à fila de espera por habitações de interesse social, concedidas pelo município, atualizando a base de dados com informações importantes para o monitoramento do déficit habitacional na cidade. Além do Cadastro Habitacional, o Iplanfor desenvolveu e entregou à Habitafor o sistema de sorteio dos beneficiados, auditado pela Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará (Etice), que proporciona a ponderação e a reserva do número de unidades habitacionais para famílias em situações especiais e também garante a transparência no processo, eliminando a antiga prática de favorecimento indevido

2014

Estudos para a Criação da Agefis

A fiscalização na Prefeitura de Fortaleza era feita por equipes nos diversos órgãos: meio ambiente (Seuma), controle urbano (Secretarias Regionais), resíduos sólidos (Emlurb, SCSP), defesa do Consumidor (Procon) e, outras, pela Vigilância Sanitária. Em cada temática havia um método diferente de trabalho, com formulários e tramitação interna próprias do processo administrativo fiscal, além de diferentes canais para recebimento de denúncias da fiscalização.

Frente a essa situação, por iniciativa do Iplanfor, foi constituída comissão formada por fiscais municipais para estudar experiências de outros municípios e propor a fiscalização integrada em Fortaleza. A partir desses estudos técnicos e de um amplo processo de discussão, que contou com a participação dos fis-

cais municipais, a Prefeitura de Fortaleza definiu os mecanismos para que o ciclo de fiscalização seja executado de forma eficaz. Através da Lei Complementar nº 190, foi criada a Agência de Fiscalização de Fortaleza (Agefis), com a missão de unificar a fiscalização urbana do Município.

Instituição da Comissão para o Estudo das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS

Instituição do Comitê Técnico Intersetorial e Comunitário das Zonas Especiais de Interesse Social - Instituído pelo Decreto nº 13.241, de 21 de outubro de 2013, o Comitê Técnico Intersetorial e Comunitário das ZEIS constituiu-se de uma ferramenta de gestão participativa, criada com a finalidade de gerar um relatório contendo informações suficientes para subsidiar o prefeito na tomada de decisão quanto às ações prioritárias, no tocante à regulamentação e à efetiva implantação das ZEIS no município de Fortaleza. O trabalho do Comitê das ZEIS foi realizado sob a coordenação do Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor), em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (Habitafor), e dispôs da participação de representantes do Poder Público municipal, das comunidades das ZEIS e de organizações não governamentais.

Participaram regularmente do trabalho do Comitê, ou foram convocados, quando necessário, à prestação pontual de informações, os representantes das secretarias de Urbanismo e Meio Ambiente; Planejamento, Orçamento e Gestão; Regionais; Infraestrutura; Saúde; Educação; Desenvolvimento Econômico; Desenvolvimento Social, Trabalho e Combate à Fome; Segurança Cidadã e da Defesa; Cidadania e Direitos Humanos; Finanças; Secretaria de Serviços Públicos e Conservação; Procuradoria Geral do Município; Coordenadoria Especial de Participação Social; e Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza.

Quanto à participação social, foram convidadas a compor o Comitê nove representantes de comunidades inseridas em ZEIS, escolhidas pela reconhecida atuação comunitária em prol da re-

gumentação das ZEIS e que têm participado, assiduamente, das discussões para elaboração do relatório. São eles: os representantes das ZEIS Lagamar, Pici, Poço da Draga, Moura Brasil, Bom Jardim, Pirambu, Serviluz, Praia do Futuro e Mucuripe.

Também foram convidadas duas organizações não governamentais: a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza; e o Centro de Estudo, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos (Cearah Periferia). A primeira não participou de forma assídua; e a segunda, embora regularmente convidada, ainda não participou de nenhuma reunião.

As reuniões do Comitê receberam pessoas e instituições outras não previstas no decreto municipal que o instituiu. Entre essas, participam regularmente das discussões representantes da Universidade Federal do Ceará – do Laboratório de Estudos de Habitação (LEHAB/DAU-UFC), do Programa de Educação Tutorial/Arquitetura (ArqPET), do Centro de Assessoria Jurídica Universitária (CAJU) e também Laboratório de Estudos da Cidade (LEC), além da organização não governamental Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH).

A complexidade da tarefa a ser desempenhada, aliada à reestruturação do Instituto de Planejamento Fortaleza, contribuiu para que o trabalho de elaboração do relatório da ZEIS se prolongasse até julho de 2015, ultrapassando o prazo de 120 dias inicialmente estabelecido para sua elaboração.

2015

Projeto-Piloto no Conjunto Palmeiras - Regularização Fundiária, Bodegão e Organização dos Conselhos de Quarteirão

Em parceria com o Instituto Palmas, foi realizada ação-piloto de articulação comunitária e institucional em favor da regularização fundiária de imóveis do Conjunto Palmeiras, para tan-

to foi organizado o projeto Bodegão Bodegão da Solidariedade, para geração de recursos financeiros visando custear despesas do processo de regularização. Para o chamado Bodegão da Solidariedade, foram destinadas doações coletadas através de campanha junto à sociedade. Além desta ação, foram realizadas parcerias com a Academia para prestação de serviços de assistência técnica comunitária. Em paralelo, foram organizados vários Conselhos de Quarteirão, eleitos pelos residentes de cada quadra, na perspectiva de realizar, de forma integrada, ações voltadas para o saneamento e manutenção do território de cada quadra e seu entorno. Através desta experiência, uma das principais avenidas que cruzam o bairro foi trabalhada pela comunidade no sentido de se manter limpa e com seus canteiros replantados.

Entrega do Relatório das Zona Especiais de Interesse Social (ZEIS)

No dia 26 de outubro de 2015, o Relatório das ZEIS, produzido pelo Comitê Técnico Intersetorial e Comunitário das ZEIS, foi entregue oficialmente ao prefeito Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra. Além de abordar a situação social, ambiental e habitacional de nove ZEIS, e seus correspondentes assentamentos precários, o referido relatório apontou proposições ao Prefeito para continuidade do trabalho de regulamentação e implementação dos Planos Integrados de Regularização Fundiária (PIRF) das ZEIS.

2017

Elaboração de Projeto de Requalificação da Feira Livre da Sargento Hermínio

Em atendimento à demanda da Secretaria Regional I, foi desenvolvido projeto-piloto para organização de feira livre do parque da Sargento Hermínio, com o objetivo de torná-la mais

agradável, atrativa e com pleno atendimento às orientações da Vigilância Sanitária. Além de um melhor arranjo espacial para a feira, foram desenvolvidas e orçadas propostas de barraca padrão, com cores específicas para cada tipo de produto, permitindo fácil compreensão da organização do espaço através das cores. O projeto-piloto elaborado, quando aplicado às feiras livres de Fortaleza, possibilitará a atração de um público maior, agregará mais valor às tais feiras, facilitará a ação da fiscalização, permitirá uma maior rapidez e facilidade na montagem, desmontagem e transporte das tendas e bancadas, além da melhoria das condições de higiene e organização do espaço. Além do estudo preliminar do zoneamento da feira, foi elaborado projeto, detalhamento e estimativa orçamentária para execução das barracas em três opções: alumínio, ferro e madeira ecológica.

2018

Estudo de localização de nova Unidade Dessalinizadora da Cagece

Tendo em vista a necessidade da Cagece realizar a implantação de Unidade Dessalinizadora na Praia do Futuro, o Iplanfor recepcionou a equipe técnica da Cagece que buscava obter por parte do Iplanfor orientações quanto à localidade mais adequada para implantação da Unidade e alinhamento com o Plano Urbanístico Específico do Fortaleza 2040 para o território.

A Unidade será implementada para reforçar a demanda por consumo de água na capital, contudo, um projeto de tal magnitude apresenta impactos ambientais, sociais e de vizinhança relevantes na localidade que será implantado. Após análise técnica das opções propostas, e outras alternativas considerada pela equipe técnica do Iplanfor, como de menor impacto negativo, foram realizadas uma série de reuniões, palestras, workshops,

visitas de campo e emissão de parecer técnico por parte do Iplanfor, entre 2018 e 2020. Além da indicação de melhor localização, foram repassadas orientações quanto à forma de ocupação do espaço urbano, para evitar barreira à mobilidade urbana, e utilização de fachadas ativas para evitar problemas de segurança para a comunidade do entorno.

Projeto de Espaço de Acolhimento de Moradores de Rua (praça coberta)

O Centro da cidade possui grande concentração de moradores de rua dormindo nas calçadas e bancos de praças, sem acesso a sanitários e chuveiros, a espaço adequado à realização de refeições. Pensando na melhoria das condições destes cidadãos, em situação de grande vulnerabilidade, e cientes da dificuldade de viverem em espaços confinados por motivos que fogem às suas vontades, foi elaborado pela equipe técnica do Iplanfor um projeto-piloto de galpão aberto na área frontal, assemelhado a uma praça coberta, com espaços escalonados para camas baús, onde os moradores de rua poderão dormir e guardar seus pertences; utilizar banheiros e chuveiros; com espaço para atendimento médico e psicossocial; para alimentação; para realização de oficinas voltadas ao desenvolvimento de habilidades que poderão lhes permitir geração de renda; redário; lavanderia; em formato de jardim coberto, com vegetação em seu núcleo central. A arquitetura proposta permite fácil visualização do conjunto, separação por grupos famílias, ou por tipo de moradores de rua (permanentes ou transitórios), além de estética voltada à melhoria do estado de espírito e autoestima desta população.

O projeto, quando executado, garantirá melhoria sensível da qualidade de vida e saúde ao morador de rua, bem como maior contato do poder público com seu cotidiano, facilitando a realização de programas de apoio a esta população. O projeto é modular, sendo facilmente adaptado à imóveis de vários tamanhos. Foi realizado ainda levantamento de possíveis localizações para tais equipamentos no Centro da cidade.

Retrofit de edifícios vazios ou subutilizados no Centro para implantação de HIS e Habitação Popular

Com o intuito de revitalizar o Centro da cidade como território multifuncional e, ao mesmo tempo, oferecer alternativa de moradia social ou popular ao fortalezense sem-teto, em espaço dotado de rica infraestrutura urbana e conexão com toda a cidade, a equipe do Iplanfor realizou mapeamento de edifício vazios ou subutilizados na zona central, e elaborou projeto-piloto para demonstrar a viabilidade econômica da realização de retrofit destes imóveis para uso misto (térreo comercial e pavimentos de uso residencial). Vários tipos de operações permitiriam, sem ônus para o erário, ou mesmo para o proprietário, uma vez que a Prefeitura poderia utilizar os recursos atuais, gastos em aluguel social, na locação destas novas unidades no Centro. O contrato de locação de longo prazo é facilmente utilizado como garantia para que o proprietário do imóvel possa captar empréstimo para a realização das reformas necessárias dos imóveis.

Entrega do produto da Comissão de Proposição e Acompanhamento da Regulamentação e Implantação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)

Em 23 de fevereiro de 2018, foi entregue ao Prefeito Roberto Claudio Bezerra a proposta de minuta do decreto que regulamenta o funcionamento dos Conselhos Gestores das Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS 1 e 2, e cria o Fórum Permanente das Zonas Especiais de Interesse Social, produto elaborado pela Comissão de Proposição e Acompanhamento da Regulamentação das ZEIS.

Realização de visitas e reuniões preparatórias para o processo eleitoral nas 10 Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)

No período entre março a abril de 2018, os técnicos do Iplanfor e os representantes das ZEIS na Comissão de Proposição e Acompanhamento da Regulamentação e Implantação das ZEIS organizaram as primeiras visitas em cada uma das ZEIS prioritárias. Referidas visitas constituíram-se na primeira aproximação da equipe do Iplanfor com as comunidades, após o encerramento do funcionamento da Comissão, e tinham o objetivo de mensurar o entendimento das comunidades em torno do instrumento ZEIS, de identificar as potencialidades e fraquezas dos territórios e de mobilizar as lideranças comunitárias para o processo de eleições do Conselhos Gestores e das Comissões Eleitorais das Zonas Especiais.

Realização de assembleias para formação das Comissões Eleitorais dos processos eleitorais das ZEIS

Com a edição do Decreto 14.211, de 21 de maio de 2018, o Iplanfor realizou assembleias comunitárias nas ZEIS prioritárias, visando mobilizar as comunidades para a formação das Comissões Eleitorais. Referidas comissões tinham como atribuições elaborar edital de convocação, inscrever os candidatos, organizar as eleições, indicar o local de apuração da eleição, elaborar a lista dos mesários, dirimir conflitos e realizar a apuração. Nas assembleias, os representantes das Comissões Eleitorais eram escolhidos por voto direto e aberto, em cada território. As Comissões Eleitorais foram responsáveis pela elaboração dos editais de convocação de cada Conselho Gestor, nos quais era detalhado todo o processo eleitoral, conforme Decreto 14.211, de 21 de maio de 2018.

Realização e acompanhamento das eleições para os Conselhos Gestores das ZEIS Prioritárias

Após a formação das Comissões Eleitorais, foi iniciada a etapa de eleição dos Conselhos Gestores. Foi formulado um documento que embasava todo o processo, o Edital de Convocação do Conselho Gestor da ZEIS. A partir dele, foram elaborados os editais específicos para cada uma das ZEIS, em atendimento às especificidades de datas, aos horários e aos locais para a realização das eleições nestes territórios. As fases do processo eleitoral foram as seguintes: (a) inscrição dos candidatos; (b) análise das inscrições; (c) resultado preliminar da análise de inscrições; (d) apresentação de recursos ao resultado preliminar; (e) resposta aos recursos impetrados; (f) resultado definitivo das inscrições deferidas; (g) prazo para campanha pelos candidatos (quinze dias); (h) eleição dos Conselheiros. Esse processo foi realizado entre os meses de julho e agosto de 2018, com a campanha de divulgação dos candidatos em cada ZEIS acontecendo através da mobilização popular dos membros da Comissão, material de divulgação, carro de som, por faixas de rua ou com a assistência das “reuniões de quarteirão”, sendo iniciada a eleição pela ZEIS Dionísio Torres – Vila Vicentina e finalizada pela ZEIS Pici.

2019

Construção do dossiê e chancela da Unesco para a participação de Fortaleza na Rede de Cidades Criativas

Para a construção do dossiê, que foi submetido para análise da Unesco, foi necessária a concepção de projetos ligados direta e indiretamente ao setor do Design, assim como atividades anteriores ao envio do dossiê que proporcionaram atender os requisitos exigidos no processo de certificação, tais como:

- Reativação da Associação Ceará Design;

- Realização do Workshop “Fortaleza Cidade Criativa do Design”, em março/2018;
- Realização do Seminário Distritos e Cidades Criativas, em junho/2018;
- Realização da 2ª Jornada Ibero-americana de Artesanato, Design e Moda, que ocorreu em novembro/2018;
- Realização de pesquisa, compilando dados e informações acerca do Design em Fortaleza para compor o dossiê da candidatura;
- Pactuação entre as entidades públicas e privadas para a implantação dos projetos propostos no dossiê;
- Estabelecimento de parcerias (nacionais e internacionais) com cidades criativas (em especial, aquelas que possuem a certificação no setor de Design) da Rede UCCN, para empreender projetos em cooperação.

Cada um desses projetos e atividades correspondem a itens do questionário produzido pela Unesco sobre as ações realizadas, ou em realização, que demonstram o envolvimento e comprometimento da cidade com uma política de apoio e estímulo ao design, em todas as especificidades.

Em março de 2018, ocorreu o workshop Fortaleza Cidade Criativa do Design, dando lançamento à sua candidatura para a chancela Unesco Rede de Cidades Criativas. Nos dias 07 e 08 de junho de 2018, foi realizado o 1º Seminário Distritos e Cidades Criativas, em parceria com o Sebrae/CE, Fiec, Secretaria da Cultura do Governo do Estado do Ceará (Secult), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretaria do Turismo de Fortaleza (Setfor). Ao final do Seminário, foi entregue o Plano de Ação Territorial do Distrito Criativo de Fortaleza, composto por 32 ações.

Em paralelo, foi formado, através de portaria municipal, o Grupo de Trabalho composto pelos órgãos Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor), Coordenadoria Especial das Relações Internacionais e Federativas (Cerif), Secretaria da Cultura de Fortaleza (Secultfor), Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Fundação da Ciência, Tecnologia e Inovação (Citinova), além das parcerias com as entidades da sociedade civil

como o Sebrae/CE, Fecomércio, Fiec, Associação Ceará Design e Instituto Cultural Iracema (ICI), para a execução das ações relacionadas à candidatura Unesco Fortaleza Cidade Criativa do Design.

O processo de pesquisa e coleta de dados e informações a respeito do segmento Design e seu impacto em Fortaleza, iniciou-se no 2º semestre de 2018, com a formação do Grupo de Trabalho anteriormente citado, assim como a contratação de dois consultores da área do Design, com expertise na formulação de dossiês da Rede UCCN.

Em novembro de 2018, ocorreu a 2ª Jornada Ibero-americana de Design e do Artesanato, onde foram confeccionados dois documentos: a) Carta de Fortaleza do Design e do Artesanato; b) Referendo à Candidatura Fortaleza Cidade Criativa do Design.

Em junho de 2019, foi finalizado o dossiê da candidatura, sendo encaminhado para o Comitê de Avaliação da UNESCO no Brasil e, posteriormente, para a avaliação da UNESCO em âmbito internacional.

Em outubro de 2019, Fortaleza foi agraciada com a chancela, adentrando assim na Rede de Cidades Criativas da UNESCO.

Articulação do Delibera Brasil – Conselho Cidadão

O Conselho Cidadão de Fortaleza fez parte do programa “Democracia para além das eleições”, realizado em parceria com a ONG newDemocracy Foundation e com o coletivo Delibera Brasil, com apoio do Undef, um Fundo Fiduciário Geral das Nações Unidas. Três projetos no mundo foram financiados, sendo Fortaleza a única cidade latino-americana escolhida para desenvolver o projeto-piloto.

A metodologia do processo de participação popular desta ação foi estruturada pelo coletivo Delibera Brasil, iniciando as ações com a primeira etapa dos sorteios, que utilizou como base de dados os pontos específicos dos setores censitários utilizados pelo IBGE. O sorteio foi realizado e transmitido ao vivo pelo

Observatório de Fortaleza. Nessa etapa do processo, foram convidadas cinco pessoas de cada um dos 40 setores censitários, compreendendo um total de 200 pessoas com perfil plural e representativo em termos de gênero, idade, escolaridade e ocupação. Os primeiros 200 sorteados foram convidados a comparecer à Câmara Municipal de Fortaleza, onde foi realizado o sorteio dos 40 membros do Conselho Cidadão de Fortaleza, com o objetivo de “Vencer o desafio do lixo para uma Fortaleza viva e com mais saúde para todos”.

Os trabalhos foram finalizados com a consolidação do Relatório de Proposições Democráticas “Vencer o desafio do lixo – uma Fortaleza viva e com mais saúde para todos”, contendo 19 ações a serem executadas pela gestão municipal e entregue ao Prefeito Roberto Claudio no 4º Seminário Internacional de Políticas Públicas para Cidades.

Elaboração e obtenção da aprovação da Carta Consulta para financiamento do Projeto de Desenvolvimento Urbano e Social de Fortaleza: Fortaleza 2040 – 1ª Etapa

Esta ação foi motivada pelo convite feito pelo New Development Bank (NDB) ao Prefeito Roberto Claudio para participar da reunião anual dos BRICS, em abril de 2017, ocasião em que foi entregue a primeira versão do projeto a ser financiado. Após intensas discussões entre a equipe técnica do Banco NDB e a equipe técnica da prefeitura, chegou-se a um escopo de projeto que contempla quatro áreas finalísticas a serem beneficiadas com recursos do financiamento, quais sejam: Mobilidade, Habitação, Saúde e Educação. O valor total do financiamento, aprovado pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX) do Ministério da Economia é de US\$ 150 milhões, sendo US\$ 120 milhões do NDB e US\$ 30 milhões de contrapartida da Prefeitura.

Celebração de convênios e parcerias com as universidades para elaboração dos Planos Integrados de Regularização Fundiária (PIRF) das Zonas Especiais de Interesse Social ZEIS

Para a elaboração dos Planos Integrados de Regularização Fundiária das ZEIS prioritárias, o Iplanfor firmou parcerias financeiras e estabeleceu convênios e acordos de cooperação técnica com a Universidade Federal do Ceará (UFC), a Universidade de Fortaleza (UNIFOR), a Universidade Estadual do Ceará (UECE), o Centro de Treinamento e Desenvolvimento (CETREDE) e a Secretaria das Cidades do Estado do Ceará.

À UNIFOR coube a elaboração dos PIRF das ZEIS Serviluz, Muricupe e Praia do Futuro; à UFC os PIRF das ZEIS Bom Jardim, Pici e Poço da Draga; e à UECE os PIRF das ZEIS Moura Brasil, Pirambu e Lagamar.

Pelos termos assinados com as instituições referidas, primeiramente as Universidades deveriam elaborar os Planos de Trabalho de cada ZEIS, para aprovação junto aos Conselhos Gestores, e quanto aos demais planos que compõem os PIRFs exigia-se a participação e aprovação do colegiado das ZEIS.

Realização do I Curso de Capacitação para membros eleitos dos Conselhos Gestores das ZEIS, em Fortaleza

O curso teve por objetivo capacitar os conselheiros para atuarem como representantes de suas ZEIS, em especial no processo de elaboração do Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF). O PIRF tem um conjunto de ações e proposições em diversas áreas na política de regularização fundiária (arquitetura, direito, economia, estatística, geografia, políticas públicas, sociologia etc.). Portanto, há uma complexidade de conhecimentos que torna necessário um nivelamento entre os conselheiros e, dessa forma, a oferta de um curso antes dos trabalhos dos Conselhos Gestores fez-se presente. A capacitação contou, como

público alvo, os membros dos Conselhos Gestores eleitos (moradores e organizações da sociedade civil), titulares e suplentes, das ZEIS Prioritárias (Bom Jardim, Lagamar, Moura Brasil, Mucuripe, Poço da Draga, Pici, Pirambu, Serviluz, Praia do Futuro e Vila Vicentina), e os membros do Poder Público indicados pelo Prefeito. O curso foi ministrado de forma presencial, por meio de aulas expositivas, explicativas, práticas, de campo, trabalhos em grupos e individuais. O curso foi dividido em módulos, ofertados em turnos variados (manhã, tarde e noite), de segunda a sexta-feira, ou sábado, nos períodos matutino e/ou vespertino. Os facilitadores foram escolhidos entre os graduados nos cursos de Direito, Arquitetura e Urbanismo, Economia, História, Serviço Social, Ciências Sociais, Geografia ou Engenharia Civil, em instituição reconhecida pelo MEC, comprovada por meio de diploma/declaração de instituição de ensino superior. Muitos foram professores que participaram da elaboração dos PIRF.

Síntese da Construção Metodológica de Implementação das Zeis

A Diretoria de Articulação e Integração de Políticas (Diar/Iplanfor) teve por principal atribuição coordenar a elaboração da estrutura-base de organização e regulamentação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), conforme o Plano Diretor Participativo de Fortaleza (Lei Complementar nº 062/2009), com funções definidas pelo Decreto nº 13.809/2016, que regulamenta a Lei Complementar nº 184/2014, que reestruturou o Iplanfor.

O foco principal foi regulamentar o que já dispunha o Plano Diretor e mobilizar o território para o planejamento territorial amplo, com fundamento na autonomia territorial e na regularização fundiária plena, que envolve amplos aspectos, não somente os formais ou fundiários (jurídicos).

Para consecução de suas finalidades, e especialmente execução de todo o conhecimento produzido nos anos anteriores, de 2013 para 2017, foi necessária uma articulação intensa entre as

secretarias municipais e as representações de comunidades em ZEIS, dando continuidade ao que fora construído anteriormente e aproximação com o Plano Fortaleza 2040.

Tendo por fundamento a construção de planos conjuntamente com a população moradora, o trabalho se desenvolveu no sentido de executar as diretrizes e as programações realizadas participativamente e institucionalmente em instâncias de diálogo anteriores, como o Comitê e a Comissão de Proposição e Acompanhamento da Regulamentação e Implantação das Zonas Especiais de Interesse Social.

Foram desenvolvidas, em regra, ações para a estruturação dos Conselhos Gestores e das atividades futuras de elaboração dos PIRF, em relação ao projeto-piloto de implementação de 10 (dez) ZEIS consideradas prioritárias. O primeiro passo ocorreu com a entrega solene do Relatório Final e Produtos da Comissão ao Prefeito de Fortaleza (23 de fevereiro de 2018), com a presença de representantes das 10 ZEIS Prioritárias da cidade, de Secretarias do Poder Público Municipal e da sociedade civil organizada, o que sinalizou o início de uma nova fase.

Logo, em 2018, a Equipe Diart reuniu tudo que fora diagnosticado e produzido e adentrou cada um dos 10 (dez) territórios prioritários, para conhecer a realidade precária e desafiadora, sintetizando suas demandas e prioridades.

Feito o agendamento das visitas técnicas, em março de 2018, tendo sido produzidos relatórios com os principais dados colhidos durante as visitas e informações de cunho social, histórico e territorial, prestadas por moradores, representantes da sociedade civil organizada e da Universidade Federal do Ceará, acompanharam a equipe Diart-Iplanfor em algumas visitas.

A partir disso, com consultas às instâncias internas e externas ao Iplanfor, para aprovação, foram confeccionadas duas minutas que se concretizaram nos decretos nº 14.211, de 21 de maio, publicado no D.O.M., em 22 de maio de 2018, que regulamenta os Conselhos Gestores das ZEIS 1 e 2; e nº 14.215, de 22 de maio, publicado no D.O.M., em 25 de maio de 2018, que cria e regulamenta o Fórum Permanente das ZEIS.

Com base no Decreto 14.211/2018, para que os conselhos

fossem de fato instalados, foi organizado um conjunto de procedimentos para a eleição de representantes territoriais e de indicação de representantes da Prefeitura. Esse processo fora elaborado internamente no Iplanfor, com auxílio dos arquivos referentes à eleição do Conselho Gestor da ZEIS Lagamar, em 2010.

Com os procedimentos definidos e alinhados com a equipe, foram realizadas reuniões, em junho e julho, nos territórios, nas Regionais e mesmo no Iplanfor, com o objetivo de explicar o processo eleitoral (escolha dos representantes moradores das comunidades e de entidades da sociedade civil, informando a composição das comissões eleitorais e dos conselhos gestores) e esclarecer eventuais questionamentos trazidos pelos moradores.

Foram realizadas assembleias em junho e julho de 2018 para escolha, mediante voto direto e aberto, de representantes das comunidades (moradores) e de organizações da sociedade civil, atuantes nos territórios, para composição das Comissões Eleitorais de cada ZEIS, assim como foi feita a indicação de representantes do Poder Público por meio das Secretarias municipais envolvidas.

Nesse processo de apresentação das ZEIS, do processo eleitoral e de troca de informações com os moradores, associações e agentes públicos, explicitaram experiências exitosas em planejamento territorial popular com a Equipe da UFC, indicando que existia uma expertise específica, bem como um relacionamento de confiança estabelecido entre essa equipe e os moradores e instituições sociais, o que, para o Processo de elaboração dos PIRF seria fundamental.

Essa percepção orientou o início de discussão e as primeiras tratativas no sentido da participação de equipes universitárias por meio de convênios e parcerias com IFCE (PIRF da Vila Vicentina), UFC (PIRF do Poço da Draga, Bom Jardim e Pici), UECE (PIRF do Lagamar, Moura Brasil e Pirambu) e Unifor (PIRF do Mucuripe, Praia do Futuro e Serviluz).

Foram escolhidos três moradores e uma organização da sociedade civil para compor a Comissão, que organizou a eleição em cada comunidade. Esse processo foi realizado entre os me-

ses de julho e agosto de 2018 e resultou na formação de dez (10) Comissões Eleitorais, cada ZEIS com a sua. Tendo como principal missão a confecção dos editais dos processos eleitorais e o acompanhamento dos mesmos, essas comissões se reuniram primeiramente na Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) e na Faculdade de Direito da UFC para definição de uma matriz. Somente após, reuniram-se territorialmente, definindo datas, horários e locais para a realização de suas eleições.

Em regra, todos os processos eleitorais se realizaram de 31 de agosto a 23 de setembro de 2018. Geralmente, à noite, em dias da semana ou em finais de semana, priorizando e ampliando as condições da população e o acesso ao voto, e em espaços e equipamentos públicos, como escolas, postos de saúde, centros comunitários, e associações civis dentro dos territórios.

Vale destacar que o processo eleitoral das 10 ZEIS Prioritárias de Fortaleza mobilizou 2615 (duas mil seiscentas e quinze) pessoas, distribuídas nessas comunidades, tendo sido eleitos 115 (cento e quinze) conselheiros, entre titulares e suplentes, para compor seus Conselhos Gestores.

Em outra frente, também foi preciso mobilizar as Secretarias para a participação institucional nesses Conselhos, despendendo-se um esforço no sentido de comunicar o programa e a oportunidade das ZEIS para as diversas políticas setoriais municipalizadas. Foram enviados ofícios e realizadas ligações para a indicação nominal dos membros de cada secretaria que compunha os conselhos.

Para formação e nivelamento do conhecimento considerado fundamental para as atividades dos conselheiros, já que teriam por missão deliberar sobre os PIRF, foi promovida uma capacitação, entre os dias 18 a 20 de outubro, para os membros eleitos e aberta ao Poder Público, conforme o Decreto 14.211/2018, onde foram trabalhados conhecimentos gerais sobre a “política urbana”, “parâmetros urbanísticos” e “mobilização social”.

Em paralelo, as tratativas para a formalização de um instrumento que regulasse uma parceria com a equipe universitária, responsável pelas ZEIS Mucuripe, Praia do Futuro e Serviluz, avançaram. Foram confeccionados um ante-projeto de plano

de trabalho e uma minuta para formalização de termo de colaboração entre Iplanfor e Universidade de Fortaleza (Unifor) para elaboração dos PIRF, o que ocorreu em 31 de outubro de 2018.

Os conselheiros eleitos ou indicados, após capacitados, tomaram posse em solenidade noturna realizada no dia 13 de novembro de 2018, no Teatro São José, com a presença de diversas autoridades públicas, especialmente do Ministério Público Estadual e vereadores, bem como de representantes de cada ZEIS e das instituições universitárias responsáveis pelos PIRF.

Em 2019, com os conselhos formados, foi possível avançar em sua regulamentação e na escolha de representantes para as funções de presidente e vice-presidente, já que a Secretaria havia ficado a cargo de representação do Iplanfor. Com base no Decreto 14.211/2018, havia a necessidade de serem definidos os procedimentos administrativos específicos e internos de cada Conselho Gestor de ZEIS, em formato de regimento interno.

Foi proposta minuta-base para discussão nas primeiras reuniões dos Conselhos Gestores, compostas por Poder Público e sociedade civil. A partir dessa base e de ajustes jurídicos e procedimentais observados pela Equipe da Diart, o documento regimental foi construído por discussão regra a regra, no âmbito dos Conselhos Gestores, incorporadas todas as definições que se compatibilizaram e contra as quais não se vislumbrou nenhum impedimento, definidas as regras finais e aprovadas em assembleia geral.

Tendo sido assinada parceria com a Universidade de Fortaleza (UNIFOR) da Fundação Edson Queiroz, em outubro de 2018, e iniciados os trabalhos em novembro do mesmo ano, destacou-se o pioneirismo do grupo para a implementação das ZEIS em Fortaleza, bem como a atuação da equipe parceira nos territórios no que diz respeito à didática, acessibilidade do conhecimento acadêmico aos comunitários dos respectivos territórios, especialmente quanto à linguagem, tradução de termos técnicos e aproximação com a comunidade.

Dentre as etapas desenvolvidas e os produtos entregues dos PIRF, destacaram-se os cenários do plano urbanístico, o material gráfico produzido e as oficinas participativas, acompanhadas no

território pela equipe da Diart/Iplanfor. Foram desenvolvidos os planos correspondentes às etapas de elaboração dos PIRF.

Tendo como horizonte a implementação das ZEIS e o envolvimento da sociedade civil e do Poder Público nesse processo, permanecem ininterruptos os contatos com representantes de vários órgãos ou secretarias, como Habitafor, Secretarias Regionais e Coordenadoria Especial de Participação Social (CEPS), além de universidades, como a UFC, a UECE e a Unifor, da Defensoria Pública da União (DPU) e da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), para esclarecimentos sobre as ZEIS na perspectiva de otimizar processos de mobilização e participação social e esclarecer sobre uma nova perspectiva mais sofisticada e participativa de planejamento urbano, que envolve apenas uma parcela dos territórios de assentamentos precários de Fortaleza.

Em diversos momentos, em razão da inovação do instrumento ZEIS em Fortaleza, que traz uma perspectiva de permanência dos moradores de baixa renda, de desenvolvimento territorial integral e parâmetros próprios para sua regularização fundiária, há a necessidade de constantemente promover a divulgação e esclarecimentos sobre o processo de implementação das ZEIS em Fortaleza. Foram ministrados momentos de capacitação para funcionários da Prefeitura, na Habitafor, em universidades, ou durante reuniões dos Conselhos Gestores, entre outros.

Estudo de Recuperação Ambiental da Lagoa do Papicu e Melhoria Habitacional para Comunidade do Pau Finim

Tendo em vista que a transposição de parte da comunidade do Pau Finim, residente em área de risco ambiental, às margens da lagoa do Papicu, não resolveria os problemas de segurança e precariedade das moradias da comunidade que permaneceria no território, foi elaborado projeto-piloto, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social e Secretaria de Proteção Social do Estado do Ceará no sentido de demonstrar a viabilidade financeira de utilizar padrão mais verticalizado

de habitação para abrigar toda a população, que permaneceria na área. Para tanto, foi demonstrado a vantagem de se utilizar edifícios com elevadores, sem cobrança de taxa condominial. O recurso seria obtido por meio de locação de espaços comerciais e institucionais no andar térreo, o que permitiria ainda a implantação de ampla área de lazer, esporte e convivência para seus futuros moradores. O projeto-piloto envolve ainda uma operação urbana, que custearia a construção de parte das unidades habitacionais que seriam construídas. Outra vantagem do projeto seria que a comunidade passaria a residir em imóvel semelhante aos imóveis da vizinhança, o que facilitaria a integração da comunidade na região.

2020

Estudo de Contribuição de Melhoria para a região da Beira-Mar

Atendendo à demanda da Secretaria Executiva do Gabinete do Prefeito, foi realizado estudo e modelagem para arrecadação de contribuição de melhoria na região da Beira-Mar e entorno, que em muito irá ser valorizada com as obras em fase de finalização. O estudo indicou também alternativas para o processo de cobrança da contribuição de melhoria: nos imóveis com edifícios já construídos, com altos índices de aproveitamento e maior número de usuários contribuintes, o recebimento seria imediato, embora parcelado, enquanto as contribuições dos proprietários dos imóveis com baixo índice de aproveitamento seriam cobradas juntamente com o ITBI. Desta maneira não haveria maiores dificuldades para se obter a referida contribuição. O modelo elaborado poderá ser utilizado como orientação para obtenção de contribuição de melhoria em obras futuras, uma vez que tais recursos deveriam ser pactuados antes mesmo da realização das obras.

CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Ao encerrar o ciclo de oito anos, de uma gestão orientada pelos mesmos princípios e estratégias, o Iplanfor chegou ao final de 2020 tornando-se uma referência de diálogo aberto com a sociedade na gestão municipal. Este talvez seja um dos grandes capitais que o órgão acumulou por meio de sua prática democrática, participativa e articuladora da integração interna na Prefeitura de Fortaleza.

A determinação de que o grande adversário a enfrentar é a desigualdade que estigmatiza a Cidade norteou todas as ações do Instituto neste período. Desde a produção do conhecimento necessário para o desenvolvimento das grandes estratégias, até a elaboração de estratégias setoriais para isso, passando pelo exercício continuado de potencialização das ações dos diversos órgãos de forma integrada.

Assim, o Iplanfor, resume os legados que deixa para a gestão pública de Fortaleza:

A elaboração de um Planejamento Estratégico de curto, médio e longo prazos, orientando as ações necessárias para enfrentar os grandes desafios de Fortaleza e transformar a cidade em um espaço de oportunidades para todos, menos desigual, mais justo e acolhedor: o Plano Fortaleza 2040, que também estabeleceu um sistema de governança próprio que permitiu o envolvimento das instituições públicas e a participação da sociedade na sua implementação e acompanhamento, chegando ao final deste ciclo com 43,8% das 1.570 ações propostas já iniciadas, sendo que 10,3% destas foram concluídas nos quatro primeiros anos.

A organização de um Sistema de Gestão de Conhecimento composto por um Observatório e diversas ferramentas digitais

que permitem produzir e disponibilizar informações sobre a Cidade de Fortaleza, suprimindo uma carência existente aos sistemas de gestão, de ensino e pesquisa e de democratização da informação na Cidade.

A regulamentação de 10 Zonas Especiais de Interesse Social como preconizadas no Plano Diretor da Cidade, constituindo seus Conselhos Gestores e elaborando seus Planos Integrados de Regularização Fundiária de maneira participativa e envolvendo as universidades de maior porte da Cidade.

A geração de conhecimento, metodologias, ferramentas e instâncias participativas que possibilitam o engajamento da sociedade no planejamento da Cidade e o seu monitoramento, permitindo o fortalecimento da Governança Municipal.

Diante desses resultados, caberá à gestão que seguirá no órgão, ampliar este legado aperfeiçoando a situação encontrada. Para tanto, recomenda-se que o Iplanfor deva retomar e avançar em seu papel de articulador do planejamento estratégico municipal de curto, médio e longo prazos, na perspectiva da transformação estrutural da cidade rumo à redução da desigualdade e sustentabilidade social, econômica e ambiental, gerando conhecimento e incubando projetos disruptivos e multisetoriais para ampliação da efetividade da governança municipal, coordenando o Plano Diretor e promovendo a integração dos demais planos derivados (setoriais, governo, agendas etc.), emitindo parecer prévio acerca do alinhamento estratégico das propostas para a Cidade, bem como integrando o Planejamento Urbano ao Planejamento Estratégico.

Para isso, será necessário desenvolver o aperfeiçoamento dos processos iniciados, a saber:

Na Função de Planejamento:

■ **Trazer para o Iplanfor o Planejamento Urbano, integrando ao Planejamento Estratégico**

■ **Definição e implementação dos Sistemas de Planejamento e Participação Social**

Há necessidade de concluir a definição de implementação de dois sistemas essenciais à boa governança: o sistema de planejamento e o de participação social. O sistema de planejamento objetiva definir os instrumentos de planejamento, seus escopos mínimos, periodicidades, hierarquias dentre outros componentes. O sistema de participação deve ser estruturado para definir claramente as instâncias participativas setoriais e territoriais, suas composições, papéis, competências e interrelações, evitando assim a pulverização de instâncias sobrepostas, concorrentes ou desestimuladoras da participação efetiva da sociedade. Os Planos de Desenvolvimento da Gestão Municipal e da Participação Social.

■ **Continuidade a coordenação do Iplanfor na elaboração do plano diretor no novo processo iniciado em 2019 juntamente com a sociedade civil.**

É necessário que haja maior clareza com relação às competências das secretarias integrantes, no âmbito do processo de revisão do Plano Diretor, inclusive no texto da Lei Complementar 176 que traz sobreposições de competências. O processo participativo deve começar com mais antecedência para evitar que os trabalhos sejam realizados com um cronograma tão reduzido.

■ Execução programática das Ações do For2040

As informações sobre o relacionamento das Ações do Fortaleza2040 com as Ações do PPA são alimentadas manualmente no SIGA2040 e precisam ser checadas periodicamente para verificar a sua atualização.

As ações que compõem os 33 Planos integrantes do Fortaleza2040 não guardam relação direta com as ações e programas do PPA e das LOAs. Por este motivo, o Iplanfor deve manter estreito relacionamento com os membros da Rede Planejamento dos órgãos da prefeitura e com a SEPOG que coordenada a Rede, para que haja uma compatibilização na execução das Ações do For2040 que tem repercussão orçamentária e estão inseridas na execução programática do orçamento.

É importante que os membros da Rede de Planejamento participem como representantes das Câmaras Setoriais a que o órgão tenha assento, pois aumentará a integração do Planejamento de longo prazo com a execução orçamentária de curto prazo.

Essa dissonância entre as ações do For2040 e as ações orçamentárias do PPA e LOA poderá ser sanada com a integração do SIGA2040 com o SIOPFOR e MAPPFOR.

É necessário um esforço de compatibilização dos sistemas SIOPFOR, MAPPFOR e SIGA2040 para evitar retrabalho na alimentação de informações e a divergência de conteúdo informado em ações correlatas nos diversos sistemas. Os dados que constam no “Resumo da Ação” do SIGA2040 precisam ser automatizados.

As ações do Fortaleza2040 devem receber um atributo de territorialização (bairro) para facilitar a extração para o planejamento territorial, a exemplo no sistema de execução orçamentária que permite especializar os produtos a serem entregues.

■Elaboração de Planos e Projetos Estruturantes

São projetos estratégicos de grande relevância para o desenvolvimento da cidade, que contêm, no seu escopo, complexidade de execução e/ou multisetorialidade e/ou grande abrangência territorial. Ex: PIRFs, Planos Específicos do Fortaleza2040, Distrito de Inovação do Porangabussu.

Pela necessidade de reduzir as desigualdades da cidade, muitos projetos envolvem a execução de ações de diversas políticas públicas que precisam ser integradas para otimizar os resultados. O Iplanfor atualmente está envolvido somente com a elaboração de Projetos Estruturantes, como é o caso dos PIRFs e dos Planos Específicos. Poderá, no entanto, incorporar o monitoramento e avaliação dos resultados alcançados por eles e definir metodologias de gestão e articulação para implementação desses projetos.

O seguimento a ser dado para os Projetos Estruturantes depende da criação da sua respectiva unidade de gerenciamento de projetos que promoverá a articulação com os órgãos envolvidos, com o mercado, com os territórios, inclusive para viabilizar o detalhamento dos projetos executivos, estudos de viabilidade sócio-ambiental e a captação de recursos financeiros para execução, atração de investidores e/ou parceiros executores.

■Gestão das Unidades de Gerenciamento de Projetos – UGP

Padronização dos procedimentos para o gerenciamento de Projetos Estruturantes e coordenação das unidades e gerenciamento de projetos a serem criadas.

Projetos Estruturantes que assumem grande relevância para o desenvolvimento da cidade devem ter alçadas de aprovação bem definidas e o seu monitoramento e avaliação devem atender às diretrizes e objetivos estratégicos do Fortaleza 2040, inclusive atentando para que sejam potencializados os resultados de acordo com as metas estabelecidas.

O Iplanfor deve assumir a sua função estratégica de ordenar os projetos prioritários que decorrem dos instrumentos de planejamento, de modo a consolidar a Gestão para Resultados.

É preciso avaliar a sobreposição que ocorrerá em relação à COPIFOR, conforme dispõe a Lei Complementar 176/2014, alterada pela Lei Complementar nº 234/2017:

Art. 32-B. A Coordenadoria Especial de Programas Integrados tem como finalidade articulação intersetorial na Administração Pública Municipal Direta e Indireta, competindo-lhe:

I – formular diretrizes e promover a definição e implantação de planos, programas, projetos intersetoriais;

...

V – gerenciar, monitorar e controlar a implantação de programas ou projetos intersetoriais;

VI – exercer a coordenação das unidades de gerenciamento de projetos criados para políticas públicas intersetoriais.

A Dipla na estrutura atual possui as melhores condições de realizar as funções da unidade de coordenação das UGPs, mas é recomendável que seja criada uma unidade com dedicação exclusiva para isto, a exemplo da COPIFOR.

Na Função de Monitoramento

■ Institucionalização do Sistema de Governança

Para que a prática de ação sistêmica desenvolvida possa ser amadurecida e permanentemente assimilada nas instâncias governamentais da administração municipal recomenda-se que o Sistema de Governança do Plano Fortaleza 2040 seja institucionalizado por meio de Lei Municipal. O Projeto de Lei para isso encontra-se apresentado na Câmara de Vereadores.

■ Estruturação do Iplanfor para a Gestão do Plano Fortaleza 2040

O Iplanfor, nestes oito anos de existência, avançou na sua estruturação, porém também cresceu nas suas competências. Gerir o Plano Fortaleza 2040 exige um setor específico de dedicação exclusiva a isso, o que não existe atualmente nessa estrutura. Para superar essa precarização, sugere-se criar uma Diretoria de Governança do Plano Estratégico dedicada a promover o acompanhamento permanente das instâncias já criadas, bem como realizar um concurso que permita suprir a carência de pessoal atualmente enfrentada por meio de terceirização temporária.

■ Implementação dos Fóruns Territoriais

Os Fóruns Territoriais já estão criados pela Lei Complementar no. 278/2019, cabendo à Secretaria de Gestão Regional a sua implantação, fortalecimento e acompanhamento. Ao Iplanfor caberá o acompanhamento permanente das Agendas Territoriais, que deverão ser atualizadas a cada dois anos com o envolvimento das Câmaras Setoriais.

■ Criação e Implantação do Conselho Fortaleza 2040

Essa instância, proposta pelo sistema de Governança, não foi criada, constituindo lacuna importante no funcionamento sistêmico à medida em que questões como as revisões periódicas e a correção de rumos estratégicos deverão ser amparadas por uma instância que tenha poder participativo decisório sobre isso. Sugere-se que seja criado um Conselho tripartite, com representação do Poder Público Municipal e Estadual; da sociedade civil nos seus diferentes segmentos (movimentos sociais, conselhos profissionais, sindicatos, instituições de ensino e pesquisa e representações de fóruns territoriais) e das atividades econômicas de maior alcance na cidade, porém de pequena composição de modo a não ser inviabilizado o seu funcio-

namento. Propõe-se ainda que a sua Secretaria Executiva seja situada no Iplanfor.

■ **Consolidação do Observatório autônomo**

A proposta do sistema de governança do Plano Fortaleza 2040 aponta para a criação de um Observatório que evolua de uma situação incubada pela gestão municipal para adquirir autonomia que lhe permita exercer o seu papel de acompanhamento do Plano de forma isenta, crítica e livre de vieses partidários, de forma a sinalizar para a cidade as correções no ritmo e no rumo das ações a serem desenvolvidas para que os grandes objetivos do Plano Fortaleza 2040 sejam alcançados conforme previsto.

Na Função de Gestão do Conhecimento

■ **Avaliação de Resultados das Políticas Públicas**

Análise do alcance de resultados em relação às metas estabelecidas nos indicadores estratégicos dos instrumentos de planejamento da gestão municipal (Plano Plurianual e Plano Fortaleza 2040). Realização de análises cruzadas entre fontes diversas, como os dados das mensagens anuais do Prefeito à Câmara dos Vereadores, da Plataforma de Indicadores, do SIGA2040, assim como dados públicos disponibilizados pelos órgãos de pesquisa e monitoramento, relatórios técnicos e pesquisas de impacto e satisfação desenvolvidas por órgãos setoriais e notícias públicas.

■ **Realização de Estudos e Pesquisas**

Recomenda-se criar uma rede de instituições voltadas para o desenvolvimento de pesquisa aplicada com metodologias inovadoras, triangulação de dados qualitativos e quantitativos, contribuindo para a produção de conheci-

mento e auxílio à tomada de decisão do gestor público.

Nela, deverão estar contemplados o desenho e a execução de estudos e pesquisas, que terão as temáticas de análise definidas através dos indicadores estratégicos da gestão municipal e/ou por outras observações aferidas das políticas públicas implantadas pela Prefeitura.

■ Gestão do Espaço Expositivo do Observatório

A exposição “Olhos da Cidade” possui uma Ação Educativa, embasada no conceito da educação não formal, traçando e desenvolvendo estratégias de melhor aproveitamento e diálogo entre público e espaço. Essas estratégias são aplicadas por estagiários treinados que desenvolvem o trabalho de recepção do público em geral e de grupos agendados.

É necessário promover as ações do Plano Fortaleza 2040 e a discussão entre a gestão municipal e membros da sociedade civil, com foco no encaminhamento de novas propostas para melhoria das ações da gestão municipal em diversas áreas de conhecimento e a difusão de projetos inovadores da Prefeitura de Fortaleza.

O Observatório de Fortaleza por atuar como um hub de informações, assume a função estratégica de uma rede de conhecimento voltado à produção, difusão e acesso à informação sobre políticas públicas e acompanhamento do Plano Fortaleza 2040.

■ Gestão da Rede de Observatórios

Na transição entre a implantação do Observatório de Fortaleza, ligado ao Iplanfor e o Observatório da Governança que seria um ambiente externo à gestão municipal, encontrou-se um mecanismo de promover a articulação de atores envolvidos com diversas políticas públicas e relacionados à discussão de territórios que passaram a contribuir para a troca e a geração de informações e, com

isso, suprir uma lacuna de interação do Observatório com o protagonismo da sociedade na governança da cidade.

Assim, foi criada a Rede de Observatórios do Ceará – Rede Observa-CE que almeja fortalecer o intercâmbio de estudos, pesquisas e ações realizadas pelos observatórios membros, com ênfase nos temas relativos à gestão das cidades, sobretudo aqueles projetos que visam a superação das desigualdades sociais e a consequente melhoria na qualidade de vida dos cidadãos. Seu compromisso é difundir, produzir e democratizar o acesso ao conhecimento sobre as cidades, por meio de parcerias e articulações entre os observatórios cearenses e instituições parceiras, públicas ou privadas.

■ Difusão do conhecimento

O Iplanfor é um instituto de planejamento e, por isso, deve deixar registrado todos os processos e projetos relacionados ao planejamento da cidade e, em decorrência disso, assegurar que a sociedade conheça tudo aquilo que está em curso para a garantir o direito à cidade.

Além disso, assume o papel de guardião das informações, documentos e análises relacionados ao planejamento de longo prazo que podem ser utilizados pela gestão municipal e contribuir para a tomada de decisões.

Na Função de Articulador de Projetos Inovadores

A prioridade deverá ser a implementação dos Planos Integrados de Regularização Fundiária por meio da execução de projetos pilotos, em articulação com os demais órgãos municipais e com o Governo do Estado do Ceará. Essa execução inicial consolidará a implementação das Zonas Especiais de Interesse Social e aperfeiçoará metodologias para a incorporação dessas ações na gestão municipal.

EQUIPE DO IPLANFOR

Nome	Cargo
Ademar Assaoka	Assistente Técnico Administrativo II - Coordenador
Alanne Prado de Araújo	Estagiária Nível Técnico
Alexandrino Malveira Diógenes	Vice Presidente
Alfredo Lopes Neto	Diretor Técnico
Alixanzito Rodrigues e Sena da Costa	Auxiliar em Informática
Ana Cláudia Teixeira Viana	Diretora Especial
Ana Elisa Pinheiro Campelo	Analista de Planejamento e Gestão
Ana Lúcia Magalhães Pinheiro	Agente Comunitário
Ana Maria Freitas dos Santos	Assistente Técnico
Ana Vitória Abreu da Silva	Estagiária Nível Técnico
Anderson Passos Bezerra	Analista de Planejamento e Gestão
André Campos Maia	Técnico de Geoprocessamento
Andréa Fontenele de Almeida	Assistente Técnico
Anna Flávia Guerreiro Correia	Estagiária Nível Superior
Annia Melo de Sabóya Cruz	Assessor Técnico - Coordenador
Antônia Maria Sousa Teles	Auxiliar de Serviços Gerais
Antônio Eurimar Alves de Melo	Serviços Gerais
Antônio Marcos Mendes de Sousa	Assistente Técnico Administrativo II
Armando Elísio Gonçalves Silveira	Analista de Planejamento e Gestão
Átila Bezerra Fernandes Vieira	Analista Editorial Sênior
Augusto César de Sousa Feitosa	Supervisor Técnico II
Bárbara Dezidorio Matos	Estagiária Nível Superior
Beatriz Parente Gama	Estagiária Nível Médio
Bruna Sousa da Costa	Estagiária Nível Técnico
Bruno Carvalho de Vasconcelos	Analista de Planejamento e Gestão
Bruno Casely Cavalcante Medeiros	Estagiário Nível Superior - Apoio Administrativo
Caio Eduardo Pereira Nunes	Estagiário Nível Técnico
Caio Farias de Macedo	Arquiteto Urbanista
Camila de Sousa Ferreira	Estagiária Nível Técnico
Carina Tabosa da Silva	Estagiária Nível Técnico
Carine Jesuíno Sousa Fontenele	Assistente Técnico

Carla Brenda Santos Aprígio	Assistente Técnico Administrativo II
Carlos Alberto da Silva	Assistente Técnico Administrativo III
Carlos Eduardo Freitas de Menezes	Estagiário Nível Superior - Apoio Administrativo
Carlos Jorge Medeiros Lima Filho	Assistente Técnico Administrativo III
Cláudia Valani Barcelos	Analista de Planejamento e Gestão
Cláudia Sousa Leitão	Diretora Especial
Cleuton dos Santos Lisboa	Técnico em Hardware
Daniel Mourão Lima	Estagiário Nível Superior - Apoio Administrativo
Daniel Ribeiro Paes de Castro	Gerente
Daniela Lopes Ferreira	Recepcionista
Daniela Nogueira de Souza	Comunicadora Social – Jornalista – Gerente - Assessora Especial II
Daysiane Gomes David	Apoio Administrativo IV
Débora Lopes de Araújo Bezerra de Menezes	Diretor Técnico
Diego Macedo de Almeida	Designer Gráfico - Gerente
Diva Rodrigues Araújo	Serviços Gerais
Dominique Queiroz Lopes	Estagiária Nível Superior
Edilva Praciano da Silva Paiva	Analista de Planejamento e Gestão
Eduardo Aparício Bezerra e Silva	Supervisor Técnico II
Eliésio Geraldo de Araújo	Serviços Gerais
Elígia Silva Lopes Cavalcante	Assistente Técnico
Eliete Soares de Castro	Agente Administrativo
Ellen Garcia da Silveira	Socióloga - Gerente
Emilia Kathia de Souza Cruz	Assistente Técnico Administrativo II Gerente
Emílio Tiago Vasconcelos dos Santos	Estagiário Nível Superior - Apoio Administrativo
Erica Gabriele Leal Juvêncio	Serviço Voluntário
Eudoro Walter de Santana	Presidente - Superintendente
Eurides de Melo Almeida	Assistente Administrativo - Auxiliar Administrativo
Fabíola Maria Dias Dógenes	Assessora Técnico
Felipe José Gomes de Souza Teles	Assessor Técnico
Flávia Renata Moraes e Lima	Gerente
Flávio Neves Carneiro	Administrador de Banco de Dados
Francisca Dalila Menezes Vasconcelos	Analista de Planejamento e Gestão

Francisca Helena Damasceno de Sousa	Assistente Técnico Administrativo III - Gerente
Francisca Maria da Silva Fava	Gerente
Francisco Carlos Bezerra e Silva	Assessor de Relações Institucionais e Mobilização Social
Francisco Chagas Alexandre de Souza Filho	Analista de Sistemas (Desenvolvedor de Sistemas)
Francisco Eudes Oliveira Silva	Serviços Gerais
Francisco Vitor de Oliveira Peres	Assessor Técnico
Geordana Hannah de Alcântara Bastos	Assistente Administrativo
Geraldo Domingos Pinto Netto	Diretor Especial
Gersica Vasconcelos Goes	Analista de Planejamento e Gestão
Gleudson Bezerra da Mota	Assistente Técnico Administrativo II
Haroldo Lopes Soares Filho	Analista de Planejamento e Gestão
Hellen Lorena Lima Santos	Estagiária Nível Médio
Iara Silvia Rodrigues de Oliveira	Analista de Planejamento e Gestão
Ieda Maria Farias Soares	Gerente - Chefe de Núcleo
Inácio José Bessa Pires	Assessor Técnico - Gerente
Isaac do Amaral Vieira Rosa	Chefe de Núcleo - Gerente
Jaderson Carvalho das Chagas	Estagiário Nível Superior - Apoio Administrativo
Janderson Araújo de Brito	Analista de Sistema II
Jeandy Meneses da Silva	Gerente
Jessé do Nascimento Pereira	Operador de Logística
Jéssica Barroso Nóbrega	Assistente Técnico Administrativo II - Gerente - Assessora Especial II
Joacy da Silva Leite	Assistente Técnico Administrativo II - Gerente
Joana e Silva Bezerra Kesselring	Gerente
João Batista Rodrigues Filho	Estagiário Nível Técnico
João Felipe Araújo Schmitt	Analista de RH
João Miguel Diógenes de Araújo Lima	Gerente
João Paulo de Almeida Costa	Assistente Administrativo - Gerente
João Victor de Souza Bezerra	Estagiário Nível Superior - Apoio Administrativo
Joaquim Nerson Moura Filho	Analista de Planejamento e Gestão
Johnny Ferreira dos Santos	Estagiário Nível Técnico
Jorge Luis Oliveira Chagas	Estagiário Nível Superior
Jorge Washington Laffite	Coordenador de Tecnologia da Informação - Diretor

Jose Alysson Barbosa de Oliveira	Estagiário Nível Técnico - Técnico de Atendimento
José Antônio Ribeiro Filho	Desenhista Cad/Cam/Gis - Apoio Administrativo IV
José Bento Alexandre Neto	Gerente
José Luciano de Oliveira Junior	Técnico de Atendimento
José Mateus Gomes Cavalcante	Estagiário Nível Superior - Apoio Administrativo
José Tarcísio Crisóstomo Prata	Assessor Especial II - Diretor
José Tarcísio Vale Matos	Assistente Técnico
José Wagner Silva	Analista de Planejamento e Gestão
José William Lima da Silva Júnior	Motoqueiro da Locadora
Joseline da Rocha Veras	Assistente Técnico Administrativo III - Gerente
Júlia Barros de Oliveira	Assistente Administrativo - Chefe de Núcleo
Juliana Mara de Freitas Sena Mota	Diretora Especial
Kamile Vitoria Marino de Lima	Estagiária Nível Médio
Karlla Rachel Gadelha Moreira	Assistente Técnico
Katharine Santos Vieira	Analista de Planejamento e Gestão
Key Ramos Carneiro Sales	Assistente Administrativo
Lanna Mara Ribeiro de Sousa	Estagiária Nível Superior
Lara Virgínia Saraiva Palmeira	Antropóloga
Laricy de Oliveira Rocha	Estagiária Nível Médio
Larissa de Miranda Menescal	Analista de Planejamento e Gestão
Laura da A S Santos	Estagiária Nível Médio
Layla Hellen M de Sousa	Estagiária Nível Superior
Leonardo Alves da Costa	Programador Pleno
Leonardo Guerino	Analista de Planejamento e Gestão
Letícia Cândido de Oliveira	Estagiaria Nível Superior
Letícia Carvalho Guerra	Serviço Voluntário
Lia de Souza Parente	Diretora
Lívia de Castro Falcão Simplicio	Assessora Técnica
Lívia Socorro de Castro Fernandes	Analista de Planejamento e Gestão
Louise Ferreira Gomes	Chefe de Núcleo
Luciana Furtado Costa Coelho	Advogada
Ludmila da Silva Santiago	Assistente Administrativo - Chefe de Núcleo

Luis Jorgelino Silva Moreira	Analista de Planejamento e Gestão
Luiz Carlos de Lima Santos	Assessor Técnico - Gerente
Luiza de Marilac Martins e Silva Perdigão	Assessora Especial
Magda Helena de Araujo Maia	Gerente
Maira Landulpho Alves Lopes	Gerente
Mandy Melo Bocádio	Assistente Administrativo - Promotora de Eventos
Marcela Gaspar Marques	Chefe de Núcleo
Marcelo Teixeira dos Santos	Programador de Sistema de Informação
Márcia Dias Soares	Diretor Técnico
Márcio Venício Seabra Pontes	Assistente Técnico Administrativo III - Chefe de Núcleo
Marcos André Freitas de Sousa	Estagiário Nível Técnico - Técnico de Atendimento
Marcos Ângelo da Costa Silva	Estagiário Nível Superior
Marcos Guilherme S Albuquerque	Estagiário Nível Médio
Maria das Graças Guerra Lessa	Chefe de Núcleo - Gerente - Coordenadora
Maria de Lourdes Barbosa	Auxiliar de Serviços Gerais
Maria do Carmo P da Silva	Estagiária Nível Superior
Maria dos Santos B de Souza	Agente Administrativo
Maria Eduarda S Cavalcante	Estagiária Nível Superior
Maria Evilene Avelino da Silva	Apoio Administrativo IV
Maria Gabrielle Sousa de Santana	Assessor Técnico I
Maria Jeane Peixoto Sampaio	Coordenadora
Maria Luiza de Souza Rodrigues	Auxiliar de Serviços Gerais
Maria Valéria de Melo Ferreira	Auxiliar de Serviços Gerais
Maria Veranice Camelo de Oliveira	Assessor Técnico
Maria Vieira dos Santos Cidrack	Diretora Técnica
Mariana de Souza Cavalcante	Estagiária Nível Técnico
Mariana Quezado Costa Lima	Arquiteta Urbanista
Marina Samara de Souza Silva	Estagiária Nível Técnico - Técnico de Atendimento
Mário Fracalossi Júnior	Superintendente Adjunto
Matheus Pinheiro Andrade Moreira	Serviço Voluntário
Maysa Feitosa de Alencar	Estagiária Nível Técnico - Técnico de Atendimento
Melânia Gaspar Marques Alencar	Gerente

Milena Fernandes de Oliveira	Assistente Técnico
Morgana Pinto Medeiro	Analista Técnico
Natália Nunes Saraiva	Gerente
Nayara Nascimento dos Santos	Estagiária Nível Técnico - Técnico de Atendimento
Otávio Ícaro Ramos Lemos	Estagiário Nível Técnico - Técnico de Atendimento
Paula Bessa Braz	Gerente
Paula Cavalcante de Alencar Braga	Analista de Planejamento e Gestão - Gerente
Paulo Henrique de Oliveira Alves	Serviços Gerais
Paulo Roberto Gaspar de Sousa Santos	Assistente Administrativo
Pedro Barreto Costa	Comunicador Social
Pedro Gabriel de Sousa Lima	Estagiário Nível Superior
Pedro Henrique Araújo de Brito	Programador e Web Designer
Pedro Teixeira de Araújo	Analista Planejamento e Gestão
Pedro Vitor Monte Rabelo	Estagiário Nível Superior
Prodacy Queiroz Soares	Supervisor Técnico II
Rachel Dourado de Medeiros	Arquiteta Urbanista
Raimundo de Carvalho de Oliveira Júnior	Auxiliar de Serviços Gerais
Raimundo Nonato do Nascimento	Assistente Técnico Administrativo III
Raimundo Nonato dos Santos	Motorista da Locadora
Raíssa Guerra Ricardo	Auxiliar de Serviços Gerais
Rayana Vasconcelos da Costa	Assistente de Gestão III
Rebecca Câmara Cavalcante	Estagiária Nível Técnico - Técnico de Atendimento
Rebecca Fontes Martins Leitão	Comunicadora Social - Jornalista - Assessora Especial II
Reginaldo Mesquita dos Anjos	Assistente Técnico Administrativo II
Renata Pinheiro da Silva	Assistente Técnico
Rita de Cássia Nogueira da Silva	Serviços Gerais
Rodolfo Sydrião Sanford	Analista de Planejamento e Gestão
Rodrigo Antonio Pordeus do Nascimento	Diretor Especial - Assessor Técnico
Rodrigo Petry	Assistente Técnico Administrativo II - Gerente - Chefe de Núcleo
Roger Luan de Freias Pinheiro	Assistente Técnico Administrativo II
Rômulo Andrade da Silva	Analista de Planejamento e Gestão
Rosana Lima Rodrigues	Gerente

Rosângela Fabrício de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais
Rosaura Maria de Holanda Angelim	Gerente
Rosita Maria Ferreira de Oliveira	Estagiária Nível Superior
Sâmia Pinheiro Ferreira de Freitas	Assistente Administrativo
Samir Coutinho Costa	Programador de Sistema de Informação - Gerente
Savio de Freitas Bezerra	Estagiário Nível Superior
Sérgio Horácio Lopes Bezerra de Menezes	Diretor Técnico
Sérgio Rômulo da Silva Pires	Analista de Planejamento e Gestão
Silvia Maria Bezerra Gomes da Silva	Procurador Jurídico
Simone Sucupira Pontes	Assistente Técnico Administrativo III - Gerente
Sônia Maria Oliveira de Souza	Assistente Administrativo - Técnica em Atendimento
Tamile Ferreira Gomes Solon	Coordenadora de Adm e Finanças - Gerente - Assessora Especial II
Thais Abreu Magalhaes	Assistente Técnica Administrativo II - Chefe de Núcleo
Thais Paz de Oliveira	Assessora Técnica I
Thaís Sales Gonçalves	Arquiteta Urbanista
Thalita Caitlyn Vasconcelos do Nascimento	Estagiária Nível Técnico - Técnica de Atendimento
Thiago Cosme de Lima Tavares	Estagiário Nível Superior - Apoio Adm
Thiago Ferreira Viana da Silva	Programador de Sistema de Informação
Tiago Soares Batista	Motorista da Locadora
Vanessa de Jesus da Rocha	Estagiária Nível Técnico - Técnica de Atendimento
Victor Bezerra Gomes da Silva	Serviço Voluntário
Victor Suerbe de Souza Lúcio	Estagiário Nível Técnico
Vólia Maria Fonseca Rocha	Assistente Técnica Administrativo II - Gerente
Wesley Silva Saraiva	Auxiliar em Informática
Willia Maria Lima Peixoto	Assessora Técnica
Yvenee Schneider Pereira Borges	Assistente Técnico Administrativo II - Gerente - Chefe de Núcleo - Coordenadora
Zilda Margarida Araújo da Costa	Coordenadora



Prefeitura de Fortaleza

Instituto de Planejamento de Fortaleza



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ